



RELATÓRIO DE GESTÃO

- Exercício 2021 -



COLÉGIO DE PROCURADORES DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

GUILHERME DA COSTA SPERRY

CORREGEDOR-GERAL

STEPHENSON OLIVEIRA VICTER

MEMBROS

SILAINE KARINE VENDRAMIN

FELIPE ROSA CRUZ

PATRICK BEZERRA MESQUITA

DEÍLA BARBOSA MAIA

STANLEY BOTTI FERNANDES

DANIELLE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA



EQUIPE TÉCNICA

SECRETARIA

CAROLINA MARTINS VICTER

CHEFIA DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

GABRIEL PONTES DOS SANTOS

SUPERVISÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

DANIEL PAES RIBEIRO JUNIOR

SUPERVISÃO DAS ASSESSORIAS ESPECIALIZADAS

BRUNO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL

AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

ROGÉRIO COUTO FELIPE

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ALINE RIBEIRO BRÍGIDO

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

GIOYA KARINA CATETE BRASIL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

ROSANA GABRIELLE MAGNO GONÇALVES

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

DANIELA DE OLIVEIRA DANIELI

ASSESSORIA JURÍDICA

SAMUEL ALMEIDA BITTENCOURT

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

NAZARÉ DO SOCORRO GILLET DAS NEVES

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

CEZAR BARROSO DOS SANTOS

SECRETARIA PROCESSUAL

SILVANE DE FÁTIMA SILVA BALTAZAR

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

SIMONE BRAGA CHAVES MARTINS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

ELIELTON CHAVES COSTA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROGRAMA TEMÁTICO “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo”	13
2.1	Execução Orçamentária.....	14
2.2	Avaliação Física e Financeira das Ações do Programa.....	15
2.2.1	AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão	18
2.2.2	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	26
2.2.3	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas.....	27
2.2.4	AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	31
2.2.5	AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação	32
2.2.6	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional .	34
2.2.7	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	39
2.2.8	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	41
2.2.9	AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA.....	45
2.2.10	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC/PA.....	47
2.2.11	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação.....	48
2.2.12	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC/PA.....	49
2.2.13	AÇÃO 8750 - Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC/PA	53
3	RELATÓRIOS SETORIAIS.....	54
3.1	Departamento de Finanças e Planejamento	54
3.1.1	Atividades Relativas ao Planejamento	54
3.1.2	Atividades do Setor de Finanças	59
3.1.3	Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	65
3.1.4	Restos a Pagar	66
3.1.5	Considerações Finais	66
3.2	Assessoria de Comunicação	66
3.2.1	Atividades Desenvolvidas	67
3.2.2	Notícias produzidas em 2021	68
3.2.3	Clipagem	68

3.2.4	Trabalhos Publicitários	69
3.2.5	Relacionamento com a Imprensa	70
3.2.6	Redes Sociais digitais.....	71
3.2.7	Considerações Finais	72
3.3	Assessoria de Relações Institucionais	73
3.3.1	Atividades realizadas.....	73
3.3.1.1	Manutenção de mailing de relacionamento institucional do MPC/PA 73	
3.3.1.2	Relatórios analíticos e temáticos.....	74
3.3.1.3	“Boletim de Monitoramento Legislativo”	74
3.3.1.4	“Resumo Diário”	75
3.3.1.5	“Monitoramento Diário”.....	75
3.3.2	Perspectivas.....	75
3.4	Assessoria de Cerimonial.....	76
3.4.1	Ações Internas.....	78
3.4.2	Eventos promovidos pelo MPC – PA	78
3.4.3	Reuniões nas Dependências do MPC/PA.....	78
3.4.4	Reuniões On-line ou Fora das Dependências do MPC/PA.....	78
3.4.5	Visitas de cortesia recebidas	79
3.4.6	Visitas de cortesia realizadas	79
3.4.7	Participação em eventos e cerimônias	79
3.4.8	Capacitações.....	80
3.4.9	Eventos com Representação.....	80
3.4.10	Eventos promovidos pelo CEAF	81
3.4.11	Reuniões Membros.....	81
3.4.12	Reuniões do Planejamento Estratégico	82
3.4.13	Notas de Pesar.....	82
3.5	Secretaria Processual	83
3.5.1	Atividades dos órgãos de execução	83
3.5.2	Comparativo da Distribuição Processual – 2019/2020/2021	89
3.5.3	Procedimentos Internos de Fiscalização.....	89
3.5.4	Execução de Acórdãos – TCE/PA	92
3.5.5	Sessões Plenárias do TCE/PA.....	93
3.5.6	Ofícios expedidos	95
3.6	Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios	95
3.6.1	Gestão de Aquisições, Contratos e Convênios	95
3.6.2	Escopo da Atuação do DACC nos Processos de Contratação	95

3.6.3	Sistemas Informatizados e Metodologias adotadas pelo DACC:	96
3.6.4	Análise Quantitativa	97
4.6.5.1	Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de Licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços realizadas em 2021	97
4.6.5.2	Outras Ações	97
4.6.5.3	Contratos Vigentes em 2021	98
4.6.5.4	Convênios e Acordos de Cooperação vigentes em 2021	100
4.6.5.5	Atas de Registro de Preços Vigentes em 2021	102
4.6.5.6	Certames Licitação e Processos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação Realizados em 2021	103
4.6.5.7	Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC/PA em 2021	108
3.6.5	Análise Qualitativa	108
3.6.6	Desafios e Ações Futuras	111
3.7	Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações	112
3.7.1	Gestão da Tecnologia da Informação	112
3.7.1.1	Fábrica de software	112
3.7.1.2	Melhoria do serviço de acesso à internet	113
3.7.1.3	Digitalização de todo o acervo físico do MPC/PA	113
3.7.1.4	Aquisição de Licenças de <i>Software</i>	113
3.7.1.5	Atualização de grande parte do ativo de TI	114
3.7.1.6	Participação na implantação da LGPD	114
3.7.1.7	Preparação para Contratação da Fase 1 de Computação em Nuvem	115
3.7.2	Suporte à Eventos	115
3.7.3	Seção de Infraestrutura	116
3.7.3.1	Instalação e configuração de novo sistema de <i>firewall</i>	116
3.7.3.2	Instalação, configuração e monitoramento do novo antivírus	116
3.7.3.3	Instalação e configuração de serviços de Windows Server 2019	116
3.7.4	Seção de Desenvolvimento	117
3.7.4.1	Sistema Dipro 4.0	117
3.7.4.2	Implantação do Sistema de Indexação	117
3.7.4.3	Adaptação e desenvolvimento de sistemas para apoio aos Concursos de Poesia e Fotografia promovidos pelo órgão	117
3.7.4.4	Manutenções nos sites da Intranet e Internet	117
3.8	Departamento Administrativo	118
3.8.1	Manutenções Preventivas e Corretivas / Prestação de Serviços Contínuos	118

3.8.1.1	Manutenção de Aparelhos de Ar Condicionado	118
3.8.1.2	Manutenção do Elevador	119
3.8.1.3	Manutenção dos Extintores de Combate a Incêndio	119
3.8.1.4	Manutenção dos Filtros de Água.....	119
3.8.1.5	Manutenção do Grupo Gerador de Energia.....	120
3.8.1.6	Manutenção de Mobiliários	120
3.8.1.7	Manutenção Predial	120
3.8.1.8	Manutenção dos Veículos Oficiais	121
3.8.1.9	Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos e Sanitização..	122
3.8.1.10	Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água, com Análise Bacteriológica da Água.....	122
3.8.1.11	Análise Bacteriológica da Água dos Reservatórios	123
3.8.1.12	Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Conservação e Copeiragem.....	124
3.8.2	Aquisições	125
3.8.2.1	Aquisição de Água Mineral.....	125
3.8.2.2	Aquisição de Café, Leite, Açúcar e Adoçante.....	126
3.8.2.3	Aquisição de Combustível e GLP	126
3.8.2.4	Aquisição de Material de Expediente e de Uso Geral.....	126
3.8.2.5	Seguro Predial	126
3.8.2.6	Seguro Veicular.....	127
3.8.2.7	Aquisição de Totem para Ouvidoria do MPC/PA	127
3.8.2.8	Desenvolvimento de Projetos.....	127
3.8.2.9	Aquisição de Aparelhos de Split.....	128
3.8.2.10	Aquisição de Fechadura Eletrônica	128
3.8.3	Patrimônio	129
3.8.3.1	Desfazimento de Bens Inservíveis	129
3.8.3.2	Leilão de Veículos	129
3.8.3.3	Cadastro de bens patrimoniais.....	129
3.8.3.4	Inventário de bens patrimoniais.....	130
3.9	Assessoria Jurídica	131

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Execução orçamentária.....	14
Tabela 2 - PPA 2020 - 2023 MPA-PA	15
Tabela 3 - Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção	16
Tabela 4 - AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão	18
Tabela 5 - Processos Concluídos.....	18
Tabela 6 - Processos Distribuídos Por Classe	20
Tabela 7 - Evolução da carga processual	21
Tabela 8 - Providências sancionatórias propostas	22
Tabela 9 - Participação sessões plenárias do TCE/PA	24
Tabela 10 - Ação 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores	26
Tabela 11 - AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	26
Tabela 12 - AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas.....	27
Tabela 13 - Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo.....	29
Tabela 14 - AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	31
Tabela 15 - AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação	32
Tabela 16 - AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional.....	34
Tabela 17 - Notícias Veiculadas.....	36
Tabela 18 - Levantamento Quantitativo de Produção de Vídeo e peças publicadas no ano de 2021	37
Tabela 19 - Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)	38
Tabela 20 - AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	39
Tabela 21 - AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	41
Tabela 22 - índice de modernização do parque de ativos de TI MPC/PA	43
Tabela 23 - Modernizar a Governança de Pessoas	44
Tabela 24 - AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA.....	45
Tabela 25 - Quadro de pessoal do MPC/PA	46
Tabela 26 - AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC/PA.....	47
Tabela 27 - AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação.....	48
Tabela 28 - AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC/PA	49
Tabela 29 - Ações educacionais realizadas em 2021 pelo CEAF	50
Tabela 30 - AÇÃO 8750 - Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC/PA.....	53
Tabela 31 - Estratégia em Gotas.....	57
Tabela 32 - Execução Orçamentária.....	60
Tabela 33 - Origem de Recursos	61
Tabela 34 - Movimentação Financeira	62
Tabela 35 - Despesas	64
Tabela 36- Ações Internas	78
Tabela 37 - Eventos promovidos pelo MPC/PA	78
Tabela 38 - Reuniões nas Dependências do MPC/PA.....	78
Tabela 39 - Reuniões On-line ou Fora das Dependências do MPC/PA	78
Tabela 40 - Visitas de cortesia recebidas.....	79
Tabela 41 - Visitas de cortesia realizadas.....	79
Tabela 42 - Participação em eventos e cerimônias.....	79
Tabela 43 - Capacitações	80
Tabela 44 - Eventos com Representação	80
Tabela 45 - Eventos promovidos pelo CEAF.....	81
Tabela 46 - Reuniões Membros	81
Tabela 47 – Reuniões do Planejamento Estratégico.....	82
Tabela 48 – Notas de Pesar.....	82
Tabela 49 - Processos novos e de retorno – 2021.....	84
Tabela 50 - Número de processos concluídos a cada procuradoria de contas	85
Tabela 51 - Processos distribuídos por classe.....	87
Tabela 52 - Processos “novos” distribuídos por classe por procuradoria.....	88
Tabela 53 - Procedimentos apuratórios preliminares – PAP’S	90

Tabela 54 – Acórdãos TCE/PA - Glosas e Multas.....	93
Tabela 55 - Participação número de sessões plenárias do TCE/PA e de processos pautados	94
Tabela 56 - Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação	95
Tabela 57 - Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de Licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços	97
Tabela 58 - Outras Ações	97
Tabela 59 - Contratos Vigentes em 2021	98
Tabela 60 - Convênios e acordos de cooperação vigentes em 2021	100
Tabela 61 - Atas de registro de preços vigentes em 2021	102
Tabela 62 - Pregão Eletrônico.....	103
Tabela 63 - Leilão.....	105
Tabela 64 - Processos de inexigibilidade de licitação	105
Tabela 65 - Processos de dispensas de licitação.....	106
Tabela 66 - Processos administrativos sancionatórios instaurados pelo MPC/PA em 2021	108
Tabela 67 - Veículos Oficiais.....	121
Tabela 68 – Bens Patrimoniais 2021	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia de revisão do plano estratégico do MPC/PA	56
Figura 2 - Primeira revisão do plano estratégico 2019-2024 do MPC/PA	56
Figura 3 - Tabela de grupos temáticos	59
Figura 4 - Print dos dados métricos disponibilizados pelo perfil do órgão no Instagram	71
Figura 5 - Print dos dados métricos disponibilizados pela página do órgão no Facebook	72
Figura 6 - Cisterna antes da limpeza periódica	123
Figura 7 - Cisterna finalizando a limpeza	123
Figura 8 - Limpeza/lavagem de ambientes	125
Figura 9 - Limpeza de mobiliários	125
Figura 10 - "Relatório Sistema de Controle de Bens Patrimoniais - 2.0"	131

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Processos conclusos por mês	19
Gráfico 2 - Processos distribuídos.....	19
Gráfico 3 - Procedimentos apuratórios preliminares (PAP) e Notícias de fato	23
Gráfico 4 - Quantitativo de notícias	68
Gráfico 5 – Gráfico quantitativo de Clippings/ 2021	69
Gráfico 6 - Quantitativo de produção publicitária: Peças e Vídeos.....	70
Gráfico 7 - Processos do TCE/PA analisados pelo MPC/PA – 2021.....	84
Gráfico 8 - Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno”.....	85
Gráfico 9 - Processos conclusos a cada Procuradoria de Contas.....	86
Gráfico 10 - Processos distribuídos por classe	86
Gráfico 11 - Variação da carga processual nos 3 (três) últimos exercícios.....	89
Gráfico 12 - Procedimentos Apuratórios Preliminares e Notícias de Fato autuados	90
Gráfico 13 - Presença dos procuradores de contas nas sessões plenárias do TCE/PA.....	94
Gráfico 14 - Gráfico de quantidade e idade dos aparelhos (início de 2021).....	128
Gráfico 15 - Pareceres	132
Gráfico 16 - Assuntos.....	133

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório compila as principais atividades realizadas no Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA) no exercício de 2021.

Inicialmente, faz-se a análise do programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” fixado para o Parquet de Contas nas Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA) em alinhamento ao Plano Estratégico do órgão, visando à melhoria contínua e à ampliação da prestação de serviços à sociedade, notadamente no que se refere à fiscalização do cumprimento da Constituição e das leis quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais de competência do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

Em sequência, a partir dos relatórios setoriais produzidos pelas várias unidades administrativas, descreve-se detalhadamente as diversas atividades realizadas em cada setor para o atingimento das metas propostas para o período.

2 PROGRAMA TEMÁTICO “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo”

O programa temático “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” engloba todas as ações necessárias à consecução das competências do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme disposto nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC/PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016.

As ações planejadas para o período referem-se tanto à viabilização da infraestrutura e dos recursos necessários à operacionalização das atividades finalísticas, quanto à valorização e capacitação dos recursos humanos (membros e servidores) disponíveis, até a atuação preventiva e pedagógica com atividades voltadas diretamente à sociedade.

A avaliação das ações que compõem o programa leva à conclusão de que o resultado foi positivo, com o atendimento das principais metas de forma eficiente e com economia de recurso, apesar da continuidade e agravamento da situação pandêmica em 2021, que exigiu novamente a interrupção e/ou limitação de serviços presenciais, suspensão de reuniões e encontros, além de ter direcionado os esforços do poder público (e também do MPC/PA) e da iniciativa privada na prevenção e combate à grave situação de saúde enfrentada pelo segundo ano consecutivo.

Ainda assim, os resultados de maior destaque foram:

- Análise e emissão de parecer em **2.688 processos** oriundos do TCE/PA, incluindo processos novos e retornos;
- Encaminhamento (com todo o subsídio necessário) para cobrança, por parte da PGE-PA, de 57 acórdãos, no **valor histórico** global de R\$ 11.548.068,27, além de multas, no **montante nominal** de R\$ 359.194,08;
- Realização da primeira temporada do programa “Diálogos com o MPC/PA”, com 02 episódios, com o intuito de estimular e promover o controle social.
- Primeira revisão do Plano Estratégico 2019-2024 com atualização da análise dos cenários interno e externo do órgão e priorização da estratégia considerando esses novos cenários;

- Revisão da estrutura do PPA 2020-2023 para os anos de 2022 e 2023, atualizando e refletindo de maneira mais direta e transparente a relação entre o uso (e investimento) dos recursos (humanos, físicos e financeiros) e os resultados produzidos pelo *Parquet* de Contas;
- Capacitação e valorização dos membros e servidores da casa para cumprimento de seu múnus de forma mais célere e eficiente, com cumprimento do Plano de Capacitação na modalidade remota em função da continuidade da pandemia ao longo de 2021.

2.1 Execução Orçamentária

O Orçamento anual do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (UG 370101) para o exercício financeiro de 2021, fixou a Despesa em R\$ 41.774.282,00, que após as alterações ocorridas durante o exercício, reduziu para R\$ 39.750.876,22, dos quais foi empenhado o valor de R\$ 30.660.796,46, tendo apresentado, assim, uma Economia Orçamentária de R\$ 9.090.079,76, sem, entretanto, deixar de atender as necessidades do órgão, dentro dos ditames legais.

A execução do MPC Fundo Financeiro/IGEPREV (UG 840227) fixou as despesas em R\$ 7.327.913,68, sendo a mesma empenhada em sua totalidade, conforme se visualiza abaixo:

Tabela 1 - Execução orçamentária

	UG:370101	UG: 840227	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	41.774.282,00	-	41.774.282,00
(+) Suplementações	97.000,00	-	97.000,00
(-) Cancelamento de Dotação	1.597.000,00	-	1.597.000,00
(+) Movimento de Crédito	(523.405,78)	7.327.913,68	6.804.507,90
(=) Autorização Final	39.750.876,22	7.327.913,68	47.078.789,90
(-) Valor Empenhado	30.660.796,46	7.327.913,68	37.988.710,14
(=) Crédito Orçamentário Disponível (Economia Orçamentária)	9.090.079,76	-	9.090.079,76

2.2 Avaliação Física e Financeira das Ações do Programa

O programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” é formado por 04 objetivos, que, por sua vez, desdobram-se em 13 ações, além de 02 indicadores de resultado e 01 indicador de processo. A seguir os objetivos, as ações e os indicadores serão descritos, analisados e avaliados quanto aos resultados alcançados.

Tabela 2 - PPA 2020 - 2023 MPA-PA

PPA 2020 – 2023 MPC/PA					
PROGRAMA TEMÁTICO (do PPA Estadual):		Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo			
DIRETRIZ:		Gestão Pública Presente			
INDICADOR DE RESULTADO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FONTE	
Índice de Execução do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social	%	-	12/2019	CAO	75%
Tempo Médio de Permanência dos Processos em que o MPC atua como <i>Custos Legis</i>	Dia	15	12/2018	SECRETARIA PROCESSUAL	15
INDICADOR DE PROCESSO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FONTE	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	8	12/2018	MPC/PA	12
OBJETIVO					
Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção					
Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo					
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)					
Modernizar a Governança de Pessoas					

OBJETIVO: Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção

Tabela 3 - Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção

OBJETIVO			
Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção			
COMPROMISSO REGIONAL			
Analisar em no máximo 15 dias, 80% dos processos recebidos no ano, até 2023			
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão	Procedimento Apuratório Realizado	Un	MPC/PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC/PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC/PA

O objetivo de “Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção” é o mais diretamente relacionado às atribuições legais do MPC/PA, cujas competências estão delineadas nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC/PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016, *in verbis*:

“Art. 1º - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da competência do Tribunal de Contas do Estado.

(...)

Art. 11 - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete:

I - promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

II - fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo obrigatória a

sua audiência nos atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas e

outros que a Lei indicar;

III - promover junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - interpor os recursos permitidos em Lei;

V - executar as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.”

Diversos são os instrumentos de atuação do MPC/PA para o atingimento desse objetivo, quais sejam, dentre outros: a emissão de pareceres nos processos que tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA), o processamento de Notícias de Fato (NF's), a instauração de Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's) e o constante acompanhamento dos atos de gestão estadual.

Faz-se importante ressaltar que, além dos processos do TCE/PA em que o MPC/PA se manifesta como *custos legis*, pronunciando-se nos autos através de parecer, as atividades do MPC/PA transbordam essa atuação.

Com efeito, nos processos que tramitam no TCE/PA, cabe audiência do MPC/PA sempre que o Tribunal Pleno assim decidir e, obrigatoriamente, naqueles relativos a admissões de pessoal (exceto para cargos de livre nomeação), aposentadorias, reformas, pensões, prestações e tomadas de contas, denúncias, representações, gestão fiscal, fiscalização de contratos, inspeções extraordinárias, auditorias especiais e obrigações comuns dos órgãos jurisdicionados; além das contas do Governo do Estado; prestações e tomadas de contas dos auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo Estado; recursos; pedidos de rescisão; e propostas de medida cautelar, conforme disposto no art. 86 do Regimento Interno da Corte de Contas (Ato nº. 63, de 17/12/2012, com alterações posteriores).

Contribuem também para o atingimento desse objetivo as ações que mantêm a estrutura administrativa do MPC/PA, operacionalizando e suportando os recursos humanos alocados nas atividades finalísticas citadas anteriormente.

A seguir, tem-se a avaliação individualizada de cada uma das ações que compõem este objetivo.

2.2.1 AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão

Tabela 4 - AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
R\$ 607.394	R\$ 3.560	0,59%	Procedimento Apuratório Realizado / Unidade	12	17	142%

No exercício de 2021, ingressaram no MPC/PA 2.688 processos oriundos da Corte Estadual de Contas, sendo que 2.496 **novos**¹ e 192 em caráter de **retorno**², conforme demonstrado na tabela abaixo. Os processos novos representam 93% do total dessa demanda, sendo que a maior carga processual ocorreu nos meses de março e agosto, como pode ser visualizado na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 5 - Processos Concluídos

PROCESSOS CONCLUIDOS			
Mês de Referência	Novos	Retornos	TOTAL
JANEIRO	106	25	131
FEVEREIRO	164	26	190
MARÇO	305	7	312
ABRIL	198	14	212
MAIO	170	11	181
JUNHO	270	4	274
JULHO	280	19	299
AGOSTO	315	29	344
SETEMBRO	260	14	274
OUTUBRO	143	17	160

¹ Considera-se “novo” o processo que ingressa pela primeira vez no MPC/PA, momento em que é submetido à distribuição entre as Procuradorias de Contas, conforme critérios previamente estabelecidos em ato próprio.

² São classificados como “retorno”, os processos já submetidos à distribuição anterior, mas que retornam ao *Parquet* de Contas por motivos vários.

NOVEMBRO	112	20	132
DEZEMBRO	173	6	179
TOTAL	2496	192	2688

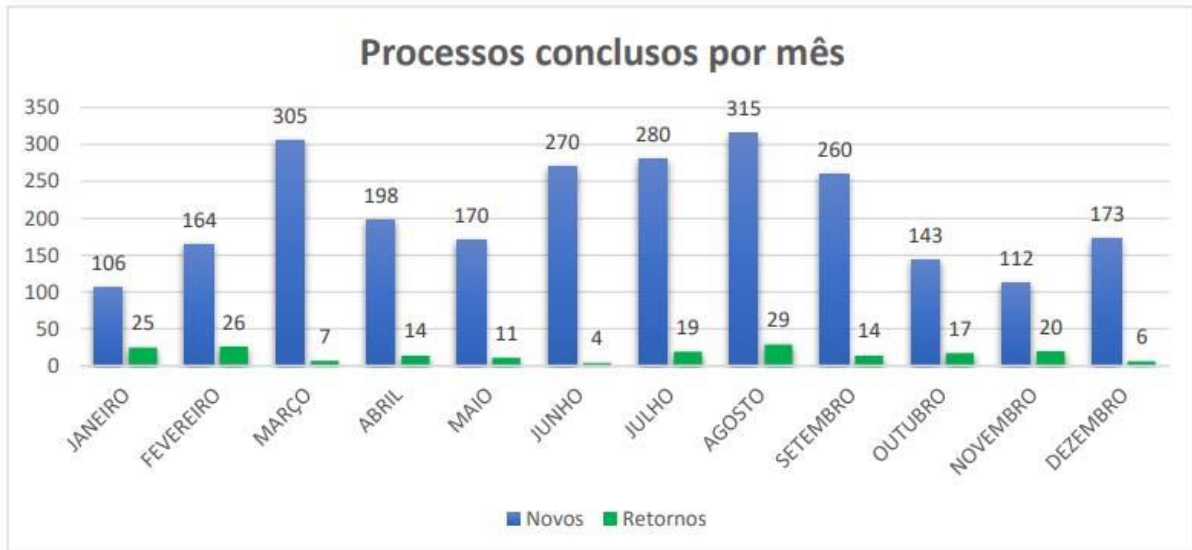


Gráfico 1 - Processos concluídos por mês

Nos processos em que é obrigatória a audiência do MPC/PA, bem como aqueles encaminhados por decisão do Tribunal Pleno do TCE/PA, tem-se o quantitativo por classe demonstrado abaixo.



Gráfico 2 - Processos distribuídos

Pelo gráfico apresentado e na tabela abaixo, verifica-se que, em 2021, assim como em 2020, as classes Ato de Admissão de Pessoal e Ato de Aposentadoria, Reforma e Pensão foram as espécies processuais que mais demandaram a atuação ministerial, tendo correspondido a 81% do total dos processos distribuídos no atual exercício.

Tabela 6 - Processos Distribuídos Por Classe

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR CLASSE	
Classe	Total por classe
APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1474
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	538
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES OU SUBVENÇÕES CONCEDIDAS PELO ESTADO	170
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	83
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS	67
REPRESENTAÇÃO	44
GESTÃO FISCAL	37
RECURSO	35
PEDIDO DE RESCISÃO	19
DEMAIS PROCESSOS	12
DENÚNCIA	9
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDITORIA ESPECIAL	4
CONSULTA	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	0
TOTAL	2496

Na sequência, a tabela abaixo “Evolução da Carga Processual” apresenta o comparativo do fluxo processual nos exercícios de 2016 a 2021.

A despeito da queda apurada no volume processual - o que já era esperado, dada a permanência das circunstâncias excepcionais vivenciadas em razão da pandemia -, revolvendo os históricos dos números absolutos de distribuição, percebe-se que o quantitativo alcançado em 2021, assim como em 2020, também conseguiu superar os parâmetros dos exercícios anteriores a 2019, ano que atingiu atípico

volume, possivelmente ainda em decorrência da Resolução nº 18.990/2018 do TCE/PA, em vigor desde 03/04/2018, que aprovou procedimentos de análise simplificada e de extinção de processos referentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão previdenciária, resultante da adoção de critérios para atuação célere nas ações de controle externo.

Tabela 7 - Evolução da carga processual

EVOLUÇÃO DA CARGA PROCESSUAL	
Exercício	Nº de processos
2016	2.211
2017	1.819
2018	2.595
2019	3.967
2020	2.996
2021	2.688

Em relação ao tempo médio de análise dos processos, um dos compromissos do Objetivo de Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção é atuar, em no máximo 15 dias, em 80% do total de processos recebidos. Conforme apurado pela Secretaria Processual do órgão, esse compromisso foi mantido satisfatoriamente, tendo sido de 7,71 dias o tempo médio de análise dos processos por parte das Procuradorias do MPC/PA.

Os processos relativos às prestações de contas e tomadas de contas especiais, em que pese não constituírem as classes processuais de número mais representativo na distribuição de feitos, possuem peso relevante nas atividades do controle externo, por envolverem a aplicação de recursos públicos de elevada monta.

Com base nos registros da Secretaria Processual, dentre os processos “novos” movimentados pelo MPC/PA em 2021, identificou-se que 320 decorreram de “processos de contas”, compreendidos, nesse universo, os relativos às:

- “Prestações de contas de auxílios, contribuições e subvenções, repassados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos jurídicos congêneres”;
- “Prestações de contas de administradores dos órgãos e das entidades da administração pública do Estado, bem como dos fundos” e
- “Tomadas de contas especiais”.

De acordo com os elementos repassados pelas Procuradorias de Contas, constata-se que, relativamente à tipologia processual em epígrafe, foram examinados processos envolvendo um montante de recursos públicos na órbita de aproximados **15,2 bilhões de reais**.

Desse montante global fiscalizado, o MPC/PA exarou manifestações pela imputação de débitos aos responsáveis nos casos em que identificou a prática de atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de que tenham resultado dano ao erário. Além dos valores requeridos a título de ressarcimento ao Estado, diversas sanções administrativas e pecuniárias correlatas às condutas reputadas irregulares também foram requeridas por este *Parquet* de Contas, sem prejuízo da adoção de pedidos cautelares visando ao resultado útil do processo.

A tabela a seguir consolida as providências sancionatórias pugnadas pelos órgãos de execução nesse sentido:

Tabela 8 - Providencias sancionatórias propostas

PROVIDÊNCIAS SANCIONATÓRIAS PROPOSTAS	
Natureza	Nº de Processos
Multas	50
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança	1

Fora do âmbito dos processos que tramitam na Corte de Contas, o *Parquet* Especializado atua através de procedimentos próprios – Notícias de Fato (NF) e Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) – devidamente autuados, registrados e publicizados, apurando fatos com potencial lesivo aos direitos que tem por competência resguardar.

Assim é que os requerimentos, representações e demais informações encaminhadas ao MPC/PA por qualquer pessoa física ou jurídica são registradas e autuadas como Notícias de Fato (NF), que podem ser arquivadas, convertidas em Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) ou utilizadas para embasar Representação perante os órgãos competentes, conforme o art. 3º da Resolução 07/2017 do Colégio de Procuradores do MPC/PA, *ipsis litteris*:

“Art. 3º - Os requerimentos, representações e demais informações encaminhadas ao Ministério Público de Contas do Estado sobre fatos que possam justificar a sua atuação serão

registradas e autuadas como Notícia de Fato, com subsequente distribuição e encaminhamento ao órgão ministerial competente para apreciá-la, na forma do art. 4º desta Resolução.”

O Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), conforme o art. 1º da referida Resolução, é o instrumento de “natureza facultativa, administrativa e unilateral a ser instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado junto ao sistema de controle externo e que serve como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico.”

Dessa forma, é pertinente a contabilização adicional das Notícias de Fato para verificação do avanço físico da Ação 8754 porque na análise daquela, assim como na análise dos Procedimentos Apuratórios Preliminares, são dispendidos considerável esforço e horas de trabalho desse *Parquet* de Contas.

Feita essa breve explicação, tem-se que, no ano de 2021, foram autuados 7 PAP's e 10 NF's, totalizando 17 procedimentos apuratórios (gênero dos quais os PAP's e as NF' são espécies) processados pelas Procuradorias de Contas.

Quando se observa o Compromisso Regional relativo à quantidade programada de procedimentos apuratórios até 2023 (12 por ano), o ano de 2021 revela-se mais um ano muito promissor para honrar com a programação assumida no médio prazo.

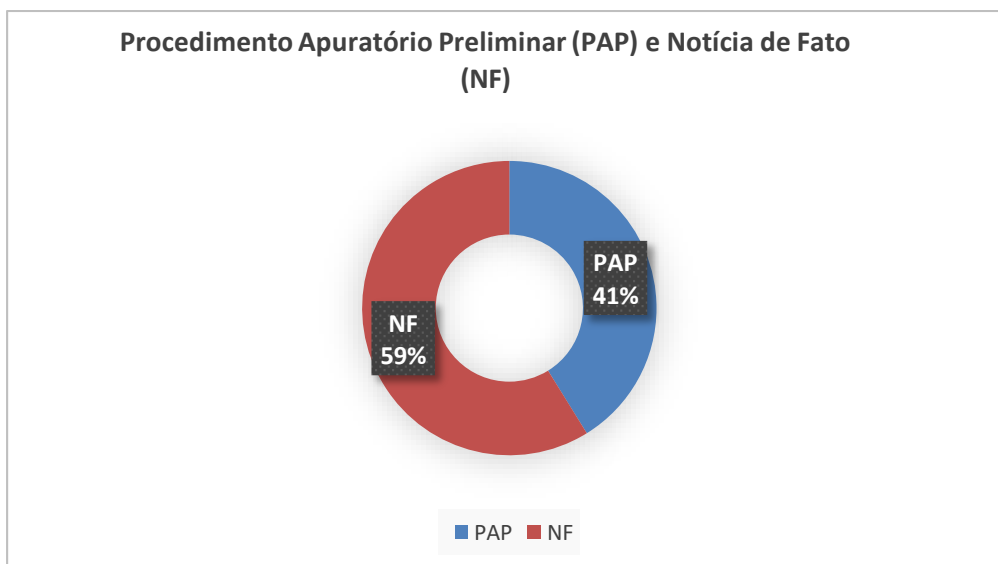


Gráfico 3 - Procedimentos apuratórios preliminares (PAP) e Notícias de fato

De seu turno, as Representações – geralmente, mas não necessariamente, decorrentes da apuração de Notícia de Fato ou PAP – consistem em levar ao conhecimento da autoridade competente – via de regra, o TCE/PA – ato do poder público reputado ilegal, ilegítimo ou antieconômico, a fim de que seja processado e julgado nos termos da lei.

Em relação às Representações, no exercício de 2021, o MPC/PA ingressou com 04 delas junto ao TCE/PA, uma ainda no contexto de enfrentamento à pandemia da COVID-19, relativa à apuração de possíveis falhas verificadas no procedimento de contratação da construção do 2º Hospital de campanha de Belém.

Foram expedidas, ainda, no exercício de 2021, 05 Recomendações, as quais consistem em medidas de caráter preventivo e pedagógico, através das quais o *Parquet* sugere correções ou aperfeiçoamentos para evitar a propositura de medidas punitivas.

Merece ser dada também a devida importância para a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado, submetida à apreciação do TCE/PA para emissão de parecer prévio, conforme estatuído pelo art. 116, I, da Constituição Estadual e correspondentes dispositivos da Lei Complementar nº 081, de 26/4/2012 (Lei Orgânica da Corte de Contas). Nos autos desse processo, a audiência do MPC/PA se faz igualmente obrigatória e a competência de elaboração do parecer recai sobre o Procurador-Geral de Contas.

Também faz parte do escopo dessa Ação (e da missão institucional do órgão) a participação nas sessões plenárias do TCE/PA. Em 2021, o Ministério Público de Contas participou de todas as sessões do TCE/PA, que foram 47 ordinárias e 1 extraordinária, conforme a tabela resumida a seguir:

Tabela 9 - Participação sessões plenárias do TCE/PA

PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TCE/PA		
Tipo de Sessão	Qtde de Sessões	Processos Pautados
ORDINÁRIA	47	2.776
EXTRAORDINÁRIA ³	1	-
TOTAL	48	2.776

³ A apreciação das Contas Anuais do Governo do Estado não foi considerada pela Secretaria do TCE/PA como processo pautado.

Ademais, conforme o inciso III do art. 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC/PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016, compete ao MPC/PA promover o ressarcimento dos débitos e multas devidos ao Erário pelas decisões do Tribunal de Contas do Estado.

Em 2021, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019 – MPC-TCE-PGE-IEPTB, firmado em 05/11/2019 e aditado em 21/08/2020 e em 05/11/2021, pelo Ministério Público de Contas do Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará, cujo objeto é a promoção da célere e eficaz recuperação dos créditos públicos vinculados à atividade jurisdicional do TCE/PA por meio da remessa para protesto das decisões prolatadas pela Corte de Contas (Acórdãos e Resoluções), o MPC/PA remeteu à PGE-PA 57 acórdãos, no valor histórico global de R\$ 11.548.068,27, a serem recolhidos aos cofres estaduais; e multas, no valor histórico total de R\$ 359.194,08. Além desses, para serem enviados na primeira remessa de 2022, ainda resta um lote de 7 títulos com débitos no valor histórico total de R\$ 3.110.139,42 e multas no valor histórico total de R\$ 54.198,77, representando, em 2021, o total apurado de 64 acórdãos, R\$ 14.658.207,69 de glosas e R\$ 413.392,85 de multas.

Por fim, a Ação 8754 também contempla outras iniciativas relacionadas à atividade-fim do MPC/PA, quais sejam, por exemplo, a participação dos membros em eventos relacionados à sua atuação finalística ou o deslocamento de membros e servidores para a consecução de eventuais diligências *in loco* relacionadas à atividade fim. E foram para essas últimas, mas não menos importantes, atividades que os recursos financeiros dessa Ação foram programados.

Principais Resultados/Justificativa

Do ponto de vista financeiro, a execução desta Ação alcançou 0,59% do valor programado. Esse resultado deveu-se ao cenário atípico promovido pela continuidade da pandemia da COVID-19, a qual impediu, também durante o ano de 2021, o deslocamento dos membros e servidores para reuniões, encontros e outras diligências relacionadas à atividade finalística do órgão, atividades principais abarcadas na **previsão orçamentária** dessa Ação.

Não obstante, o cumprimento da parte física foi bem superior ao valor programado. Tal fato ocorre porque o maior custo para realização das atividades finalísticas do MPC/PA invariavelmente recai sobre os recursos humanos, que empregam todo seu capital intelectual na consecução das diversas tarefas necessárias. Todavia, os valores alocados para este fim acabaram por ser previstos na Ação 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores, localizada em outro Objetivo do PPA (“Modernizar a Governança de Pessoas), cuja execução pode ser observada abaixo.

Tabela 10 - Ação 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
27.476.946,00	26.730.723,99	90,68%	Pessoa atendida / Unidade	82	81	99%

Dessa forma, a programação física prevista para apuração considerou apenas uma das facetas da atuação finalística do MPC/PA: os procedimentos apuratórios para os quais foram previstos recursos financeiros que certamente teriam sido realizados em maior monta se a situação sanitária de 2021 tivesse permitido. A Ação 8747 suportou diretamente a Ação 8754 na parcela mais significativa para a consecução da parte física programada, a correspondente aos recursos humanos.

2.2.2 AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial

Tabela 11 - AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
500.000,00	22.848,86	4,57%	Obra Realizada / Unidade	1,00	0,05	5%

A Ação 8753 – Implementação de Ações de Infraestrutura Predial é uma inovação do PPA 2020-2023 do MPC/PA para suportar iniciativas estratégicas

previstas no Planejamento Estratégico 2019-2024, quais sejam a implementação da Política de Segurança Institucional e seus desdobramentos.

A Política de Segurança Institucional prevê a melhoria das áreas e instalação da sede do MPC/PA, localizada em Belém/PA com a realização de obras nos sistemas físicos, elétricos, de lógica, eletrônicos, de combate a incêndio e de controle de acesso, dentre outros.

Principais Resultados/Justificativa

Devido ao segundo ano da pandemia da COVID-19, não foi possível executar plenamente as ações previstas nessa Ação, tendo sido realizadas apenas mais uma pequena parcela das melhorias necessárias iniciadas no ano de 2020, qual seja a repintura do Salão Nobre e da fachada frontal do prédio, totalizando 350,00m² de área beneficiada, impermeabilização dos reservatórios de água e ajustes nas caixas de drenagem, dentre outros serviços previstos no desdobramento da Política de Segurança Institucional do MPC/PA, todos no intuito de manter e preservar o patrimônio público.

Adicionalmente, contribuiu para a baixa execução da Ação no exercício o fato de a contratação da empresa especializada na elaboração dos projetos só ter sido finalizada no final do exercício, ficando as entregas e pagamentos para serem realizados integralmente em 2022.

2.2.3 AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas

Tabela 12 - AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.068.660,22	547.032,63	51,19%	Serviço Realizado / Percentual	100%	50%	50%

A Ação 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas tem como objetivo prover o órgão de infraestrutura física, tecnológica, de material, logística e de segurança adequadas para o desenvolvimento normal de suas atividades.

Principais Resultados/Justificativa

Foram desenvolvidas ações que viabilizaram o funcionamento do órgão de forma adequada e segura, gerando bens e serviços que direta ou indiretamente se destinam à sociedade.

Todavia, a continuidade da pandemia da COVID-19 fez com que o trabalho remoto (ou híbrido mediante rodízio) fosse o regime adotado na totalidade do ano de 2021 no MPC/PA, de modo que a suspensão do expediente presencial por alguns dias, bem como a diminuição do fluxo de pessoas, trouxe economia de algumas despesas operacionais da sede e postergou a necessidade de aquisições e a realização de serviços anteriormente programados.

A adoção do sistema de processo eletrônico tanto pelo MPC/PA quanto pelo TCE/PA também acarretou em diminuição no consumo de material de expediente e impressões em papel, contribuindo para o não atingimento da meta da Ação, mas, por outro lado, gerando economia sem detrimento da produtividade.

Ainda assim, atividades de manutenção, perenes ao longo do tempo para evitar o sucateamento dos ativos do órgão e serviços foram realizados, bem como houve a aquisição de bens relacionados às necessidades administrativas.

Dentre as atividades que se destacam nesta Ação, citam-se:

- Manutenções Preventivas e Corretivas nos equipamentos no grupo gerador de energia, nos veículos oficiais, nos sistemas de climatização e de combate a incêndio, no elevador, no mobiliário e na infraestrutura predial;
- Aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo split;
- Limpeza e desinfecção dos reservatórios de água do prédio, com análise bacteriológica e substituição dos elementos filtrantes do fornecimento de água potável;
- Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação;
- Controle de pragas e vetores urbanos;
- Sanitização regular das instalações em função da pandemia;
- Aquisição de material de expediente e insumos;
- Seguros predial e veicular.

OBJETIVO: Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo

Tabela 13 - Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo

OBJETIVO
Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo
COMPROMISSO REGIONAL
Executar 75% do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social até 2023
Implementar 80% da Política de Comunicação até 2023
Implementar 80% das Ações de Publicidade Institucional até 2023

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	Projeto realizado	Un	MPC/PA
Implementação da Política de Comunicação	Política de Comunicação Implementada	Prc	MPC/PA
Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	Prc	MPC/PA

Uma das etapas de elaboração do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC/PA consistiu na elaboração da missão e da visão do órgão, elementos fundamentais do referencial estratégico. Conceitualmente, a missão institucional é a razão de ser da instituição e a visão indica onde a organização pretende chegar no futuro.

O MPC/PA definiu como Missão “defender a ordem jurídica, por meio do exercício do controle externo, para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais em prol da sociedade”. Como Visão, por sua vez, o MPC/PA quer “ser reconhecido pela sociedade como instituição ministerial de contas autônoma e indispensável ao exercício do controle externo que contribui efetivamente para a boa gestão dos recursos públicos”.

Nesse mote, o Objetivo de “Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo” está alinhado com a Visão do MPC/PA, mais especificamente na intenção de ser reconhecida pela sociedade paraense.

O controle social é uma vertente importante do controle dos atos da Administração Pública. O controle externo, como desenho institucional definido na Carta Magna, tem suas naturais limitações em função da comparação entre o volume de recursos, a variedade da atuação estatal e a capacidade das instituições de controle observarem a totalidade dessa atuação. Dessa forma, o controle social é fundamental para alargar a amostra controlada do universo da Administração Pública e ele pode ser realizado por toda a sociedade e de variadas formas.

A fim de estimular e promover o controle social, o MPC/PA elaborou um plano de ação dinâmico contendo iniciativas direcionadas a esse fim que serão suportadas pelas Ações relacionadas com esse Objetivo.

Ademais, a Comunicação Institucional também está intimamente relacionada à consecução desse Objetivo. Quando da elaboração do Plano Estratégico do MPC/PA, foi constatada por meio de questionário veiculado no sítio eletrônico do órgão que mais de 40% das entrevistadas afirmaram não conhecer o órgão ou apenas já tinham ouvido falar do MPC/PA, sem maiores conhecimentos de sua atuação.

Diante desse cenário, duas Ações foram concebidas para o planejamento orçamentário de iniciativas de comunicação. A primeira delas, de “Implementação da Política de Comunicação”, consiste na estruturação das diretrizes e processos da temática Comunicação, com a melhoria da infraestrutura para apoio a esses processos. A segunda, de “Implementação das Ações de Publicidade Institucional”, como o próprio nome já antecipa, abarca as iniciativas de publicidade institucional direcionadas para o estímulo e a promoção do controle social.

Feitos tais esclarecimentos, passa-se à análise de cada Ação vinculada a esse Objetivo.

2.2.4 AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social

Tabela 14 - AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
260.000,00	0,00	0,00%	Projeto Realizado / Percentual	35%	50%	143%

Dentre os projetos (ou iniciativas) concebidas na Ação 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social, destacam-se:

- A realização de seminários, debates e encontros técnicos com a sociedade;
- A participação em eventos, em conjunto com o TCE/PA, voltados à formação cidadã nas escolas;
- O incentivo à criação de aplicativos digitais informativos e/ou de fiscalização;
- A interação junto as mídias sociais do MPC (*Facebook* e *Instagram*) com foco em postagens informativas e de estímulo ao controle social.

Principais Resultados/Justificativa

A previsão orçamentária para essa Ação contemplava a realização dos eventos com possível deslocamento de membros e servidores ou com despesas relativas à organização e promoção de eventos presenciais. Com o cenário imposto pela continuidade da pandemia da COVID-19 em 2021, as viagens e a realização de eventos presenciais ficaram limitadas – para não dizer inviabilizadas – o que acarretou a ausência de execução financeira. A realização da III Caminhada Contra a Corrupção, iniciativa diretamente conectada com a desejada aproximação do *Parquet* de Contas com a sociedade e que recebeu recursos do MPC/PA em 2019 – na sua segunda edição – é um exemplo de evento programado que restou prejudicado devido à manutenção da emergência sanitária.

Por outro lado, iniciativa de destaque em 2021 foi a realização da primeira temporada do programa “Diálogos com o MPC/PA”, prevista dentro da “realização de

seminários, debates e encontros técnicos com a sociedade”. Foram promovidos 02 eventos realizados integralmente em ambiente virtual, através da *internet*, sem custo adicional para o órgão já que os recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura empregados já estão contabilizados nas demais ações.

A primeira edição, ocorrida em 13 de agosto de 2021, com transmissão ao vivo pelo Youtube, teve como tema “Controle social em tempos de pandemia” e contou com três palestrantes: Dr. Ivan Costa (“O melhor remédio é a transparência”); Dr. Odilon Inácio Teixeira (“O TCE e o fomento ao controle social”); e Dra. Lidiane Dias (“A contribuição da universidade para o controle social”). A mediação dos debates foi conduzida pelo Ouvidor do MPC/PA, Dr. Patrick Bezerra Mesquita.

Em sua segunda edição, realizada em 19 de outubro de 2021, o evento novamente foi transmitido ao vivo pelo Youtube, e teve como tema “Sociedade e Saneamento Básico” e contou com três palestrantes: Dr. Stephenson Oliveira Vicer (“Controle externo e saneamento”); Dr. Luiz Alberto Rocha (“Regionalização e metas de universalização do saneamento”); e Dr. Nelson Chaves (“O saneamento e a saúde coletiva”). A mediação dos debates foi mais uma vez conduzida pelo Ouvidor do MPC/PA, Dr. Patrick Bezerra Mesquita.

A interação do órgão nas redes sociais – atividade desenvolvida exclusivamente por pessoal interno – também justificou o cumprimento da execução física programada da Ação.

2.2.5 AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação

Tabela 15 - AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
205.000,00	1.659,00	0,81%	Política de Comunicação Implementada / Percentual	40%	50%	125%

A Política de Comunicação do MPC/PA, elaborada em 2019 a partir de uma análise do cenário institucional, considerando público interno e externo e disponível para consulta no sítio eletrônico do MPC/PA, contém as diretrizes e os procedimentos

que devem nortear o órgão, a fim de aprimorar tanto a comunicação interna – voltada para membros e servidores –, quanto a externa – direcionada para a sociedade, jurisdicionados do TCE/PA e parceiros institucionais.

Destacam-se entre as iniciativas estruturantes da Assessoria de Comunicação do órgão (Ascom):

- Elaboração de Plano Bianual do setor de Comunicação, de acordo com as diretrizes da Política de Comunicação;
- A criação, aprovação e divulgação de formulários para estabelecer e acordar os fluxos de demanda do setor;
- A criação, aprovação e divulgação da rotina de aprovação dos temas junto à Procuradoria-Geral de Contas;
- A elaboração da linha editorial das redes sociais do MPC/PA;
- O mapeamento de indicadores para controle e avaliação do alcance do conteúdo veiculado nas redes sociais e atualização da Política de Comunicação para inclusão de fórmulas de cálculo, periodicidade de apuração e formatos de apresentação desses indicadores;
- O desenvolvimento e divulgação interna do Manual de Identidade Visual (em fase de aprovação);
- A aquisição de equipamentos audiovisuais para o desenvolvimento interno de vídeos institucionais;
- A alteração da interface digital do sítio eletrônico do MPC/PA e da *intranet*.

As diretrizes de comunicação do MPC/PA incluem, ainda, o dever de garantir a transparência das ações do órgão e elas devem favorecer que a sociedade identifique e reconheça o compromisso com a verdade, a imparcialidade e a seriedade imprimidas em toda a atuação do *Parquet* de Contas.

Na busca pela promoção e estímulo ao controle social, a Política de Comunicação preconiza a criação de projetos e iniciativas para chamar a atenção da sociedade em relação aos temas de controle externo e os trabalhos desenvolvidos, na mesma linha do plano de ação construído na Ação 8755 - Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social.

Principais Resultados/Justificativa

A totalidade dos resultados obtidos na execução física foi alcançada quase sem o dispêndio orçamentário. A elaboração de alguns produtos descritos na Política de Comunicação (para os quais foi prevista a contratação de serviços de terceiros) foi realizada a contento pelos recursos humanos próprios da Assessoria de Comunicação – ASCOM.

Inicialmente foram programados 10 itens para a medição do percentual de implementação da Política de Comunicação. Na ideia de que o planejamento precisa ser flexível para abarcar as mudanças de cenário, a lista foi replanejada para conter 12 itens. Desses 12 novos itens, mais 03 itens foram realizados em relação a 2020, sem a necessidade de dispêndio de recursos, quais sejam: o desenvolvimento do Manual de Identidade Visual do MPC/PA (em fase de aprovação por parte da Alta Administração do órgão), a definição de formato, participantes e cronograma de temas e prazo para a produção de vídeos institucionais e a implementação dessa rotina de publicação de vídeos.

2.2.6 AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional

Tabela 16 - AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
150.000,00	0,00	0,00%	Publicidade Institucional Implementada / Percentual	40%	100%	250%

As ações de publicidade institucional consistem no desenvolvimento, aprovação e veiculação do conteúdo previsto no plano bianual de ações de comunicação.

A Assessoria de Comunicação do órgão (ASCOM/MPC/PA) – conforme Portaria nº 065/2018/MPC/PA – é responsável pela elaboração de pautas, releases, notas, notícias e a cobertura de eventos institucionais internos e externos – organizados pelo MPC/PA ou que contaram com a sua participação.

Principais Resultados/Justificativa

No ano de 2021, todas as ações de publicidade programadas, dentre os produtos listados a seguir, foram executadas com pessoal interno, sem o uso dos recursos orçamentários previstos, embasando, dessa forma, o percentual obtido na apuração física da Ação.

Dentre os principais trabalhos desenvolvidos pela ASCOM em 2021, destacam-se a elaboração do Manual de Identidade Visual (atualmente em fase de aprovação pela gestão do órgão), a organização jornalística e publicitária do evento online “Diálogos com o MPC/PA”, bem como o processo de criação e execução de trabalhos publicitários, além do aprimoramento da usabilidade dos canais de comunicação e da cultura organizacional.

Destacam-se também os processos de rotina desenvolvidas no referido ano:

- Cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais internos e externos;
- Checagem e apuração de fatos para edição do clipping digital MPC/PA;
- Produção e redação de sugestão de pauta, release, nota, matéria e spot para rádio;
- Produção de roteiro para vídeos institucionais;
- Produção e edição de vídeos institucionais
- Planejamento, criação e execução estratégica – jornalística e publicitária - em eventos institucionais realizados pelo órgão;
- Edição e revisão de conteúdo informacional para peças publicitárias nas redes sociais do MPC/PA;
- Produção Gráfica: peças publicitárias, artes gráficas, criação de logos;
- Gerenciamento das redes sociais digitais do órgão (@mpcpaoficial/@mpcontaspa), com a criação de conteúdo a partir de planejamentos, semanais e mensais, e usabilidade de ferramentas de métricas e monitoramento;
- Gestão estratégica e de moderamento nas redes sociais digitais do órgão (gerenciamento de risco);
- Produção gráfica e jornalística de campanhas para a comunicação interna;
- Assessoria de imprensa;

- Manutenção e atualização anual do mailing de jornalistas;
- Edição de comunicados e informativos para a comunicação interna;
- Gerenciamento e execução das ações previstas na Política de Comunicação;

O principal suporte para a divulgação de conteúdo jornalístico sobre o trabalho e as ações institucionais do MPC/PA é o seu o *site* na *internet* – www.mpc.pa.gov.br.

No ano de 2021, foram publicadas 52 notícias na plataforma digital, conforme é apresentado na tabela abaixo. O sistema de intranet também reportou informações e notícias de interesse interno, com a veiculação de 7 matérias.

Tabela 17 - Notícias Veiculadas

NOTÍCIAS VEICULADAS		
Mês de Referência	Internet (site)	Intranet
JANEIRO	3	-
FEVEREIRO	5	-
MARÇO	4	-
ABRIL	3	-
MAIO	5	1
JUNHO	4	-
JULHO	4	1
AGOSTO	6	-
SETEMBRO	4	1
OUTUBRO	7	2
NOVEMBRO	4	2
DEZEMBRO	3	1
TOTAL DE NOTÍCIAS VEICULADAS	52	7

Em 2021, o planejamento, a elaboração e a divulgação de campanhas publicitárias referentes à atuação seguiram avançando, especialmente no que se refere à criação de conteúdos de cunho pedagógico/ interativo, além dos trabalhos de roteirização, produção e edição de vídeos. Nesse sentido, destacamos a produção das edições da “Newsletter MPC/PA”, o “MPC/PA Entrevista”, e o vídeo em homenagem ao conselheiro Nelson Chaves, veiculado na segunda edição do evento online “Diálogos com o MPC/PA”.

Outro ponto estratégico diz respeito a continuação das campanhas de prevenção e combate à COVID-19 e, ainda, os conteúdos de cunho pedagógico e de prestação de serviço público como, por exemplo, as campanhas de combate às fake News, Campanha Nacional Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. Peças e vídeos (transmídia) em referência às notícias publicadas no site do MPC/PA e, também, o trabalho (planejamento, criação de conteúdo e divulgação) prestado pela ASCOM nas duas edições do evento online “Diálogos com o MPC/PA”.

Tabela 18 - Levantamento Quantitativo de Produção de Vídeo e peças publicadas no ano de 2021

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO DE VÍDEO E PEÇAS PUBLICITÁRIAS NO ANO DE 2021			
Mês de Referência	Campanhas Externas	Campanhas Internas	Vídeos (Externos e Internos)
JANEIRO	4	1	-
FEVEREIRO	2	-	1
MARÇO	4	2	2
ABRIL	4	4	8
MAIO	4	2	-
JUNHO	2	1	-
JULHO	1	-	6
AGOSTO	6	1	6
SETEMBRO	3	1	2
OUTUBRO	13	2	6
NOVEMBRO	1	1	-
DEZEMBRO	6	1	1
TOTAL DE CONTEÚDO PRODUZIDO	50	16	37

OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Tabela 19 - Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

OBJETIVO			
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)			
COMPROMISSO REGIONAL			
Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023			
Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada	Prc	MPC/PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Unidade Modernizada	Un	MPC/PA

O Mapa Estratégico do MPC/PA para o período 2019-2024 está dividido em quatro perspectivas que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma contém um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados no alcance de sua visão e no cumprimento de sua missão.

A perspectiva de “Pessoas, Aprendizado e Inovação” engloba tudo o que se refere à gestão de pessoas, tecnologia da informação, comportamento organizacional e infraestrutura logística do MPC/PA. Nessa perspectiva está inserido o objetivo “Implantar a Governança de TI”, cujo contexto é dotar o MPC/PA de meios e soluções tecnológicas adequadas para atender às demandas internas e externas.

Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - DTIT realizar as atividades e soluções que envolvam recursos de computação e comunicação visando a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processada por este *Parquet* Especializado de Contas.

Com isso, o objetivo de “Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)” foi concebido a partir de diagnóstico feito na elaboração do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC/PA, quando foram identificadas, no ambiente interno, a

necessidade de destaque das iniciativas relacionadas à melhoria dos recursos de informática e telecomunicação do MPC/PA com atualização do parque tecnológico, o desenvolvimento de sistemas que suportem as atividades administrativas e atividades-fim e implantação da governança de TI.

Destacam-se as duas ações que foram contempladas no planejamento orçamentário. A primeira “Implementação Soluções de TI” que diz respeito à implantação, atualização e integração de sistemas de informação e/ou de processo eletrônico. A segunda “Modernização da Infraestrutura de TI refere-se à atualização rede, software e hardware, elementos fundamentais para o bom funcionamento do órgão.

2.2.7 AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI

Tabela 20 - AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
2.012.504,00	372.337,61	18,50%	Solução Apresentada / Percentual	60%	41%	69%

A Ação de Implementação das Soluções de TI foi idealizada para abarcar a programação dos recursos necessários para a implementação e melhoria nos sistemas de informação do MPC/PA.

O setor público tem uma crescente necessidade de se adequar às novas formas de trabalho e é imperativa a contínua busca por eficiência e celeridade em seus processos. E esses dois aspectos da melhoria permanente de qualidade dos produtos e serviços que devem ser entregues à sociedade perpassam necessariamente pelo aumento e pelo incremento da qualidade dos *softwares* e sistemas utilizados.

Aumentar e aprimorar o uso dos recursos digitais contribuirá para essa busca nos processos das áreas de apoio e também na área-fim do MPC/PA. Processos repetitivos e cíclicos das áreas-meio e monitoramentos realizados pelas áreas-fim podem ser automatizados, liberando os recursos humanos para análises mais nobres e para o alcance da visão de futuro do *Parquet* de Contas estadual.

As Soluções de TI foram previstas no planejamento setorial do DTIT para o período de 2019-2024 e, por isso, alguns itens previstos desde o ano de 2019 também devem ser contabilizados para apuração da meta física (uma vez que ela é calculada pelo acúmulo percentual das soluções implantadas em relação à base total para o período citado acima). Com isso, dentre outras soluções que podem surgir ao longo da execução do PPA vigente, as soluções de TI previstas são as seguintes:

- Aquisição de *softwares* disponíveis no mercado;
- Contratação de chaves de certificado digital usados como ferramentas de apoio aos servidores e membros;
- Desenvolvimento de sistema usado na Ouvidoria do MPC/PA⁴;
- Implantação de sistema Web de Cadastro e Monitoramento do Planejamento Estratégico e Planejamento de Gestão, objetivando registro e monitoramento eficiente das ações planejadas⁵;
- Atualização do framework (abstração de códigos comuns entre vários projetos de software) e sistema de segurança da *Intranet* e da *Internet* do MPC/PA⁶;
- Migração para o fornecimento e gerenciamento da rede remota, pavimentando o caminho para a possível implantação futura do teletrabalho;
- Implantação do processo administrativo eletrônico, observando a implantação do Sistema de Processo Eletrônico do TCE/PA, incluindo a digitalização dos processos em papel;
- Aprimoramento do DIPRO, sistema usado para distribuição interna dos processos oriundos do TCE/PA;
- Aprimoramento do sistema de Gestão de Pessoas;
- Aprimoramento do sistema usado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF);
- Desenvolvimento de sistema para Gestão de Patrimônio permanente e de consumo, incluindo o gerenciamento de estoque;
- Desenvolvimento de sistemas para a atividade finalística;

⁴ Previsto para 2019

⁵ Previsto para 2019

⁶ Previsto para 2019

- Aperfeiçoamento da interface digital do MPC/PA (sítio eletrônico, *intranet* e demais interfaces de apoio).

Principais Resultados/Justificativa

No exercício de 2021, houve uma dedicação muito grande da equipe, sem a necessidade de contratação externa, na continuidade do desenvolvimento do sistema DIPRO 4.0.

Foram realizadas também, com recursos próprios, modificações no *site* do órgão na *internet*, no *layout* de algumas páginas e funcionalidades internas, bem como ajustes relacionados à Lei de Acesso à Informação (acessibilidade e pesquisa rápida textual, dentre outras).

Dessa forma, para contabilização da execução física dessa Ação, foi considerada a mesma base de entregas de 2020. As entregas previstas para 2021 foram afetadas, todavia, por fato superveniente e imprevisível ocorrido na contratação da solução de Fábrica de Software, o que gerou a anulação dos contratos, bem como postergação da contratação e início dos trabalhos, impactando tanto na meta física, quanto na financeira, já que referida contratação será a base para a implementação da maioria das soluções previstas.

Com efeito, os desafios trazidos pela continuidade da pandemia da COVID-19 – com a migração quase que imediata dos processos físicos para eletrônicos e a disponibilização de alternativas para consecução do trabalho remoto – acabaram por envidar muitos esforços da equipe interna, retardando os estudos, contratação, desenvolvimento e implementação das soluções.

2.2.8 AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI

Tabela 21 - AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.306.885,00	267.083,90	20,44%	Unidade Modernizada / Unidade	75%	85%	113%

A Ação Modernização da Infraestrutura de TI foi, assim como a Ação de Implantação de Soluções de TI, uma necessidade identificada na elaboração do Plano Estratégico 2019-2014 do MPC/PA, oriunda da análise do ambiente interno, que apontou a necessidade de atualização do parque tecnológico.

Dependente dos recursos de TI, em sentido amplo, a missão institucional do MPC/PA só pode ser cumprida a contento com um parque tecnológico moderno e eficiente. E esse parque, no MPC/PA é diversificado e composto por equipamentos que vão desde computadores (*desktops* e *notebooks*) até *switches*, passando por *no-break's* e servidores.

A métrica usada para aferição considerou o parque de ativos e consiste na verificação do nível percentual de atualização desses ativos.

Principais Resultados/Justificativa

Seguindo a Ação de Modernizar a Infraestrutura de T.I. do Planejamento Estratégico 2019-2024, foi feita a aquisição de 30 computadores, do tipo desktop, através da Ata de Registro de Preços nº. 07/2020/MPC/PA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 08/2020-SRP/MPC/PA; e de 30 monitores *ultrawide*, através do Pregão Eletrônico nº. 08/2021/MPC/PA, visando a substituição de equipamentos que estavam em final de vida útil, ou que até já apresentavam problemas.

Foram adquiridos também 11 notebooks, através do Pregão Eletrônico nº 08/2021/MPC/PA, objetivando a atualização de equipamentos necessários para a realização das atividades do Órgão dentro e fora de sua Sede.

Ademais, visando a substituição de equipamentos que já apresentavam problemas, foram adquiridos 70 nobreaks de 1,2 KVA, através Ata de Registro de Preços nº 03/2021/SRP/MPC/PA, proveniente do Pregão Eletrônico nº 11/2020-SRP-MPC/PA.

Além disso, foram adquiridos webcams, leitores de código de barras, e outros equipamentos para comporem a infraestrutura de TI e atender a demanda atual deste Órgão Ministerial.

O índice de modernização do parque de ativos de TI consiste na medição de qual o percentual dos ativos em uso que estão atualizados conforme critérios de idade.

Tabela 22 - índice de modernização do parque de ativos de TI MPC/PA

ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ATIVOS DE TI MPC/PA		
Descrição	Quantidade em uso	Quantidade de ativos atualizados em uso no ano de 2021
Servidores	4	2
Computadores	110	110
Monitores	113	80
Notebooks	11	11
Switches gerenciáveis	3	3
Switches não gerenciáveis	19	17
Impressoras	3	0
No-breaks	71	70
Estabilizadores	13	0
Roteadores	5	5
Racks	2	2
Projetores	2	1
Tela de projeção	1	1
Televisores	2	1
Kit de Microfones	2	2
Webcams	23	23
Tripés para câmeras de vídeo	4	4
Mesas de som	2	0
Placas de captura de vídeo	1	1
HD USB externos	10	0
Apresentador multimídia	1	1
Aparelhos de telefone	45	45
Câmera fotográfica	1	0
Dockstation	2	2
Leitor de Código de Barra	2	2
TOTAL	452	383
		85%

OBJETIVO: Modernizar a Governança de Pessoas

Tabela 23 - Modernizar a Governança de Pessoas

OBJETIVO			
Modernizar a Governança de Pessoas			
COMPROMISSO REGIONAL			
Executar 90% das Ações do Plano de Capacitação até 2023			
Implementar 80% do Projeto de Promoção da Qualidade na Vida do Trabalho até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA	Pessoa Atendida	Un	MPC/PA
Assistência Médica e Odontológica do MPC/PA	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Capacitação de Membros e Servidores do MPC/PA	Pessoa Capacitada	Un	MPC/PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC/PA	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA

O objetivo de “Modernizar a Governança de Pessoas” também foi concebido a partir de diagnóstico feito na elaboração do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC/PA, quando foi identificada, no ambiente interno, a necessidade de destaque das iniciativas relacionadas à gestão de pessoas, incluindo a valorização do corpo funcional (desdobrada nas Ações de Assistência Médica e Odontológica, Concessão de Auxílio Alimentação e Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho), a implantação do modelo de gestão de pessoas por competência e o aperfeiçoamento do desenvolvimento dos servidores e membros com capacitação e treinamento (desdobrada na Ação de Capacitação de Membros e Servidores).

A busca desse objetivo proporcionará ao *Parquet* de Contas o contínuo aprimoramento de suas atividades institucionais uma vez que, o órgão recebe, processa e entrega como produto, em sentido amplo, informações de natureza

intangível. E os recursos precípuos utilizados para o atingimento das missões institucionais são, inevitavelmente, nesse caso, humanos.

Na sequência cada Ação é analisada de forma individualizada.

2.2.9 AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA

Tabela 24 - AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
27.476.946,00	26.730.723,99	90,68%	Pessoa Atendida / Unidade	82	81	99%

A ação 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores do MPC/PA abarca o planejamento e a execução dos recursos correspondentes ao capital intelectual usado em todas as atividades ministeriais, seja na área-fim ou nas áreas de apoio.

Além dos servidores e membros, o MPC/PA possui um Programa de Estágio, que se destina ao estágio não obrigatório, de caráter pedagógico e supervisionado, de alunos dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de Direito, Administração, Contabilidade, Comunicação Social, Tecnologia da Informação (Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e de outras áreas afins às funções ministeriais e necessárias à boa gestão do órgão. Os estagiários não foram previstos nem contabilizados na apuração da meta física dessa Ação.

Por fim, conforme mencionado na descrição do objetivo e na Ação 8754, a Ação 8747 **suporta diretamente quase todas as demais Ações** do PPA 2020-2023. Devido à inviabilidade de apuração do custo de recursos humanos, caso estes tivessem sido distribuídos nas Ações (finalísticas e de apoio) e devido à dinâmica atuação dos servidores e membros nas diversas atividades, restou mais adequado, na elaboração desse PPA 2020-2023, o controle dos gastos com pessoal (referentes à remuneração/subsídio) em uma única Ação.

Principais Resultados/Justificativa

A execução orçamentária da presente Ação foi inferior à dotação disponibilizada, tendo a execução física atingido quase que a totalidade da meta. Com o ingresso de 01 Analista Ministerial – Especialidade Tecnologia da Informação e com a saída de 01 servidor cedido, o quadro de pessoal do MPC/PA restou distribuído conforme tabela abaixo no final do exercício de 2021.

Tabela 25 - Quadro de pessoal do MPC/PA

	Cargos ocupados	Cargos vagos
Procurador de Contas	8	0
Analista Ministerial – Especialidade Administração	3	0
Analista Ministerial – Especialidade Ciências Contábeis	3	0
Analista Ministerial – Especialidade Comunicação Social	1	0
Analista Ministerial – Especialidade Controle Externo	11	5
Analista Ministerial – Especialidade Direito	2	1
Analista Ministerial – Especialidade Engenharia Civil	1	0
Analista Ministerial – Especialidade Tecnologia da Informação	2	0
Assessor Técnico*	3	0
Assistente Ministerial de Controle Externo	6	0
Assistente Ministerial de Informática	2	0
Auxiliar Ministerial de Controle Externo	4	0
Agente Operador de Veículos**	8	0
CC - Assessor da Procuradoria	12	0
CC - Chefe de Gabinete	9	0
CC – Secretária	1	0
Cedidos	5	0
TOTAL	81	6

Cumprе ressaltar que o resultado físico não foi alcançado em razão da Lei Complementar nº 173/2020, que teve vigência de 28/05/2020 a 31/12/2021 e restringiu contratação de pessoal⁷, ressalvadas, dentre outras, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos, impossibilitando, desta forma, a nomeação e posse do aprovado no concurso público para o cargo de Analista Ministerial de Controle Externo – Especialidade Direito prevista para o ano.

⁷ Art. 8º, IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares.

Não obstante, o pequeno descasamento percentual entre as execuções física e financeira continua sendo justificado pelo fato de uma parcela dos servidores efetivos ocuparem cargos em comissão, tendo este percentual sido consideravelmente incrementado a partir dos novos ingressos, em 2020, acarretando economia financeira – já que uma mesma pessoa ocupa dois cargos (um efetivo e outro em comissão).

Assim, conclui-se que a economia ora experimentada na Ação é consequência direta de uma **opção discricionária** da gestão de prover um maior número de cargos em comissão com servidores efetivos. No entanto, não se pode olvidar que, em caso de necessidade, o MPC/PA possui margem para **aumentar seu quantitativo de pessoal** provendo os cargos em comissão com pessoas diversas às integrantes do seu quadro de efetivos, o que – invariavelmente – terá como consequência direta e inevitável o aumento no dispêndio financeiro desta Ação.

2.2.10 AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC/PA

Tabela 26 - AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC/PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.512.000,00	924.570,19	61,15%	Pessoa Beneficiada / Unidade	82	81	99%

O auxílio-saúde, previsto na Ação 8749, é um benefício concedido em pecúnia para o ressarcimento total ou parcial, limitado ao teto, dos pagamentos mensais efetivamente realizados a planos de saúde (para cobertura de despesas médicas e/ou odontológicas) de titularidade de membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa), cumpridas as condições e critérios exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

A meta física ficou um pouco abaixo do programado em razão do exposto na Ação anterior.

Ressalta-se, por outro lado, que do ponto de vista financeiro a dificuldade no planejamento assertivo do valor a ser destinado para o ressarcimento se dá em razão de os mesmos poderem variar muito (abaixo do teto) para cada servidor ou membro, sendo o *quantum* efetivamente dispendido bastante diversificado ao longo do ano. Ademais, também não foi possível sequer atualizar monetariamente o valor em razão da Lei Complementar nº 173/2020 que proibiu “criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares (...)”⁸.

Dessa forma, a economia orçamentária nessa Ação foi proporcionalmente maior que a execução física.

2.2.11 AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação

Tabela 27 - AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação

FINANCEIRO (R\$)			FISICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.915.200,00	1.573.385,00	82,15%	Pessoa Atendida / Unidade	82	81	99%

O auxílio-alimentação é destinado a todos os membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa), desde que cumpridos os requisitos exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

Assim como na Ação 8747, houve economia orçamentária nessa Ação devido a alterações que ocorreram no quadro de pessoal ao longo do exercício de 2021 e das limitações impostas pela Lei Complementar nº 173/2020.

⁸ Art. 8º, VI

2.2.12 AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC/PA

Tabela 28 - AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC/PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
591.287,00	217.595,28	36,80%	Pessoa Capacitada / Unidade	110	38	42%

Um dos pontos mais importantes do Objetivo de Modernizar a Governança de Pessoas, a capacitação de membros e servidores do MPC/PA é conduzida pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

O CEAF é o órgão auxiliar do MPC/PA destinado a promover cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos, publicações e congêneres, visando ao aprimoramento cultural, profissional e funcional dos membros e servidores da instituição, bem como a melhor execução de seus serviços e a otimização, disponibilização, utilização e operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do órgão, para o melhor desempenho das funções institucionais.

Neste contexto, o MPC/PA elaborou, em 2019, a sua Política de Capacitação, documento que reúne as principais diretrizes de capacitação do órgão, com definição dos eixos e estratégias de atuação, áreas temáticas de conhecimento, modalidades de capacitação e estratégias de ensino.

As competências foram organizadas em três eixos de atuação, quais sejam: Desenvolvimento Gerencial, Técnico e Genérico. O eixo de Desenvolvimento Gerencial contempla as competências necessárias para a liderança e gestão do ambiente de trabalho. O eixo de Desenvolvimento Técnico consiste nas competências específicas do servidor e membro para atuação profissional nos processos de trabalho. Já o eixo de Desenvolvimento Genérico inclui as competências gerais e comportamentais que o profissional precisa desenvolver e que permeiam toda a organização.

É preconizado na Política de Capacitação que as ações educacionais propostas desenvolver-se-ão de modo multidisciplinar e transversal em torno da

divisão de grandes áreas de conhecimento, as quais se agrupam por afinidade em 07 ramos: Administração, Gestão e Governança Pública, Auditoria e Controle Interno, Contabilidade e Finanças Públicas, Contas e Processos, Direito, Segurança e Qualidade no Trabalho e Sistemas de Informação.

Historicamente, o CEAF tem apresentado como um dos seus pontos fortes a realização de parcerias, geralmente sem custo para o órgão, para o oferecimento da capacitação, prezando pela economia dos recursos públicos sem descuidar da qualidade das iniciativas executadas.

Principais Resultados/Justificativa

Em 2021, a manutenção do cenário pandêmico mostrou-se desafiadora para a atuação do CEAF. Foram realizadas 11 ações educacionais no exercício de 2021 com número médio de capacitados de 38 servidores por capacitação.

Tabela 29 - Ações educacionais realizadas em 2021 pelo CEAF

AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS EM 2021 PELO CEAF		
Ação	Mês de realização	Capacitados
“Excel na prática”, por: Felipe Arrivabene, servidor do MPC/PA	Janeiro	45
“Treinamento SIMAS - Sistema Integrado de Material e Serviços do Estado”, por: Walter Garcia Montalvão, servidor da SEPLAD	Fevereiro	46
“Liderando Pessoas, Carreiras e Competências”, por: Lucca Darwich Mendes, advogado	Março	33
“Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: alterações e inovações”, por: Ana Amélia Barros Miranda, servidora do MPC/PA e professora	Abril	38
“Lei Geral de Proteção de Dados: a implementação e seus desafios”, por: Marcílio Braz Jr., fundador da Privacy Academy	Maio	95
“Gerenciamento do tempo e das emoções na pandemia. O que aconteceu com a nossa produtividade?”, por: Mariana Barreira Mendonça, psicóloga e professora	Junho	23
“Orçamento Público: natureza, função e elaboração”, por: Alexandre Coutinho da Silveira, advogado e professor	Agosto	26
“Como organizar as finanças pessoais?”, por: Gilberto Takashi Suzuki, administrador e professor	Setembro	21
Treinamento “Fiscalização de Contratos no MPC/PA”, por: Gilvanete Azevedo Ferreira, servidora do MPC/PA	Outubro	40

"Evolução dos instrumentos de transparência a partir da Constituição Federal de 1988", por: Cláudio Nascimento Alfradique, servidor do TCE/RJ	Novembro	25
"Visão, objetivo, sonho ou desejo", por: Mara Gurjão, professora	Dezembro	28

Além dos eventos realizados mediante parcerias, no ano de 2021, o CEAF demandou a contratação de dois cursos externos tidos como prioritários para a capacitação dos membros e servidores do MPC/PA, realizando toda a intermediação e negociação com as empresas, além de organizar internamente o oferecimento destes. Foram eles:

1) “Proteção de dados e Setor Público: apontamentos sobre as implicações da LGPD nos marcos legislativo e judiciário brasileiros e implementação prática da Lei”

O Curso foi ministrado pela Privacy Academy, em formato on-line, e contou com carga de 35 horas-aula, divididas em dois módulos: o Módulo I cobriu aspectos jurídicos da Lei Geral de Proteção de Dados (10 horas-aula) e o Módulo II abordou a implementação prática da LGPD (25 horas-aula). Houve a participação de 20 alunos no Módulo I (sendo 17 servidores do MPC/PA e 3 servidores do TCE/PA) e 8 alunos no Módulo II (sendo 7 servidores do MPC/PA e 1 servidor do TCE/PA), todos indicados pelas chefias imediatas e pela Procuradoria-Geral de Contas. O Módulo I ocorreu nos dias 06, 07, 09, 13 e 14 de abril de 2021, das 19h às 21h (5 aulas com 2 horas de duração cada), e o Módulo II ocorreu do dia 19 ao dia 30 de abril de 2021, de segunda a sexta-feira, no horário das 19h às 21h30 (10 aulas com 2:30 horas de duração cada).

2) “O que muda com a Nova Lei de Licitações? Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos”

Considerando que o Ministério Público de Contas do Estado do Pará atua diretamente na fiscalização das contratações públicas e diante das consideráveis alterações e inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, tornou-se imprescindível a formação, atualização e capacitação profissional dos membros e servidores do MPC/PA, tanto na atividade meio, quanto na atividade finalística de controle externo. Pensando nisso, o CEAF demandou a iniciativa de contratação de curso de capacitação objetivando a formação do corpo técnico do MPC/PA na Nova Lei de

Licitações e Contratos Administrativos. O curso foi ministrado pela empresa Zênite Informação e Consultoria S.A. no formato on-line, em plataforma disponibilizada pela empresa, no ambiente www.zenite.online.com.br e consistiu em turma fechada com 40 (quarenta) participantes, todos membros e servidores do MPC/PA. O curso contou com carga-horária total de 20 horas, realizado nos dias 16 a 20 de agosto de 2021, em 05 (cinco) dias consecutivos e duração diária de 04 horas, das 14h às 18h.

Além disso, ao longo de 2021, o CEAF também continuou com a divulgação do “Informativo de cursos”, um guia com indicação de diferentes cursos oferecidos *online* e gratuitamente por instituições voltadas para a capacitação no serviço público, tais como o Instituto Serzedelo Corrêa, a Escola Nacional de Administração Pública, o Instituto Rui Barbosa, dentre outras. Os Informativos de Cursos foram divulgados quadrimestralmente em 2021, através diversos canais de comunicação do órgão (grupo de WhatsApp, e-mail, intranet e site do MPC/PA), contendo opções de curso em diversas temáticas, como: Gestão de Pessoas, Gestão estratégica, Orçamento e Finanças, Auditoria e Controle, Licitações e Contratos Administrativos, Língua Portuguesa, Contabilidade, Desenvolvimento Gerencial, Governança e Gestão de Riscos, Ética e Cidadania, Comunicação, Gestão Pública, entre outros.

No âmbito da educação formal, no ano de 2021, o CEAF trabalhou em conjunto com a UFPA e outras instituições para a formalização de Convênio, com ônus orçamentário-financeiro, disponibilizando vagas aos membros e servidores do MPC/PA em Programa de Mestrado Profissional, sendo um na área do Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA) e outro em Economia Aplicada (PPGEA/UFPA), fruto de tratativas iniciadas no ano de 2020.

A primeira turma do PPGDDA/UFPA encontra-se em andamento, tendo sido iniciada em abril de 2021, ocasião em que dois membros do Ministério Público de Contas foram aprovados na seleção da UFPA.

Ante o exposto, a execução orçamentária realizada abaixo do previsto deu-se em razão das parcerias realizadas com os palestrantes, em sua maioria convidados-voluntários ou integrantes do quadro de pessoal do MPC/PA, resultando no menor percentual de execução financeira observado. Entretanto, quando comparamos o percentual de execução da presente Ação em 2021 com o percentual executado em 2020, podemos perceber a evolução na oferta de cursos remunerados, passando de cerca de 23% para quase 37% de execução orçamentária.

2.2.13 AÇÃO 8750 - Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC/PA

Tabela 30 - AÇÃO 8750 - Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC/PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2021	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
145.000,00	0,00	0,00%	Pessoa Beneficiada / Unidade	35	0	0%

O projeto de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, cujo principal objetivo é buscar meios para a melhoria da saúde e do bem-estar (físico e mental) dos membros e servidores do MPC/PA, foi elaborado contendo ações relacionadas ao tema. O projeto consiste, dentre outras ações, na divulgação de informações relevantes sobre o tema para os membros e servidores, a busca por possíveis convênios com empresas do ramo de desportos para estimular a prática da atividade física, bem como na execução de iniciativas que visem a diminuição do estresse e controle da ansiedade (como a promoção de eventos culturais e o estímulo à meditação, por exemplo).

Principais Resultados/Justificativa

A ausência de execução financeira deu-se pelo fato de que, em 2021, os eventos culturais foram realizados de forma *online* e sem custo para o órgão devido à situação sanitária, tendo sido promovidos o IV Concurso Anual de Poesias e o I Concurso de Fotografias, os quais ocorreram, respectivamente, em Outubro e em Dezembro de 2021. A realização do sarau artístico previsto foi cancelada pela impossibilidade de reuniões (e apresentações) presenciais. Os convênios com academias, escolas e outras instituições, com a intenção de obter descontos para os servidores e membros e que estão relacionados ao número de beneficiados previstos na meta física, também não puderam ser celebrados em 2021 devido à pandemia, justificando, assim a execução física apurada.

3 RELATÓRIOS SETORIAIS

Em complementação às informações já apresentadas, colacionam-se a seguir os relatórios setoriais detalhando as atividades desenvolvidas nas unidades administrativas do MPC/PA ao longo do exercício de 2021.

3.1 Departamento de Finanças e Planejamento

Este relatório tem como objetivo prestar contas das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Finanças e Planejamento, no exercício de 2021, aos membros, servidores e sociedade em geral.

A exposição dos fatos retrata com clareza os trabalhos realizados dentro do enfoque das atribuições inerentes a este Setor e em consonância com as diretrizes superiores.

3.1.1 Atividades Relativas ao Planejamento

Na área de Planejamento, Orçamento e Gestão das atividades do Órgão, dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se os seguintes:

- Coordenação da primeira revisão do Plano Estratégico 2019-2024;
- Continuidade na disseminação de conceitos de Planejamento e Gestão nos diversos níveis hierárquicos do Órgão (reuniões e discussões), com o objetivo de alinhar o conhecimento sobre o assunto e buscar engajamento dos gestores com a busca dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico 2019-2024;
- Gestão das ações do Plano de Gestão 2020-2022 por meio do SIMP e do “Farol de Ações” com envios periódicos dos *status* das ações aos responsáveis;
- Gestão dos objetivos e das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico 2019-2024 e elaboração do Relatório de Avaliação dos Indicadores Estratégicos contendo os resultados desses indicadores no ano de 2020 (em fase de aprovação);

- Revisão da estrutura do PPA do MPC/PA, com enxugamento do número de Ações e conexão mais direta entre o resultado e a aplicação dos recursos financeiros;
- Participação com o Financeiro na elaboração do orçamento para o ano de 2022 do MPC/PA detalhando no curto prazo o que foi desenhado na revisão da estrutura do PPA 2020-2023 e envolvendo os departamentos na defesa orçamentária, sempre buscando assertividade no planejamento, visão sistêmica e integrada entre os instrumentos de planejamento (Plano Estratégico e Plano de Gestão) e os instrumentos orçamentários;
- Cadastro e atualizações do orçamento 2022 do MPC/PA no SIGPLAN conforme informações advindas da Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD);
- Assessoramento dos departamentos nos assuntos relacionados a planejamento e gestão, em especial na elaboração do Plano de Compras e Contratações do MPC/PA para o ano de 2022;
- Análises orçamentárias diversas buscando sempre a integração entre os vários processos dos departamentos, trazendo assim, novas visões do orçamento para contribuir na tomada de decisão dos gestores.

Especificamente sobre a revisão do Plano Estratégico 2019-2024, cabe destacar a metodologia utilizada e o processo realizado.

De forma mais ampla, as metodologias de **elaboração** e de **revisão** de um Plano Estratégico são praticamente idênticas. O processo de revisão costuma ser mais “enxuto” e sem grandes alterações nos Objetivos Estratégicos traçados quando da elaboração. O momento da revisão deve ser de correção dos rumos (Ações Estratégicas) com foco na atualização da análise de cenário e nos resultados até então atingidos. Por vezes, há dificuldade em se medir o grau de atingimento dos objetivos estratégicos devido ao nível de maturidade dos indicadores usados (ilustrado abaixo na “caixinha” de “Controle do nível de alcance dos Objetivos Estratégicos”). Essa discussão foi aprofundada na “Oficina de Indicadores”, realizada no final do 2º Momento da revisão.

De maneira sistematizada, a metodologia de revisão do Plano Estratégico do MPC/PA foi composta pelas seguintes entradas (*inputs*), fluxos e saídas (*outputs*):

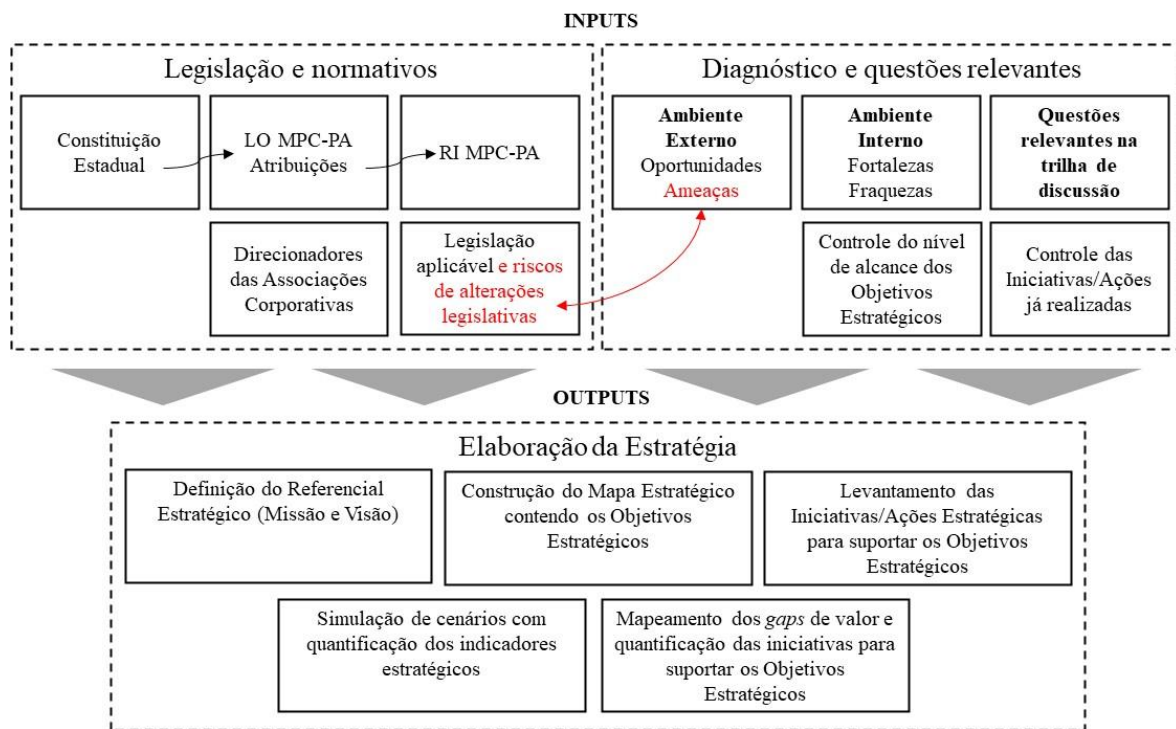


Figura 1 - Metodologia de revisão do plano estratégico do MPC/PA

A primeira revisão do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC/PA foi idealizada para ser realizada em 3 “macroetapas”, descritas a seguir.

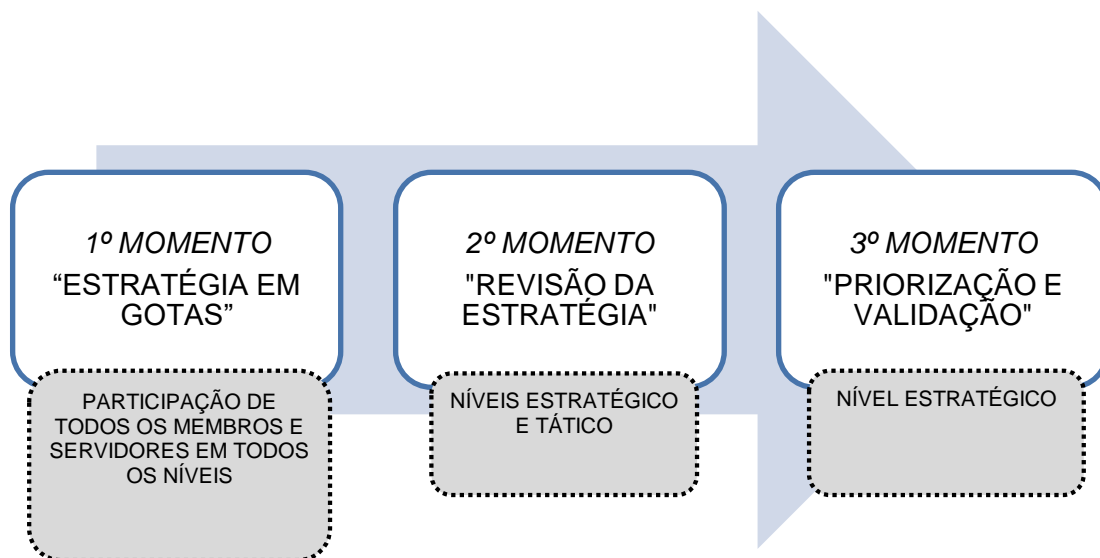


Figura 2 - Primeira revisão do plano estratégico 2019-2024 do MPC/PA

O 1º momento, batizado de “Estratégia em Gotas”, consistiu na atualização da análise de cenário - ponto de partida de qualquer elaboração ou revisão de um

planejamento estratégico - e no estímulo à participação (“engajamento”) de todos os membros e servidores do órgão no processo de revisão. Apesar de, conceitualmente, a elaboração da estratégia de uma organização ser uma atribuição da Alta Administração, o envolvimento de todos os integrantes daquela é fundamental para: a) trazer a visão dos demais níveis (tático e operacional) dos cenários internos e externos que, naturalmente, não pode ser vislumbrada pela Alta Administração e; b) fazer com que todos se sintam também como agentes contribuidores da definição da estratégia (ao menos de uma parte dela).

O “Estratégia em Gotas” foi composto por 4 “Gotas”. Cada “Gota” propôs uma pequena reflexão e pôde ser respondida anonimamente por meio da plataforma Google Forms.

Tabela 31 - Estratégia em Gotas

GOTA	REFLEXÃO PROPOSTA	PÚBLICO-ALVO
Gota 1	Análise SWOT	Todos
Gota 2	Perguntas estratégicas	Todos
Gota 3	Visão de futuro – MPC/PA 2030	Todos
Gota 4	Sugestão de Ações Estratégicas	Todos

A Gota 1 consistiu na aplicação da matriz SWOT, uma clássica ferramenta de análise de cenário.

A análise SWOT explora os ambientes internos e externos das organizações acerca de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças – é uma das ferramentas estratégicas mais utilizadas em todo o mundo.

Os pontos fortes são as capacidades ou competências internas que são relevantes para a consecução dos objetivos estratégicos, a geração de valor para clientes e a geração de vantagem competitiva sustentável. Os pontos fracos, por outro lado, são fatores internos ou restrições que podem impedir ou dificultar o desempenho de uma organização, culminando com a não consecução de objetivos estratégicos e perda de vantagem competitiva. A literatura diz que tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos são elementos intrínsecos à organização e existem em um “estado de constante interação”.

No ambiente externo, as oportunidades são fatores ou características que podem favorecer ou facilitar o estabelecimento de negócios com vínculos externos às organizações, nos quais elas podem explorar suas vantagens ou criar novas vantagens competitivas em termos de custo, diferenciação ou foco. As ameaças lidam com fatores negativos externos à organização, que podem advertir suas vantagens competitivas. Na maioria das situações, as oportunidades e ameaças estão fora do controle da organização.

Algumas adaptações precisam ser feitas para a aplicação dessa ferramenta no setor público, o qual não pertence a um contexto de competição com outras organizações, mas é uma ferramenta adequada para fazer análises pontuais de cenário.

O 2º momento da revisão 2021 consistiu na realização de oficinas temáticas para discussão dos objetivos estratégicos presentes no Mapa Estratégico e revisão das ações estratégicas que suportam o atingimento desses objetivos. Todos os grupos reuniram-se em um único dia em ambientes separados na sede do MPC/PA e deles participaram apenas a alta administração (os membros), o nível tático (chefes de departamentos, assessores que desempenham alguma função de chefia e direção ou similares) e alguns elementos do nível operacional.

As discussões focaram muito na revisão das ações/iniciativas estratégicas com a análise do que foi feito de 2019 a 2021, nos resultados alcançados até o presente momento e como as mudanças de cenários afetaram a realização das ações inicialmente pensadas para o atingimento de cada objetivo estratégico.

Na sequência das oficinas temáticas, houve também as oficinas de indicadores, realizadas com a mesma separação dos grupos temáticos mas, dessa vez, cada oficina foi realizada em um dia separado, o que se mostrou mais produtivo visto que a Coordenação do DFPLAN pôde participar mais ativamente em todas as reuniões. Os grupos foram assim divididos:



Figura 3 - Tabela de grupos temáticos

O 3º e último momento da revisão 2021 do PE foi feito com a alta administração nas definições finais e priorização das ações estratégicas na busca de um consenso mínimo entre os membros para “aquilo que deveria ser feito em primeiro lugar, sem desconsiderar a importância dos demais pontos”. Na sequência, os membros receberam o material completo e compilado para análise individual até a aprovação final da revisão em reunião colegiada realizada no dia 06/12/2021, estando o resultado disponível no site do MPC/PA na internet (aba Institucional/ Plano Estratégico).

3.1.2 Atividades do Setor de Finanças

O Setor de Finanças é a área responsável pela Execução Orçamentária e Financeira do Órgão (UG 370101) e ainda pela execução orçamentaria do IGEPREV – MPC Fundo Financeiro (UG 8400227), cujos trabalhos se desenvolveram de acordo com o seguinte relato:

❖ Execução Orçamentária

O Orçamento anual do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (UG 370101), para o exercício financeiro de 2021, fixou a Despesa em R\$ 41.774.282,00 (Quarenta e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais), que após as alterações ocorridas durante o exercício, reduziu para R\$ 39.750.876,22 (trinta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos), dos quais foi empenhado o valor de R\$ 30.660.796,46 (trinta milhões, seiscentos e sessenta mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), tendo apresentado, assim, uma Economia Orçamentária de **R\$ 9.090.079,76** (nove milhões, noventa mil, setenta e nove reais e setenta e seis centavos), sem, entretanto, deixar de atender às necessidades do Órgão, dentro dos ditames legais,

A execução do MPC Fundo Financeiro/IGEPREV (UG 840227) fixou as despesas em R\$ 7.327.913,68 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos), sendo a mesma empenhada em sua totalidade, conforme se visualiza abaixo:

Tabela 32 - Execução Orçamentária

	UG:370101	UG: 840227	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	41.774.282,00	0	41.774.282,00
(+) SUPLEMENTAÇÕES	97.000,00	0	97.000,00
(-) Cancelamento de Dotação	1.597.000,00	0	1.597.000,00
(+) Movimento de Crédito	(523.405,78)	7.327.913,68	6.804.507,90
(=) Autorização Final	39.750.876,22	7.327.913,68	47.078,789,90
(-) Valor Empenhado	30.660.796,46	7.327.913,68	37.988.710,14
(=)Crédito Disponível Orçamentário (Economia Orçamentária)	9.090.079,76	-	9.090.079,76

❖ **Execução Financeira (UG 370101)**

Durante o exercício de 2021, o Órgão movimentou recursos recebidos no valor de R\$ 65.374.735,63 (sessenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos), sendo R\$ 52.047.618,78 (cinquenta e dois milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e oito centavos) Orçamentários e R\$ 13.327.116,85 (treze milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos) Extra Orçamentários, que adicionado ao saldo financeiro de 2020 (no montante de R\$ 48.430.888,64), totalizou em **R\$ 113.805.624,27** (cento e treze milhões, oitocentos e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos) o montante do numerário movimentado no ano.

Desse valor, foram pagos R\$46.935.586,22 (quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 33.359.458,48 (trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos) Orçamentários e R\$ 13.576.127,74 (treze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos) Extra Orçamentários, resultando num saldo financeiro de R\$ 66.870.038,05 (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta mil, trinta e oito reais e cinco centavos) para o próximo exercício.

O demonstrativo abaixo detalha a movimentação financeira:

Tabela 33 - Origem de Recursos

ORIGEM DOS RECURSOS	
INGRESSOS	
Recursos Ordinários Fonte: 0101000000	49.968.369,41
Receita Patrimonial – Rec. Ord. Fonte. 0101000000	0,00
Receita Patr. - Outros Poderes F. 0112000000	1.976.458,98
Valores Diferidos do Exercício	102.790,39
Total	52.047.618,78

(+) Transferências Financeiras Recebidas orçamentárias	52.047.618,78
(+) Transferências Financeiras Recebidas Extra orçamentárias	13.327.116,85
(=) Total Transferências Financeiras Recebidas	65.374.735,63
(+) Saldo do exercício de 2020	48.430.888,64
(=) Total dos Recursos Movimentados	113.805.624,27
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	
(-) Pagamento orçamentário:	33.359.458,48
Despesas Empenhadas e Pagas	30.621.309,04
Transferência Financeiras conc.	2.698.662,02
Restos a pagar não processados	39.487,42
(-) Pagamento Extra orçamentário	13.576.127,74
(=) Saldo Financeiro para 2022	66.870.038,05

O saldo financeiro deste exercício - R\$ 66.870.038,05 (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta mil trinta e oito reais e cinco centavos) -, sem cobertura orçamentária, foi originado da seguinte forma:

Tabela 34 - Movimentação Financeira

Recursos recebidos (2021)	65.374.735,63
(-) Recursos Aplicados	46.935.586,22
Total	18.439.149,41
(+) Resíduo do exercício de 2020	48.430.888,64
Saldo Financeiro para 2022	66.870.038,05

O Saldo Financeiro – R\$ **66.870.038,05** (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta mil, trinta e oito reais e cinco centavos) - consta no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2021, no grupo de contas: Ativo Circulante, representado pela rubrica: "Caixa e Equivalente de Caixa".

Contudo, em março de 2021, foi publicada a Emenda Constitucional nº 109 cujo §2º, art.168 disciplina que o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimos, deverá ser restituído ao caixa do tesouro.

Desta forma, considerando a Emenda Constitucional nº 109, a Nota Técnica SEI nº 34054/2021/ME, a Resolução TCE/PA nº 19.331 e a Nota Orientativa 001/2022 SEFA, foi devolvido ao caixa do tesouro o valor de **R\$ 17.518.211,68** (dezessete milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e onze reais e sessenta e oito centavos), que será evidenciado no relatório do ano de 2022, uma vez que os lançamentos foram feitos em janeiro/2022, restando o valor de **R\$ 49.351.826,37** (quarenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos), composto por:

- R\$ 48.430.888,64 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) referente ao superávit de anos anteriores à Emenda Constitucional depositado em uma nova Conta Corrente do Banco do Brasil;
- R\$ 655.948,11 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos) referente aos rendimentos de aplicação financeira deste superávit no período de 2021;
- R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) referentes à receita de leilão do veículo de tobo 2247-00; e
- R\$ 220.989,62 (duzentos e vinte mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos) referentes à receita proveniente das taxas de inscrição no concurso público ocorrido em 2019.

Assim, o MPC/PA poderá usar o total desses recursos R\$ 49.351.826,37 (quarenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos) para atendimento futuro de despesa imprevista ou para cobertura de possível queda da receita, através da abertura de Crédito Suplementar, conforme previsto pelos artigos 42 e 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964.

A Despesa Total foi de **R\$ 37.988.710,14** (trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatorze centavos) e correspondeu a um acréscimo de 7,80% em relação ao exercício de 2020 (R\$ 35.241.552,66).

Vale ressaltar que a despesa total é referente à soma das UGS 370101-MPC e 840227 – IGEPREV (inativos e pensionistas) conforme demonstrativo:

Tabela 35 - Despesas

	UG: 370101	UG: 840227	TOTAL	%
Pessoal e Encargos Sociais	26.643.976,46	7.327.913,68	33.971.890,14	89,43
Outras despesas Correntes	3.716.321,83	-	3.716.321,83	9,78
Investimentos	300.498,17	-	300.498,17	0,79
TOTAL	30.660.796,46	7.327.913,68	37.988.710,14	100

A Despesa com PESSOAL E ENCARGOS atingiu o montante de **R\$ 33.971.890,14** (trinta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e noventa reais e quatorze centavos), representando 89,43% dos gastos totais e correspondendo a um acréscimo de 5,98% em relação ao exercício de 2020 (R\$ 32.055.886,25).

Quanto ao enquadramento da Despesa com Pessoal e Encargos ao limite legal, os comentários constam no item – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES somaram a importância de **R\$ 3.716.321,83** (três milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte reais e oitenta e três centavos), que comparadas às ocorridas no exercício de 2020 (R\$ 3.016.714,53) aumentaram em 23,19%.

INVESTIMENTOS somaram a importância de **R\$ 300.498,17** (trezentos mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dezessete centavos), que comparadas às ocorridas no exercício de 2020 (R\$ 168.951,88) aumentaram em 77,86%.

INVESTIMENTOS - ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO - Este grupo de contas reúne os bens móveis e imóveis deste Órgão Ministerial, observando a legislação vigente e orientações obtidas junto à SEFA, resultando em um saldo final no exercício de 2021 de R\$ 3.454.498,47 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos).

BENS MÓVEIS - em 2021, o Órgão adquiriu bens móveis no valor de R\$ 422.089,17⁹ (quatrocentos e vinte e dois mil, oitenta e nove reais e dezessete centavos), todos os bens foram tombados e depreciados, conforme constam do Relatório de Bens Patrimoniais de 31/12/2021, totalizando em R\$ 2.284.168,97 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos), igual ao constante do Balancete Patrimonial levantado na mesma data.

BENS IMÓVEIS - neste grupo, que somou em 31/12/2021 a importância de R\$ 2.297.000,00 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil reais), estão as contas: Edifícios - R\$ 1.515.544,53 (um milhão, quinhentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), Terrenos - R\$ 661.455,47 (seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) e Instalações - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), seguindo orientações obtidas junto à SEFA nas quais encontra-se registrado o único imóvel de propriedade deste *Parquet* Especializado de Contas, local onde funciona a sua sede.

3.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresenta como um dos princípios o de assegurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo em seu conteúdo definições de limites que devem ser observados pelo administrador público, dentre os quais destacamos:

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

Os limites para custeio das Despesas com Pessoal e Encargos do Órgão estão assim estabelecidos, com base na Receita Corrente Líquida:

- Limite Máximo 0,20%
- Limite Prudencial 0,19%
- Limite de Alerta 0,18%

⁹ Incluído o valor de R\$ 1.199,00 referente à conta bens moveis em almoxarifado que reflete o valor da inscrição em restos a pagar não processados de bens do ativo permanente.

No exercício financeiro de 2021, a Despesa Líquida com Pessoal e Encargos, para efeito da LRF, somou a quantia de R\$ 28.664.124,47 (vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos), correspondendo ao percentual de 0,11% da Receita Corrente Líquida ajustada – R\$ 26.923.897.007,32 (vinte e seis bilhões, novecentos e vinte e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, sete reais e trinta e dois centavos), estando, portanto, este Órgão Ministerial devidamente enquadrado dentro dos limites legais, sem abatimento do IRRF, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1.4 Restos a Pagar

No exercício de 2021, foi inscrito o valor de **R\$ 89.224,56** (oitenta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), dos quais R\$ 49.737,14 (quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e quatorze centavos) em restos a pagar processados e R\$ 39.487,42 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos) em restos a pagar não processados.

3.1.5 Considerações Finais

Durante o exercício de 2021, o Departamento de Finanças e Planejamento procurou cumprir com suas atribuições, contribuindo, assim, para que o Órgão atingisse seus objetivos constitucionais.

3.2 Assessoria de Comunicação

Com o objetivo de dar continuidade ao aprimoramento da comunicação institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, considerando o público interno e externo, a Assessoria de Comunicação do órgão (Ascom/MPC/PA) – instituída por meio da Portaria nº 065/2018/MPC/PA e editada pela Portaria nº 85/2020/MPC/PA – apresenta o relatório de atividades do ano de 2021.

O documento é uma síntese dos trabalhos realizados no último ano, referentes à rotina institucional do setor, bem como das ações para o aprimoramento da comunicação previstas no Plano Estratégico do MPC/PA 2019-2024, as quais foram realinhadas na revisão do referido plano, em setembro de 2021, e no Plano de Gestão da Procuradoria-Geral de Contas (biênio 2020-2022). Considerando o cenário de

pandemia provocado pelo novo Coronavírus (Covid-19), o presente relatório apresenta, também, um levantamento das campanhas de prevenção à doença.

Desse modo, além da elaboração de pautas, *releases*, notas, notícias e da cobertura jornalística em eventos institucionais internos e externos – organizados pelo MPC/PA ou que contaram com a sua participação –, dentre os principais trabalhos desenvolvidos pela Ascom no último ano, destaque para a elaboração do Manual de Identidade Visual (atualmente em fase de aprovação pela gestão do órgão) e para a organização, jornalística e publicitária, do evento online “Diálogos com o MPC/PA”, bem como para o processo de criação e execução de trabalhos publicitários, além do aprimoramento da usabilidade dos canais de comunicação e da cultura organizacional.

3.2.1 Atividades Desenvolvidas

- Cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais internos e externos;
- Checagem e apuração de fatos para edição do *clipping* digital MPC/PA;
- Produção e redação de sugestão de pauta, *release*, nota, matéria e *spot* para rádio;
- Produção de roteiro para vídeos institucionais;
- Produção e edição de vídeos institucionais;
- Planejamento, criação e execução estratégica – jornalística e publicitária - em eventos institucionais realizados pelo órgão;
- Edição e revisão de conteúdo informacional para peças publicitárias nas redes sociais do MPC/PA;
- Produção Gráfica: peças publicitárias, artes gráficas, criação de logos;
- Gerenciamento das redes sociais digitais do órgão (@mpcpaoficial/@mpcontaspa), com a criação de conteúdo a partir de planejamentos, semanais e mensais, e usabilidade de ferramentas de métricas e monitoramento;
- Gestão estratégica e de moderamento nas redes sociais digitais do órgão (gerenciamento de risco);
- Produção gráfica e jornalística de campanhas para a comunicação interna;

- Assessoria de imprensa;
- Manutenção e atualização anual do *mailing* de jornalistas;
- Edição de comunicados e informativos para a comunicação interna;
- Gerenciamento e execução das ações previstas na Política de Comunicação;
- Elaboração de Plano Bianual do setor de Comunicação, de acordo com as diretrizes da Política de Comunicação.

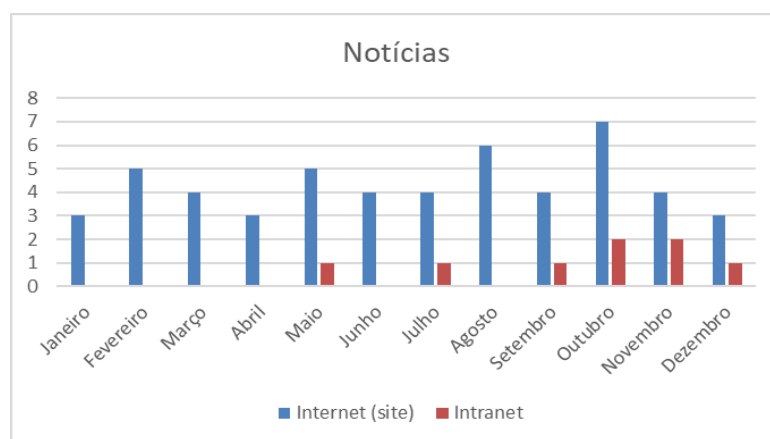
3.2.2 Notícias produzidas em 2021

❖ Site oficial do MPC/PA

O principal suporte para a divulgação de conteúdo jornalístico sobre o trabalho e as ações institucionais do MPC/PA é o seu o *site* na internet – www.mpc.pa.gov.br, no qual, ao longo do ano de 2021, foram noticiadas 52 (cinquenta e duas) matérias.

O sistema de intranet também reportou informações e notícias de interesse interno, com a veiculação de 7 (sete) matérias.

Gráfico 4 - Quantitativo de notícias



3.2.3 Clipagem

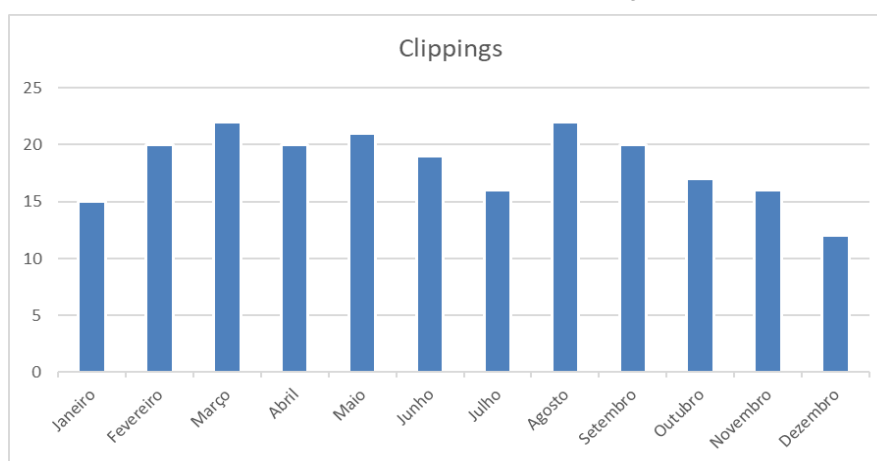
É de responsabilidade da Assessoria de Comunicação o monitoramento dos principais veículos de comunicação (conteúdos de utilidade pública, considerando que os conteúdos estratégicos institucionais são monitorados pela Assessoria de

Relações Institucionais ARINST) – tradicional e digital –, a nível regional, nacional e mundial.

Em 2021, o *Clipping* digital do MPC/PA apurou e checkou os principais fatos noticiados no ano, com destaque para a edição especial “Covid-19”, cujo objetivo foi informar membros e servidores sobre a pandemia, especialmente no período considerado como a segunda onda no Estado do Pará.

Portanto, a edição teve, ainda, a finalidade de informar a realidade dos fatos por meio de notícias publicadas em sites oficiais, como o do Ministério da Saúde, OMS e SESPÁ, bem como dos principais portais de notícias, a fim de evitar a disseminação de “*notícias falsas*” nos canais internos de comunicação do MPC/PA.

Gráfico 5 – Gráfico quantitativo de Clippings/ 2021



3.2.4 Trabalhos Publicitários

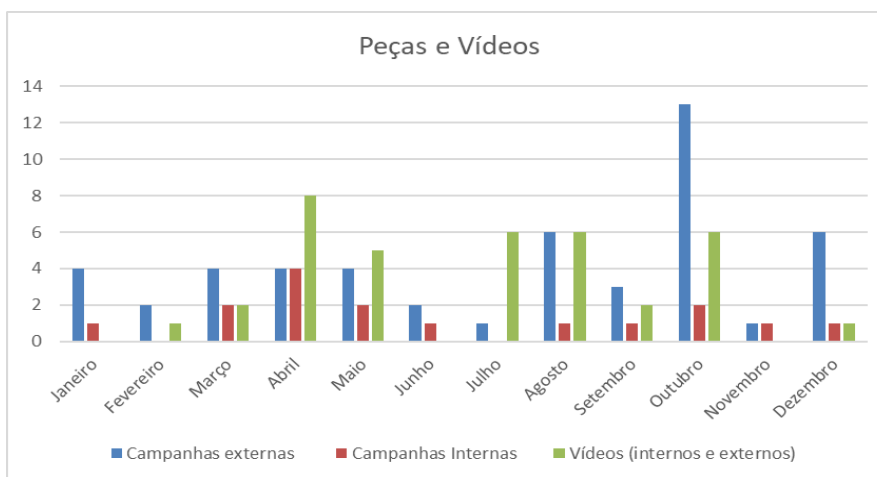
Em 2021, o planejamento, a elaboração e a divulgação de campanhas publicitárias referentes à atuação seguiram avançando, especialmente no que se refere à criação de conteúdos de cunho pedagógico/ interativo, além dos trabalhos de roteirização, produção e edição de vídeos.

Nesse sentido, destacamos a produção das edições da “Newsletter MPC/PA”, o “MPC/PA Entrevista”, e o vídeo em homenagem ao conselheiro Nelson Chaves, veiculado na segunda edição do evento online “Diálogos com o MPC/PA”.

Outro ponto estratégico diz respeito à continuação das campanhas de prevenção e combate à COVID-19 e, ainda, os conteúdos de cunho pedagógico e de prestação de serviço público como, por exemplo, as campanhas de combate às *fake*

News, Campanha Nacional Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, além de peças e vídeos (transmídia) em referência às notícias publicadas no site do MPC/PA e, também, o trabalho (planejamento, criação de conteúdo e divulgação) prestado pela Ascom nas duas edições do evento online “Diálogos com o MPC/PA”. Nesse aspecto, ressaltamos o apoio e o trabalho em conjunto realizado com o setor de Tecnologia da Informação – DTIT.

Gráfico 6 - Quantitativo de produção publicitária: Peças e Vídeos



3.2.5 Relacionamento com a Imprensa

O relacionamento institucional com a imprensa é mais uma atribuição desempenhada pela Assessoria de Comunicação do MPC/PA, que além do encaminhamento de notícias, de sugestões de pauta, de *releases* e de notas com as principais informações sobre a atuação da instituição, realiza o trabalho de agendamento de entrevistas com o Procurador-Geral e com os demais membros. Assim, o objetivo é divulgar as ações positivas do MPC/PA e apresentar notas oficiais, quando necessário.

No que se refere ao envio de notas oficiais, durante o último exercício de trabalho, 1 (uma) nota oficial – direito de resposta -, foi encaminhada aos veículos de comunicação, nacionais e locais, à época como resposta oficial à notícias que trataram de um processo licitatório realizado pelo órgão.

3.2.6 Redes Sociais digitais

A presença de rede do MPC/PA no *Facebook* e no *Instagram* é estratégica e objetiva, visando à interação do órgão com o público externo por meio de uma comunicação rápida e dinâmica, além de ser uma fonte confiável para esclarecer dúvidas do público sobre o trabalho e a atuação do *Parquet* de Contas.

Facebook (@mpcpaoficial) e Instagram (@mpcontaspa)

Os perfis oficiais do MPC/PA no *Facebook* e no *Instagram* exercem o papel de ponte comunicacional interativa entre órgão e sociedade.

Com o aperfeiçoamento da usabilidade das ferramentas oferecidas pelas plataformas, a rotina transmídia, ou seja, notícias do site replicadas nos perfis, assim como a veiculação de campanhas, tornou-se estratégica, priorizando a divulgação de ações institucionais, de interesse público e sobre o trabalho finalístico do órgão. A função *Storie* foi utilizada com mais frequência, especialmente, para informar sobre novas publicações do *feed* e para buscar a interação dos seguidores com os perfis.



Figura 4 - Print dos dados métricos disponibilizados pelo perfil do órgão no Instagram

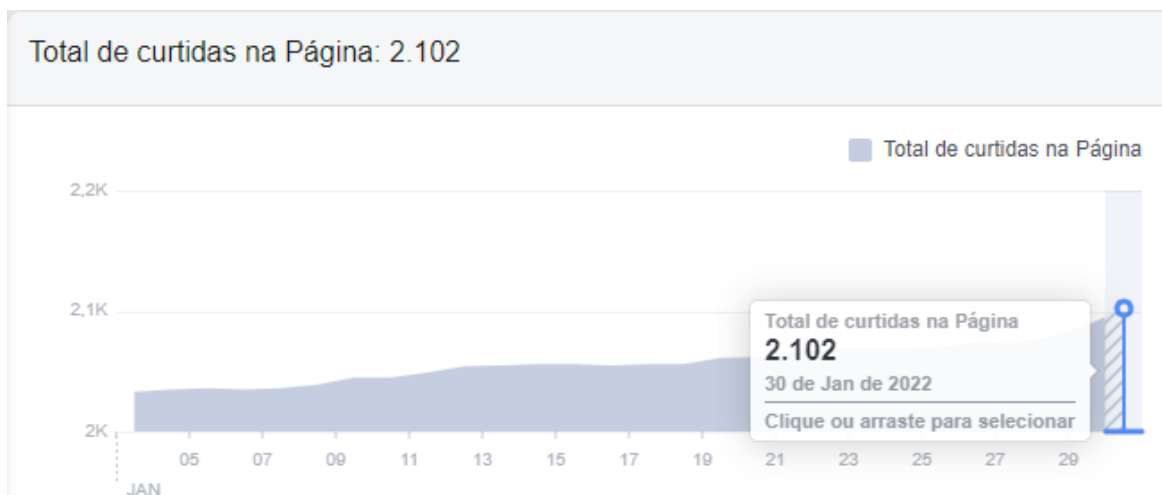


Figura 5 - Print dos dados métricos disponibilizados pela página do órgão no Facebook

YouTube

Em 2021, o canal do MPC/PA no *YouTube* avançou com a transmissão ao vivo das duas edições do “Diálogos com o MPC/PA”, além da disponibilização *on-line* das palestras organizadas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do órgão (CEAF).

Para 2022, com a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, e considerando o que está previsto na Política de Comunicação, um dos principais objetivos do setor é aperfeiçoar o fluxo de usabilidade do canal, colocando em prática a transmissão de episódios do projeto “MPC/PA Explica” – previsto na Política -, com transmídia para as redes sociais digitais, objetivando ampliar o alcance, a interação e o engajamento dos seguidores com os respectivos perfis.

O formato do programa, roteiro, produção e edição, serão apresentados à gestão para análise, bem como a sugestão de um cronograma de gravação, edição e veiculação.

3.2.7 Considerações Finais

A gestão comunicacional apresenta desafios diários, requer estratégias rápidas e dinâmicas, mas proporciona muitas lições em um processo constante de aprendizagem.

O relatório de atividades de 2021 da Ascom/MPC/PA apresenta de forma clara as tarefas realizadas pelo setor ao longo dos últimos 12 (doze) meses – período para integrar teoria, técnica e prática aos projetos estruturados pelo setor no desenvolvimento de uma comunicação dinâmica, interativa e objetiva, que busca o aprimoramento do fazer comunicacional estratégico e humanizado entre o Ministério Público de Contas do Estado do Pará e a sociedade.

3.3 Assessoria de Relações Institucionais

A Assessoria de Relações Institucionais (Arinst) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), vinculada diretamente à Procuradoria-Geral de Contas, é responsável por propor, implementar e acompanhar políticas e diretrizes relativas ao relacionamento do MPC/PA com os demais Poderes, órgãos e/ou entidades da administração pública.

Em 2021, a Arinst consolidou a implementação da área, criada no ano anterior, através do monitoramento diário das publicações realizadas pelos Poderes, órgãos e entidades públicas; do acompanhamento das matérias de interesse do órgão que tramitaram no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); da manutenção de banco de dados sobre as autoridades públicas do Estado e geração de relatórios; e da realização de projetos especiais demandados pelas Procuradorias do MPC/PA.

3.3.1 Atividades realizadas

3.3.1.1 Manutenção de mailing de relacionamento institucional do MPC/PA

Em 2021, a Arinst realizou a atualização mensal e a ampliação de cadastros no mailing de relacionamento institucional do MPC/PA, com o objetivo de registrar as principais informações sobre os representantes dos Poderes, órgãos e/ou entidades da administração pública do Estado com mandato vigente.

O *mailing* é alimentado e atualizado regularmente, incorporando informações oriundas do monitoramento diário de site e redes sociais das entidades cadastradas

e seus representantes, do Diário Oficial do Estado e de contato fornecidos pela Assessoria de Cerimonial.

3.3.1.2 Relatórios analíticos e temáticos

A Assessoria de Relações Institucionais produziu, entre janeiro e dezembro de 2021, relatórios mensais com dados atualizados dos representantes dos Poderes, órgãos e/ou entidades da administração pública do Estado destinados à Assessoria de Cerimonial do MPC/PA, com vistas à expedição de correspondências de cortesia.

Foi gerada, ainda, uma análise de matéria legislativa tramitada em nível federal e produzido um prospecto com os principais resultados apresentados pelo MPC/PA em 2020 e perspectivas para 2021, para atendimento a demandas apresentadas pelas Procuradorias de Contas.

Além disso, ao longo do ano, foram realizadas pesquisas junto a empresas que fornecem sistemas voltados para a automatização de processos e análises na área de relações governamentais e institucionais.

3.3.1.3 “Boletim de Monitoramento Legislativo”

Ao longo de 2021, a Arinst deu continuidade à produção do “Boletim de Monitoramento Legislativo”, publicação quinzenal destinada a membros e servidores do MPC/PA, criada no ano anterior.

O boletim tem por objetivo apresentar um panorama sobre as principais proposições e matérias tratadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Pará que possuam temática relacionada ao controle externo e assuntos congêneres.

O informativo traz uma análise dos temas mais relevantes que estiveram em discussão, divulga as principais deliberações das reuniões plenárias, realiza o acompanhamento do que foi discutido nas Comissões e gera um relatório de monitoramento de proposições cadastradas no período da edição, destacando as matérias de interesse do MPC/PA.

Em 2021, a Arinst publicou 17 edições do Boletim, nas quais foram analisadas 2.286 proposições e a pauta de 39 sessões legislativas, referentes ao período de janeiro a dezembro.

3.3.1.4 “Resumo Diário”

A Assessoria de Relações Institucionais produziu diariamente relatórios contendo um extrato das publicações do Diário Oficial do Estado do Pará vinculadas aos temas de interesse do MPC/PA, chamado “Resumo Diário”, destinado às Procuradorias de Contas.

Foram abarcados conteúdos relacionados a nomeações e exonerações de autoridades públicas; decretos, resoluções, instruções normativas, leis, portarias, recomendações e decisões relacionados direta ou indiretamente ao tema Controle Externo; além de citações ao Ministério Público de Contas do Pará pelos demais órgãos.

3.3.1.5 “Monitoramento Diário”

A Arinst também deu continuidade à produção do “Monitoramento Diário”, clipping de publicações divulgadas em sites institucionais e mídias sociais de órgãos e entidades da administração pública do Estado do Pará, bem como pela imprensa especializada na cobertura de pautas ligadas à política local.

Os conteúdos monitorados foram relativos a temas de cunho institucional e ligados à atuação dos órgãos públicos do Estado, bem como aqueles voltados ao esclarecimento, atualização ou complementação de assuntos relacionados a publicações divulgadas no Diário Oficial do Estado do Pará que tenham sido selecionadas para compartilhamento no âmbito do MPC/PA.

O clipping é enviado, via aplicativo de troca de mensagens, às Procuradorias de Contas e às Assessorias de Cerimonial e de Comunicação do MPC/PA.

Foram monitorados diariamente 23 sites e blogs que acompanham a pauta política, 23 sites institucionais, além de 258 perfis em mídias sociais (Instagram, Facebook e Twitter). Ao todo, foram selecionadas 3.627 publicações para compartilhamento.

3.3.2 Perspectivas

Os produtos desenvolvidos pela Arinst em 2020 foram consolidados em 2021, tanto em termos de conteúdo quanto de formato.

Em 2022, será realizada uma pesquisa, junto aos usuários das ferramentas oferecidas pela Assessoria, para identificar oportunidades de melhoria, com vistas a ampliar sua adequação às necessidades do órgão, bem como para verificar os aspectos que possuem efetividade e devem ser mantidos.

Em 2022, espera-se aperfeiçoar o mailing de relacionamento institucional, de forma a criar, em parceria com o DTIT, sistemas de cadastro e de geração de relatórios mais automatizados e intuitivos.

3.4 Assessoria de Cerimonial

A Assessoria de Cerimonial do Ministério Público de Contas do Estado do Pará consiste em unidade administrativa vinculada diretamente à Procuradoria-Geral de Contas, criada através da Portaria nº 065/2018/MPC/PA.

Por meio da Portaria nº 096/2020/MPC/PA, o servidor Bruno Antony Dantas de Veiga Cabral, Assessor da Procuradoria, foi designado para coordenar e orientar as atividades das Assessorias de Cerimonial, Comunicação e de Relações Institucionais, supervisionando os trabalhos desempenhados dessas três unidades de assessoramento do órgão.

Dentre outras atividades inerentes à finalidade da Assessoria de Cerimonial, organiza e mantém atualizado o cadastro, com os respectivos cargos, endereços e telefones, das autoridades civis e militares com as quais o *Parquet* Especializado de Contas mantém relações institucionais e protocolares, visando elaborar e expedir as correspondências de cortesia, tais como cartões de congratulações e convites, em nome do MPC/PA e/ou do Procurador-Geral de Contas, estreitando o contato com os órgãos.

O Cerimonial presta o assessoramento:

- Externo: aos membros e servidores do MPC/PA quando de suas participações em eventos institucionais, por meio de confirmação, inscrição, acompanhamento e apoio logístico (transporte, nominata, roteiro, discurso, quando necessário);
- Interno: dando todo apoio técnico e operacional à organização e realização de eventos do *Parquet* de Contas.

Compete também à Assessoria de Cerimonial:

- Planejar, organizar e coordenar os procedimentos relativos às sessões, solenidades e recepções oficiais do MPC/PA de acordo com as normas protocolares;
- Participar da organização da infraestrutura física e da logística para a realização de eventos institucionais, supervisionando os ambientes designados quando da recepção de autoridades ou promoção de solenidades;
- Recepcionar e acompanhar autoridades em visita ao MPC/PA, bem como assistir ao Procurador-Geral de Contas, aos demais membros e servidores do MPC/PA, quando solicitada, quanto ao protocolo a ser observado em cerimônias e eventos oficiais;
- Coordenar a representação do MPC/PA, do Procurador-Geral de Contas, Membro e/ou servidor designado em eventos externos; e
- Elaborar minutas e expedir as correspondências de cortesia, cartões de congratulações, condolências, justificativas, confirmações e convites, em nome do MPC/PA e/ou do Procurador Geral de Contas.

Vale ressaltar que o ano de 2021 ainda foi atípico devido à proliferação da doença COVID-19. E diante da situação pandêmica, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará teve que se adaptar à nova realidade, com a adoção de protocolos sanitários e de distanciamento social, para a retomada paulatina de suas atividades.

O “novo normal” impôs várias restrições no convívio social, não autorizando as práticas e atividades até então desenvolvidas, impactando numa redefinição na dinâmica e funcionamento da Assessoria de Cerimonial.

Em que pese terem sido planejadas programações para o ano de 2021, algumas tiveram que ser adaptadas, acontecendo de forma virtual ou com a redução do quantitativo de participantes.

Assim, alguns eventos programados foram cancelados. Outros foram adaptados para a modalidade híbrida, tendo que ser reinventadas rotinas e fluxos de comunicação para acompanhar as necessidades impostas pela realidade pandêmica.

As informações a seguir apresentam um resumo das atividades realizadas no último ano, referentes à rotina institucional voltadas tanto para o público interno, quanto para o público externo.

3.4.1 Ações Internas

Tabela 36- Ações Internas

Assunto	Data
IV Concurso de Poesia do MPC.	21/10/2021
I Concurso de Fotografia do MPC.	10/12/2021

3.4.2 Eventos promovidos pelo MPC – PA

Tabela 37 - Eventos promovidos pelo MPC/PA

Assunto	Data
Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre as Corregedorias do MPC/PA e MPPA	04/05/2021
Solenidade de entrega de Comendas do Mérito Institucional. Colar ao Dr. Stanley Botti Fernandes e Medalha aos servidores do MPC.	21/10/2021

3.4.3 Reuniões nas Dependências do MPC/PA

Tabela 38 - Reuniões nas Dependências do MPC/PA

	Data
Posse de servidor do MPC	14/09/2021
Reunião com o Banco do Brasil.	09/11/2021
Conselheiro Fernando Ribeiro, Corregedor do TCE/PA.	14/12/2021
Procuradora-Geral de Contas do MPCM, Inez Gueiros.	16/12/2021

3.4.4 Reuniões On-line ou Fora das Dependências do MPC/PA

Tabela 39 - Reuniões On-line ou Fora das Dependências do MPC/PA

Assunto	Data
Reunião do CNPGC.	10/02/2021
Reunião da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará.	24/03/2021
Rede de Controle com a PGE e a SESP.	08/04/2021
Reunião de Implantação da Previdência/PA.	17/06/2021
Reunião no TCE com a PGE para tratar da Previdência Complementar.	22/06/2021

Reunião no TCE com a Conselheira Presidente Lourdes Lima.	22/06/2021
MPC/PA e TCE/PA participaram da visita institucional à Estação de Tratamento de Água do Bolonha, que teve como objetivo o fortalecimento do diálogo institucional sobre a importância do saneamento para sociedade.	23/09/2021
Reunião extraordinária da AMPCON e CNPGC.	08/10/2021

3.4.5 Visitas de cortesia recebidas

Tabela 40 - Visitas de cortesia recebidas

RECEBIDAS	
NOME	Data
Corregedor do MPPA.	28/01/2021
Promotores de Justiça integrantes do GAECO do MPPA.	13/05/2021
Procurador do MPC/AP e de Conselheiro do TCE/AP.	05/11/2021
Procurador de Contas do MPC/RR – Dr. Paulo (com a participação do MPCM/PA).	01/12/2021

3.4.6 Visitas de cortesia realizadas

Tabela 41 - Visitas de cortesia realizadas

REALIZADAS	
NOME	Data
Ao novo Corregedor do TCE, Conselheiro Fernando Ribeiro. Presença do PGC Dr. Guilherme Sperry e Corregedor do MPC Dr. Stephenson Victer.	02/02/2021
Ao novo Procurador-Geral de Justiça Dr. César Bechara Mattar Jr. Presença do PGC Dr. Guilherme Sperry, do Corregedor do MPC Dr. Stephenson Victer e da Procuradora de Contas Silaine Karine Vendramin.	20/04/2021

3.4.7 Participação em eventos e cerimônias

Tabela 42 - Participação em eventos e cerimônias

Assunto	Data
Posse da nova gestão do TCM (presencial).	15/01/2021
Posse da nova gestão do TCE (presencial).	29/01/2021
Posse da mesa diretora da Alepa (on line).	01/02/2021
Posse da nova gestão do TJE (on line).	01/02/2021

Posse da nova gestão do MPE (on line).	12/04/2021
Sessão de apresentação do Balanço Geral das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2020. O documento foi entregue pelo governador do Estado, Helder Barbalho, no TCE.	24/06/2021
Sessão Solene Alusiva aos 130 anos do MPPA, na Alepa.	25/06/2021
Participação na solenidade de abertura do 10º Fórum do TCE.	28/06/2021
Recepção da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré.	04/10/2021
Cerimônia de Outorga da Medalha Serzedello Corrêa, no Plenário do TCE. Agraciados: Vice-Almirante Valter Citavícius Filho, Conselheiro Odilon Inácio Teixeira e Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro.	26/10/2021
Abertura do 3º Congresso MP Região Norte, no Teatro da Paz.	26/10/2021

3.4.8 Capacitações

Tabela 43 - Capacitações

Local	Assunto	Data
Virtual	A primeira edição do evento online Diálogos com MPC: “Controle Social em tempos de pandemia”, com a participação de representantes da comunidade acadêmica, do Observatório Social de Belém e do controle externo paraense.	13/08/2021
Virtual	A segunda edição do evento online Diálogos com o MPC/PA: “Sociedade e Saneamento Básico”, teve como objetivo o debate sobre o aprimoramento e o trabalho pedagógico e colaborativo de instituições públicas com a sociedade em torno de políticas públicas voltadas ao saneamento básico.	19/10/2021
Virtual	Congresso AMPCON.	25 e 26/10/2021
Estação das Docas	3º Congresso MP Região Norte.	27 e 28/10/2021

3.4.9 Eventos com Representação

Tabela 44 - Eventos com Representação

Assunto	Período
Posse da nova gestão do MPCM (on line) - Dr. Patrick Mesquita.	08/04/2021
Cerimônia de entrega de Honraria aos Servidores Aposentados do TCE, na Estação das Docas - Dr. Patrick Mesquita.	25/08/2021

3.4.10 Eventos promovidos pelo CEAF

Tabela 45 - Eventos promovidos pelo CEAF

Evento	Nome	Participação
27/01/2021	Treinamento "Excel na prática", ministrado por videoconferência, pelo servidor Felipe Arrivabene, do DFPlan.	Membros e Servidores
10/02/2021	Treinamento "SIMAS – Sistema Integrado de Materiais e Serviços do Estado", ministrado por videoconferência, pelo facilitador Walter Garcia Montalvão, servidor da SEPLAD.	Membros e Servidores
30/03/2021	Palestra online "Liderando pessoas, carreiras e competências", com o advogado Lucca Darwich Mendes.	Membros e Servidores
29/04/2021	Palestra online "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", com a professora Ana Amélia Barros Miranda.	Membros e Servidores
14/05/2021	Palestra online "Lei Geral de Proteção de Dados: a implementação e seus desafios", com o advogado Marcílio Braz Jr.	Membros e Servidores
28/06/2021	Palestra online "Gerenciamento de tempo e das emoções na pandemia. O que aconteceu com a nossa produtividade?", com a psicóloga Mariana Mendonça.	Membros e Servidores
30/08/2021	Palestra online "Orçamento Público: natureza, função e elaboração", com o advogado Alexandre Coutinho.	Membros e Servidores
26/10/2021	Palestra online "Fiscalização de Contratos no MPC/PA", com a servidora do Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios (DACC) do órgão, Gilvanete Azevedo Ferreira.	Membros e Servidores
26/11/2021	Palestra online "Evolução dos instrumentos de transparência a partir da Constituição Federal de 1988", com o professor doutor Claudio Nascimento Alfradique.	Membros e Servidores

3.4.11 Reuniões Membros

Tabela 46 - Reuniões Membros

Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado do Pará	
Mês	Dia
1ª Reunião Ordinária	12/03/2021
2ª Reunião Ordinária	09/04/2021
3ª Reunião Ordinária	06/08/2021

4ª Reunião Ordinária	10/09/2021
5ª Reunião Ordinária	19/11/2021
Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará	
Reunião	Dia
14ª Reunião Virtual	04/02/2021
15ª Reunião Virtual	14/05/2021
16ª Reunião Virtual	09/08/2021
17ª Reunião Virtual	13/09/2021
18ª Reunião Virtual	05/10/2021
19ª Reunião Virtual	14/10/2021
20ª Reunião	29/11/2021
Reunião Extraordinária	29/11/2021
21ª Reunião Virtual	06/12/2021
22ª Reunião Virtual	13/12/2021

3.4.12 Reuniões do Planejamento Estratégico

Tabela 47 – Reuniões do Planejamento Estratégico

Local	Data
Gabinete PGC	23/04/2021
Salão Nobre	14/09/2021
Salão Nobre	24/09/2021
Salão Nobre	27/09/2021
Salão Nobre	28/09/2021

3.4.13 Notas de Pesar

Tabela 48 – Notas de Pesar

Nome	Data
Sr. Bernardo Wanghon Maia, pai da Procuradora de Contas Deíla Barbosa Maia.	10/01/2021
Pela morte dos paraenses no acidente com o ônibus em que viajavam, no estado do Paraná, ocorrido no dia 25 de janeiro.	27/01/2021

Ana Paula Cruz Maciel, secretária de Controle Externo do TCE/PA, extensivo aos familiares, pelo falecimento de seu pai, Ubiramar Moura da Cruz.	27/01/2021
Jurista Zeno Veloso.	18/03/2021
Procurador de Contas Emérito Pedro Rosário Crispino.	21/03/2021
Conselheiro Emérito do TCE/PA, Antônio Erlindo Braga.	16/04/2021
Sra. Zélia Guimarães Ribeiro, mãe do servidor Evandro Guimarães.	30/05/2021
Sra. Emília Yolanda de Mendonça Rocha, mãe dos procuradores de justiça, Geraldo de Mendonça Rocha e Jorge de Mendonça Rocha.	01/09/2021

3.5 Secretaria Processual

3.5.1 Atividades dos órgãos de execução

De acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno e em outros atos normativos do MPC/PA, a Secretaria Processual tem como função, além de outras, a distribuição de todo e qualquer processo finalístico no âmbito do Ministério Público de Contas mediante sistema informatizado, de forma automática e aleatória, através de sorteio, entre as Procuradorias de Contas, com ressalva aos casos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas.

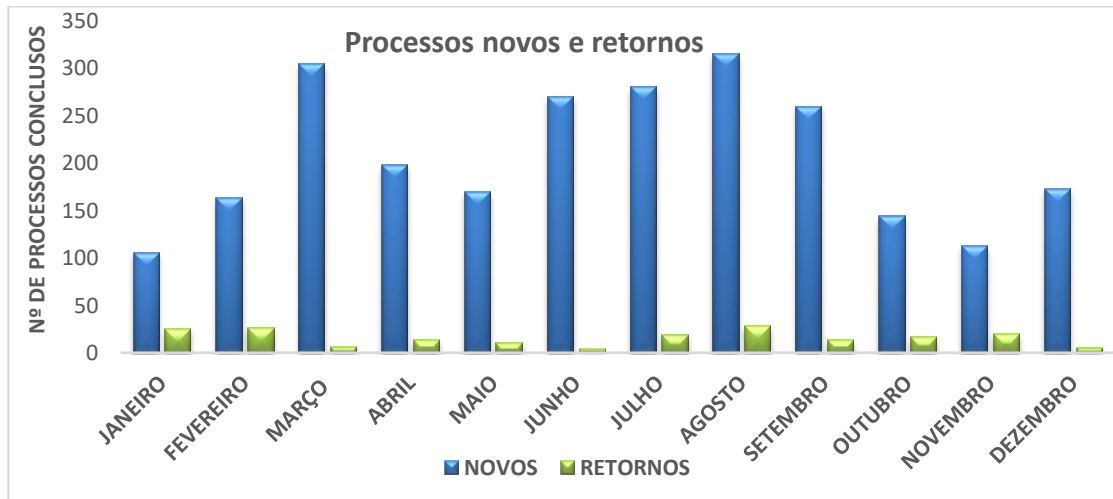
Assim, os dados são obtidos a partir do sistema eletrônico DIPRO, que registra toda a movimentação dos processos que ingressam no MPC/PA vindos do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA, bem como aqueles que são instaurados pelo *Parquet* de Contas (como os Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP) ou recebidos por meio de requerimentos, denúncias e demais informações e autuados como Notícia de Fato.

No exercício de 2021, no que se refere aos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA, ingressaram 2.688 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito) processos, sendo que 2.496 (dois mil, quatrocentos e noventa e seis) **novos**¹⁰ e 192 (cento e noventa e dois) em caráter de **retorno**¹¹. No gráfico abaixo, é possível visualizar a movimentação processual de acordo com a variação mensal.

¹⁰ Consideram-se “novos” os processos inéditos no MPC/PA que são distribuídos entre as Procuradorias de Contas.

¹¹ Processos já submetidos à distribuição anterior, mas que retornam ao *Parquet* de Contas por motivos vários.

Gráfico 7 - Processos do TCE/PA analisados pelo MPC/PA – 2021



FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Na tabela abaixo, verifica-se, em números absolutos, o quantitativo mensal de processos “novos” e de “retorno”, sendo que os “novos” representaram **93%** do total da demanda, enquanto que a maior carga de processos distribuídos ocorreu nos meses de março e agosto.

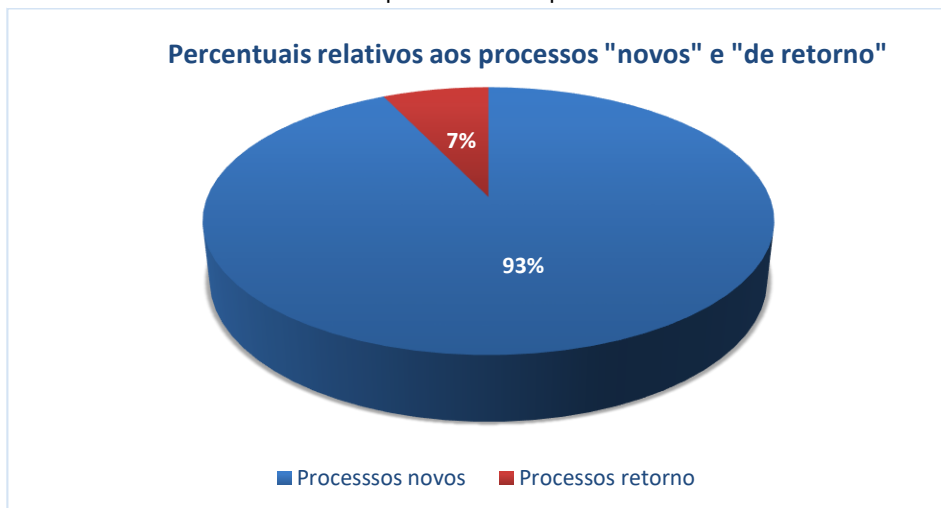
Tabela 49 - Processos novos e de retorno – 2021

Processos concluídos – 2021		
MÊS DE REFERÊNCIA	NOVOS	RETORNOS
JANEIRO	106	25
FEVEREIRO	164	26
MARÇO	305	7
ABRIL	198	14
MAIO	170	11
JUNHO	270	4
JULHO	280	19
AGOSTO	315	29
SETEMBRO	260	14
OUTUBRO	143	17
NOVEMBRO	112	20
DEZEMBRO	173	6
TOTAL	2496	192

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Os processos “novos” e “de retorno” abaixo graficamente representados em percentuais:

Gráfico 8 - Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno”



A partir do levantamento dos dados relativos ao exercício em referência quanto aos processos remetidos pela Corte de Contas e recebidos no MPC/PA, verifica-se, na tabela abaixo, como o volume processual apurado foi distribuído entre as Procuradorias de Contas, consoante critérios estabelecidos na Resolução nº 05/2014 (com suas alterações posteriores), Resolução nº 01/2020 e Resolução nº 01/2021, todas do Colégio de Procuradores de Contas.

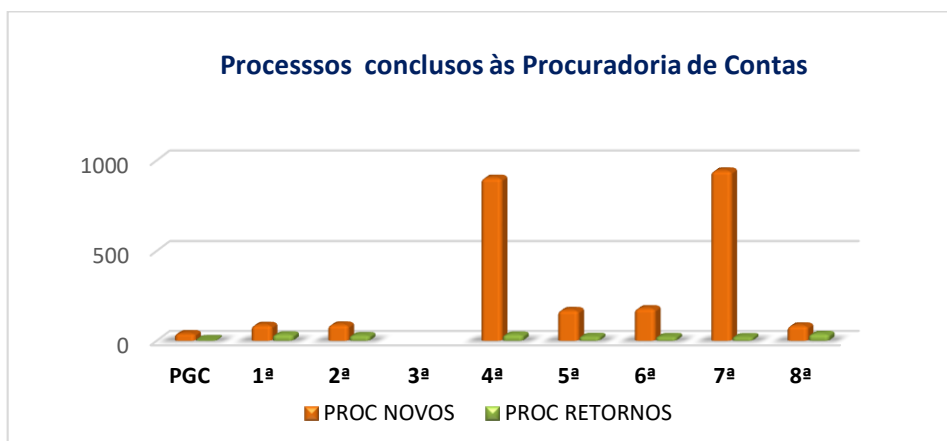
Tabela 50 - Número de processos conclusos a cada procuradoria de contas

NÚMERO DE PROCESSOS POR PROCURADORIA		
PROCURADORIAS	NOVOS	RETORNOS
Procuradoria-Geral de Contas	42	4
1ª	87	32
2ª	89	27
3ª 12	-	-
4ª	901 ¹³	31
5ª	170	22
6ª	180	21
7ª	943	20
8ª	84	35

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Referidos números estão abaixo representados graficamente:

Gráfico 9 - Processos concluídos a cada Procuradoria de Contas



Como percebido, os dados apontam, no exercício em referência, a concentração da distribuição processual nas 4ª e 7ª Procuradorias por força da Resolução do Colégio nº 01/2021¹² – MPC/PA – Colégio, de 25/02/2021, em vigência desde 01/03/2021, que conferiu àqueles Órgãos de Execução competências exclusivas para apreciarem processos relativos a atos sujeitos a registro (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão), inclusive os recursos cabíveis e eventuais pedidos de rescisão e denúncias ou representações a eles concernentes.

Gráfico 10 - Processos distribuídos por classe



¹² Revogou a Resolução nº 26/2019 – MPC/PA – Colégio, de 09/12/2019, que passou para a 5ª e 6ª Procuradorias de Contas as mesmas competências antes atribuídas a 1ª e a 6ª Procuradorias.

Tabela 51 - Processos distribuídos por classe

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR CLASSE	
Período janeiro a dezembro - 2021	
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1
CONSULTA	3
INSPEÇÃO EXT. E AUDITORIA ESPECIAL	4
DEMAIS PROCESSOS	12
DENUNCIA	9
PEDIDO DE RESCISÃO	19
GESTÃO FISCAL	37
REPRESENTAÇÃO	44
RECURSO	35
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	67
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	83
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	0
PREST CONTAS AUXÍLIOS, CONT OU SUBV CONC PELO ESTADO	170
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	538
ATO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1474
TOTAL	2496

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Considerando-se as classes acima elencadas, bem como o quantitativo de processos “novos” distribuídos, a tabela abaixo demonstra em números absolutos como os mesmos foram distribuídos entre as Procuradorias de Contas:

Tabela 52 - Processos “novos” distribuídos por classe por procuradoria

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR CLASSE POR PROCURADORIA									
CLASSE	PGC	1ª	2ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	TOTAL POR CLASSE
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1								1
DEMAIS PROCESSOS		3	2			2	2	3	12
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO									
CONSULTA	1	1						1	3
INSPEÇÃO EXT. E AUDITORIA ESPECIAL		1				1	2		4
DENUNCIA		1	2		2	2		2	9
REPRESENTAÇÃO		7	8	2	8	7	6	6	44
PEDIDO DE RESCISÃO		2	3	1	4	5		4	19
GESTÃO FISCAL	34				1			2	37
RECURSO		7	6	3	6	6	1	6	35
PREST DE CONTAS ADMIN E RESP PELA GESTÃO DE REC PÚBLICOS	6	12	13	1	11	10	1	13	67
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL		18	19	3	9	17	2	15	83
PREST CONTAS AUXÍLIOS, CONT OU SUBV CONC PELO ESTADO		35	36	7	27	29	4	32	170
ATO DE ADMISSAO DE PESSOAL				228 ¹³	33	32	245		538 ¹⁴
ATO DE APO SENTADORIA, REFORMA E PENSAO				656 ¹⁵	69	69	680		1474
TOTAL	42	87	89	901	170	180	943	84	2496

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

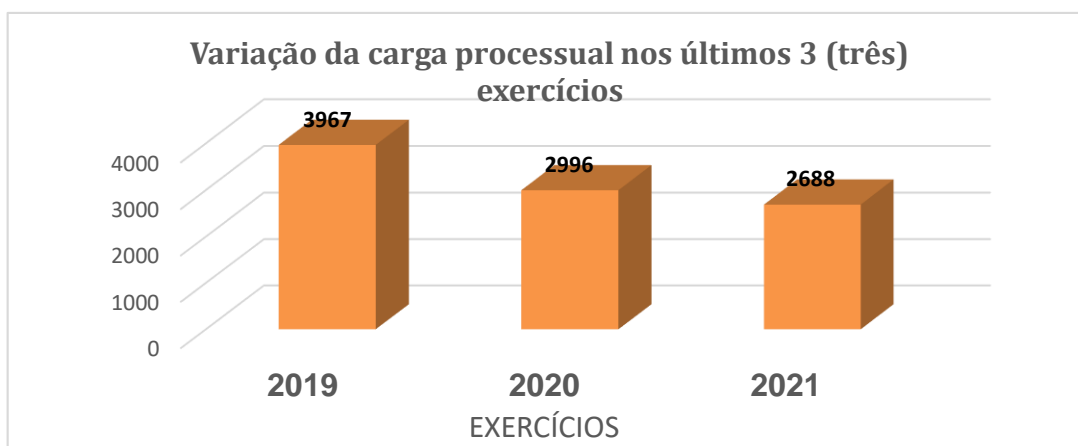
Assim, que, do total de 2.496 (dois mil, quatrocentos e noventa e seis) processos “novos”, os relativos a atos sujeitos a registro (de admissão de pessoal e de aposentadoria, reforma e pensão) foram as classes de maior volume da demanda, respondendo, em 2021, por **80,6%** das distribuições efetivadas.

3.5.2 Comparativo da Distribuição Processual – 2019/2020/2021

O Gráfico abaixo demonstra a variação da carga processual nos últimos 3 (três) anos – 2019, 2020 e 2021.

Confrontando os dados, verifica-se um significativo decréscimo na marcha processual ano a ano.

Gráfico 11 - Variação da carga processual nos 3 (três) últimos exercícios



3.5.3 Procedimentos Internos de Fiscalização

- [Notícias de Fato e Procedimentos Apuratórios Preliminares](#)

O Órgão Ministerial de Contas, além de sua atuação como fiscal da lei, também desenvolveu suas competências de forma proativa, de ofício ou mediante provocação de terceiros, realizando a abertura de várias Notícias de Fato – NFs e instauração de Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP’s.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP’s instaurados pelas procuradorias, bem como requerimentos, representações e demais informações recebidas no MPC/PA, autuadas pela Secretaria Processual como Notícia de Fato - NF, e distribuídas às procuradorias, conforme Resolução nº 05/2014 (com suas alterações posteriores), Resolução nº 07/2017 (com suas alterações), de 11/10/2017, Resolução nº 01/2020, de 07/02/2020,

e Resolução nº 01/2021¹³, de 25/02/2021, todas do Colégio de Procuradores.

Assim, que, no exercício 2021, foram autuados **17** procedimentos fiscalizatórios internos, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 12 - Procedimentos Apuratórios Preliminares e Notícias de Fato autuados

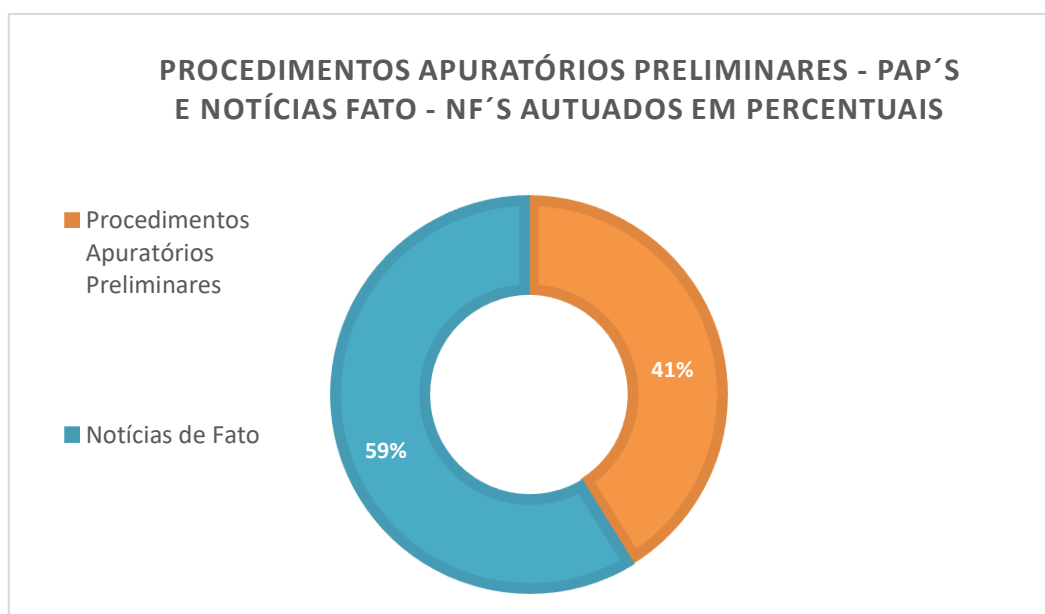


Tabela 53 - Procedimentos apuratórios preliminares – PAP'S

PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS PRELIMINARES – PAP'S

2021/0103-4	19/02/2021	PAP	COLETAR SUBSÍDIOS QUANTO AO ATO DE GESTÃO ESTADUAL DECORRENTES DO PLANO PARAENSE DE VACINAÇÃO - PPV/COVID	SECRETARIA DE SAÚDE DO PARÁ - SESPA	8ª PROCURADORIA
2021/0105-8	04/03/2021	PAP	COLHER INFORMAÇÕES PERANTE O IGEPREV SOBRE A COMPUTAÇÃO, PELOS REQUERENTES DE JUBILAMENTO, DO PERÍODO AFASTADO AGUARDANDO A ULTIMAÇÃO DA APOSENTADORIA	INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV	4ª PROCURADORIA
2021/0108-3	21/05/2021	PAP	CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, OBRAS E AQUISIÇÕES REFERENTES AO 2º HOSPITAL DE CAMPANHA DE BELÉM-PA PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES COM CASOS LEVES E MODERADOS DA COVID-19 EM BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA	SECRETARIA DE SAÚDE DO PARÁ - SESPA	8ª PROCURADORIA
2021/0111-3	30/06/2021	PAP	COLHER INFORMAÇÕES PERANTE A UEPA SOBRE EXAME DOS FATOS E DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM À DEFINIÇÃO DO VALOR A TÍTULO DE TAXA DE INSCRIÇÃO NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 36/2021-UEPA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	4ª PROCURADORIA

¹³ Em vigor desde 1º/3/2021

2021/0115-0	20/07/2021	PAP	APURAÇÃO DA LICITUDE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº 020/2018-IGEPREV E DO CONTRATO Nº 036/2018, BEM COMO DA CONTRATAÇÃO DIRETA REALIZADA COM A EMPRESA EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP	ATENTA TECNOLOGIA LTDA EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ- IGEPREV	2ª PROCURADORIA
2021/0117-4	05/08/2021	PAP	APURAÇÃO DA LICITUDE DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 REALIZADO PELA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA	2ª PROCURADORIA
2021/0118-6	02/09/2021	PAP	ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS CONCRETOS DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS NA RI DO MARAJÓ E NA RI DO GUAJARÁ, NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021 (Decreto nº 579 de 02/03/2020).	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	1ª PROCURADORIA
TOTAL DE PAP'S	7				

NOTÍCIAS DE FATO – NF'S

2021/0101-0	26/01/2021	NF	POSSÍVEL CRIME DE PECULATO COMETIDO PELO SERVIDOR PÚBLICO HUXLEY SANTOS, ASSESSOR DA SECRETARIA ADJUNTA ADM. E DE TECNOLOGIA DA SEDUC	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC	5ª PROCURADORIA
2021/0102-2	26/01/2021	NF	IMINÊNCIA DE PERDA DE R\$ 33,4 MILHÕES PELAS ESCOLAS INADIMPLENTES DA SEDUC/PA REFERENTE AOS REPASSES DO PROGRAMA	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC	2ª PROCURADORIA
2021/0104-6	02/03/2021	NF	EDITAL Nº 01/2020 - SEPLAD/PCPA - PROVIDÊNCIAS PARA O ADIAMENTO DAS PROVAS DO CONCURSO DA PC/PA PARA EVITAR POSSÍVEL AGLOMERAÇÃO; PROVAS COINCIDENTES COM A PF. POSSÍVEL PREJUÍZO AO ERÁRIO ESTADUAL	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ GUILHERME AUDAX CEZAR FORTES	7ª PROCURADORIA
2021/0106-0	28/04/2021	NF	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021 DO LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO - LACEN	SESPA/LACEN.	2ª PROCURADORIA
2021/0107-1	28/04/2021	NF	CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01 CFP/PMPA/SEPLAD, DE 12/11/2020 PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CRITÉRIO DE SELEÇÃO PARA A SEGUNDAFASE DO CERTAME	CANDIDATAS DO CERTAME POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ - PM/PA	4ª PROCURADORIA
2021/0109-5	26/05/2021	NF	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONVÊNIO Nº 084/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE NOVO PROGRESSO/PA E A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN	PREFEITURA DE NOVO PROGRESSO/PA E A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN	5ª PROCURADORIA
2021/0110-1	18/06/2021	NF	INFORMAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS A CONTRATOS DE GESTÃO FIRMADOS PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL IRMANDADE DE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGURI COM O ESTADO DO PARÁ.	ORGANIZAÇÃO SOCIAL IRMANDADE DE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGURI SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARÁ - SESPA	6ª PROCURADORIA

2021/0114-9	12/07/2021	NF	Convênio nº 84/2018 celebrado entre o ESTADO DO PARÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP e a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA-PA. Foram gastos na mencionada obra, precisos R\$ 670.426,04 (seiscentos e setenta mil e quatrocentos e vinte e seis reais e quatro centavos)	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP e a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA-PA	1ª PROCURADORIA
2021/0116-2	02/08/2021	NF	POSSÍVEIS IRREGULARIDADE NO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2021 DA COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH	COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH NOPRAGAS CONTROLE AMBIENTAL	2ª PROCURADORIA
2021/0119-8	15/09/2021	NF	SUPOSTA EXISTÊNCIA DE SERVIDORES FANTASMAS LOTADOS NA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM ABAETETUBA/PARÁ	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC	7ª PROCURADORIA
TOTAL DE NF'S	10				

3.5.4 Execução de Acórdãos – TCE/PA

O MPC/PA, tem como uma de suas competências, encaminhar à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/PA os acórdãos prolatados pela Corte de Contas no sentido de promover o devido ressarcimento ao erário estadual dos débitos e multas fixados nesses títulos executivos, consoante preceitua o art. 67 da Lei Orgânica daquela Corte (LC nº 081/2012), bem como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC nº 09/1992).

Em 2021, referida atuação ainda ocorreu no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019¹⁴ – MPC-TCE-PGE-IEPTB, de 05/11/2019 e aditado em 21/08/2020¹⁵, firmado entre o Ministério Público de Contas do Estado, o Tribunal de Contas do Estado, a Procuradoria Geral ao Estado e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará.

¹⁴ Tem como objeto a promoção da célere e eficaz recuperação dos créditos públicos vinculados à atividade jurisdicional do TCE/PA por meio da remessa para protesto das decisões prolatadas (Acórdãos e Resoluções)

¹⁵ As ações do referido acordo sofreram limitações administrativas e tecnológicas, bem como impacto da pandemia da COVID-19 assim classificada pela OMS em 11 de março de 2020, o que suscitou a suspensão do expediente presencial em vários órgãos públicos estaduais, dentre os quais o MPC/PA (em 20/03 – Portaria nº 77/2020/MPC/PA), o TCE/PA (em 20/03 – Portaria nº 35.906) e a PGE/PA (em 07/04 - Decreto nº 609/2020), culminando com o *lockdown* decretado em 05 de maio pelo Governador do Estado (Decreto nº 729) e implicando na necessidade de revisão dos termos e cronograma pactuados.

Em 19/03/2021, o MPC/PA remeteu à PGE/PA o segundo lote de acórdãos após assinatura do Acordo, contendo 28 (vinte e oito) títulos¹⁶ com débitos, no valor histórico total de R\$ 2.178.749,88 e multas, no valor histórico total de R\$ 39.542,29.

Em 21/09/2021, foi enviado um terceiro lote contendo 29 (vinte e nove) acórdãos com débitos no valor histórico total de R\$ 9.369.318,39 e multas no valor histórico total de R\$ 319.651,79.

Do exercício de 2021, a ser enviado na primeira remessa de 2022, resta ainda um lote de 7 (sete) títulos com débitos no valor histórico total de R\$ 3.110.139,42 e multas no valor histórico total de R\$ 54.198,77. Veja-se:

Tabela 54 – Acórdãos TCE/PA - Glosas e Multas

ACÓRDÃOS TCE/PA - GLOSAS E MULTAS ACORDO DE COOPERAÇÃO			
PERÍODO	Nº DE ACÓRDÃOS	GLOSAS (R\$)	MULTAS (R\$)
2020/2021 - 2º LOTE ACORDO	28	R\$ 2.178.749,88	R\$ 39.542,29
2021 - 3º LOTE ACORDO	29	R\$ 9.369.318,39	R\$ 319.651,79
TOTAL	57	R\$ 11.548.068,27	R\$ 359.194,08

3.5.5 Sessões Plenárias do TCE/PA

Em 2021, o Ministério Público de Contas participou de todas as sessões plenárias da Corte Estadual de Contas, no exercício da competência descrita no inciso II do art. 11 de sua Lei Orgânica (LC nº 09/2012, na redação dada pela LC nº 106/2016) que foram num total de 47 (quarenta e sete) ordinárias e 1 extraordinária, conforme a tabela a seguir:

¹⁶Está contido o lote de 15 (quinze) acórdãos que restaram do exercício de 2020 para serem encaminhados à PGE/PA, na primeira remessa de 2021, com débito no valor histórico total de R\$ 1.110.392,40 e multas no valor histórico total de R\$ 20.539,20.

Tabela 55 - Participação número de sessões plenárias do TCE/PA e de processos pautados

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO MPC/PA NAS SESSÕES DO TCE/PA – 2021											
SESSÕES PLENÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - TCE/PA											
	Nº DE SESSÕES		PROCESSOS EM PAUTA	SILAINE VENDRAMIN	FELIPE CRUZ	GUILHERME SPERRY	PATRICK MESQUITA	STEPHENSON VICTER	DEÍLA MAIA	STANLEY BOTTI	DANIELLE COSTA
	ORDINÁRIA	EXTRA ORDINÁRIA									
JAN	3	0	171			1				1	1
FEV	3	0	238	1			1	1			
MAR	5	0	372			1		1	1	1	1
ABR	3	0	135	1	1		1				
MAI	4	0	165		1	1			1		1
JUN	5	0	233		1			2	1	1	
JUL	4	1	389			1	1		1	1	1
AGO	4	0	255	1	1	1	1				
SET	5	0	224		1			1	1	1	1
OUT	4	0	285			2	1		1		
NOV	4	0	229	1	1	1				1	
DEZ	3	0	80				1	1			1
TOTAL	47	1	2776	4	6	8	6	6	6	6	6

Fonte: Site do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA

Desde abril de 2020, as sessões plenárias vêm ocorrendo em ambiente virtual, a partir da Portaria nº 35.939/TCE/PA, de 15/04/2020, que alterou o Regimento Interno da Corte (Ato nº 63/2012) com vistas a viabilizar essa nova modalidade de sessão plenária, que permaneceu durante todo o exercício 2021¹⁷.

A presença dos Procuradores de Contas nas sessões plenárias foi distribuída da seguinte forma:

Gráfico 13 - Presença dos procuradores de contas nas sessões plenárias do TCE/PA



¹⁷ Resoluções nº 19.227, 19.239, 19.246, 19.256, 19.259, 19.273, 19.288, 19.294, 19.312, 19.322, 19.327.

3.5.6 Ofícios expedidos

Em 2021, estiveram sob a gestão e guarda da Secretaria Processual um total de 94 (noventa e quatro) ofícios.

3.6 Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios

3.6.1 Gestão de Aquisições, Contratos e Convênios

A gestão de aquisições, contratos e convênios do MPC/PA, compete ao Departamento de Aquisições Contratos e Convênios – DACC. Nos termos da Portaria nº 082/2017/MPC/PA, de 04/05/2017, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 065/2018/MPC/PA, de 28/03/2018, e nº 085/2020/MPC/PA, de 31/03/2020, o DACC é constituído por duas seções: a de Aquisições e a de Gestão de Contratos e Convênios.

3.6.2 Escopo da Atuação do DACC nos Processos de Contratação

Tabela 56 - Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação

Etapa	Setor responsável	Procedimento	Artefatos gerados
Planejamento da contratação	Setor demandante	Estudo das necessidades	Documento de Oficialização da Demanda – DOD; Estudo Técnico Preliminar – ETP; Mapa de riscos; Termo de Referência/Projeto Básico; Mapa Comparativo de Preços.
	Setor demandante	Levantamento das soluções disponíveis no mercado	
	Setor demandante	Estimativa de preços	
	Setor demandante	Especificação detalhada do objeto e das condições de sua execução e aceitação	
Seleção do fornecedor/prestador a ser contratado	DACC /Seção de Aquisição	Elaboração do edital e anexos; cadastro dos certames nos sistemas oficiais, publicidade dos certames e realização dos procedimentos preparatórios e condução do certame	Edital do certame, minuta do contrato, minuta de ARP, modelo de apresentação das propostas e de declarações; Relatórios do certame, Termos de Adjudicação e Homologação; etc.
Gestão do Contrato	DACC/Seção de Gestão de Contratos e Convênios	Gestão do contrato	Contrato assinado, Termos Aditivos, apostilamentos, ARP, etc.

	Setor Demandante/ Fiscalização	Acompanhamento fiscalização da execução do contrato e	Relatório de Fiscalização, Atestos, Termos de Recebimento, comunicações, etc.
--	-----------------------------------	---	--

3.6.3 Sistemas Informatizados e Metodologias adotadas pelo DACC:

a) Para realização de pregão eletrônico e dispensa por cotação eletrônica:

- Site Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Site Banparanet: <http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx>

b) Para divulgação e publicidade dos certames:

- Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Portal de Compras do Estado do Pará: <http://www.compraspara.pa.gov.br>
- Site do MPC/PA – <http://www.mpc.pa.gov.br>
- Site Banparanet: <http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx>
- Imprensa Oficial do Estado – Publicação no Diário Oficial do Estado.

c) Para verificação da conformidade dos processos de contratação:

- Check List.

d) Para pesquisa de preços de mercado:

- Painel de Preços do Governo Federal;
- Banco de Preços;
- SIMAS;
- Contratações realizadas por outros órgãos; e
- Orçamentos de fornecedores locais.

e) Para verificação das condições de habilitação:

- SICAF;
- Consulta consolidada expedida pelo TCU; e
- Demais documentos exigíveis em lei.

3.6.4 Análise Quantitativa

4.6.5.1 Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de Licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços realizadas em 2021

Tabela 57 - Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de Licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços

Especificação	Quantidade de eventos		
	2019	2020	2021
Pregão Eletrônico	11	17	15
Leilão	0	1	1
Adesão à Atas de Registro de Preços	1	3	4
Inexigibilidade de licitação	9	4	8
Dispensa de licitação ¹⁸	22	14	18
SOMA	43	39	46

4.6.5.2 Outras Ações

Tabela 58 - Outras Ações

Especificação	Quantidade de eventos		
	2019	2020	2021
Chamamento Público para doação de bens inservíveis	2	--	1
Concessão de autorização para adesão à ARP's gerenciadas pelo MPC/PA	5	--	4
Realização de palestra sobre fiscalização de contratos administrativos.	--	--	1
Participação em cursos, treinamentos e outros eventos de formação profissional	5	10	14
Prestação de Contas dos Administradores do MPC/PA pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.	2	--	2

¹⁸ Das 18 dispensas de licitação realizadas em 2021, 8 foram tradicionais e 10 por meio de cotação eletrônica.

4.6.5.3 Contratos Vigentes em 2021

Tabela 59 - Contratos Vigentes em 2021

Nº	Ano	Contratada	Objeto	Vigência	Termos Aditivos
16	2016	Facto Turismo Ltda – ME	Agenciamento de passagens aéreas nacionais	12/08/2022	5º TA
25	2016	Claro S/A	Telefonia Fixa	05/12/2021	
40	2017	Centrais Elétricas do Pará S/A	Fornecimento de Energia Elétrica	--	--
36	2017	Banco do Brasil S/A	Serviços bancários	26/09/2022	4º TA
7	2018	Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda	Prestação de serviços de Agente de Integração de estágio	25/04/2022	3º TA
18	2018	Mapfre Seguros Gerais S.A.	Seguro veicular	25/09/2022	4º TA
20	2018	C. M. Distribuidora Comércio e Serviços	Manutenção de grupo gerador	06/11/2022	3º TA
24	2018	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE	Organização e seleção de concurso público	03/12/2022	4º TA
4	2019	CONSERP Manutenção de Elevadores Ltda - EPP	Manutenção Preventiva e Corretiva de Elevador	21/02/2023	3º TA
13	2019	Água Norte Tratamento de Água e Soluções Ambientais Ltda – EPP	Análise bacteriológica da água	11/10/2022	2º TA
14	2019	No Pragmas Controle Ambiental Ltda	Limpeza de desinfecção de reservatórios de água	08/11/2022	2º TA
10	2020	Liderança Limpeza e Conservação Ltda	Limpeza, Conservação e Higienização e Copeiragem	01/09/2022	4º TA
11	2020	Claro S/A	Banda Larga	28/02/2022	1º TA
12	2020	TC Comércio de Serviços e Tecnologia EIRELI	Locação de impressoras	14/08/2022	1º TA
13	2020	Banco do Brasil S/A	Serviço bancário de conta depósito vinculada.	27/08/2025	--
14	2020	M. M. Auto Posto Ltda	Fornecimento de Combustível	29/10/2021	--
16	2020	Engnew Construções e Empreendimentos EIRELI	Manutenção predial corretiva	09/11/2021	--
17	2020	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará	Acesso à Sistemas – Prodepa	11/12/2021	1º TA
18	2020	Brazil It Soluções Informática Ltda	Aquisição de Computadores	17/12/2021	--
99125 07517	2020	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Pacote de Serviços dos CORREIOS	22/10/2022	1º TA
1	2021	Papel e Cia - Produtos de Papeleria Ltda EIRELI-EPP	Aquisição de Café em Pó e Adoçante Líquido	28/01/2022	--
2	2021	Fênix Comércio e Manutenção de Equipamentos Ltda	Manutenção Aparelhos de Ar Condicionado	03/03/2022	--

3	2021	A A Santos Distribuidora de Alimentos EIRELI – EPP	Aquisição de Açúcar Refinado Branco	04/03/2022	--
4	2021	R C V R de Oliveira Ltda – EPP	Aquisição de Leite em Pó	08/03/2022	--
5	2021	No pragas Controle Ambiental Ltda – EPP	Controle de Pragas	09/04/2022	--
6	2021	Brazil It Soluções Informática Ltda	Equipamentos de Informática, do tipo permanente	09/04/2022	--
7	2021	Mais Gás Indústria de Gases Ltda	Extintores de incêndio	15/04/2022	--
8	2021	D H M Lopes Refrigeração Eireli	Desinstalação, instalação e fornecimentos de splits	24/06/2022	2º TA
9	2021	Zenite Informação e Consultoria S.A.	Realização de curso in company intitulado “O que muda com a Nova Lei de Licitações?”	29/08/2021	--
10	2021	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda	Assinatura acesso on-line de sistema informatizado de pesquisa de preços (Banco de Preços)	22/06/2022	--
11	2021	Sanet Comercio E Servicos de Informatica Eireli	Equipamentos de Informática (notebook).	28/06/2022	--
12	2021	Sanet Comercio E Servicos de Informatica Eireli	Fornecimento de equipamentos de Informática (monitor)	28/06/2022	--
13	2021	Saturno Software e Sistemas Ltda	Licença Windows Server DataCenter 2019 e Licenças CALS de conexão dos desktops com os Servidores de Rede	30/06/2022	--
14	2021	Sheylla de Andrade Ribeiro Souza – EPP	Aquisição de licenças de solução de segurança endpoint antivírus/antimalware	30/06/2022	--
15	2021	Star Rum Informática Eireli	Aquisição de Licença Microsoft RDS CAL	29/06/2022	--
16	2021	Liberty Seguros S/A	Seguro predial	26/07/2022	--
17	2021	GTEC Comércio e Serviços Eireli- ME	Fornecimento, Instalação, Configuração e Treinamento dos Sistema de Fechadura Elétrica e Controle de Acesso Biométrico para Entrada e Saída.	13/07/2022	--
18	2021	Centra Móveis S/A	Instalação/Substituição de Peças de Mobiliário	19/07/2022	--
19	2021	Claro S/A	Contratação de serviços de acesso à internet, por meio de link dedicado	02/08/2022	--
20	2021	Equilibrium Web Serviços De Informática Ltda	Fábrica de software	Anulado	--
21	2021	First Point Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Fábrica de software	Anulado	--
22	2021	D H M Lopes Refrigeração – EIRELI	Desinstalação, instalação e fornecimentos de splits	23/09/2022	--
23	2021	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos	05/06/2022	--

24	2021	Oceanorte Construções Ltda - EPP	Impermeabilização de reservatórios	23/09/2022	--
25	2021	Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda	Gerenciamento, controle e fornecimento de combustível e GLP	09/11/2022	--
26	2021	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos	28/04/2022	--
27	2021	Gráfica e Editora Santa Cruz Ltda	Fornecimento de material gráfico	11/03/2022	--
28	2021	P.A. Engenharia Comercial Ltda - ME	Manutenção predial, preventiva e corretiva.	23/11/2022	--
29	2021	Claro S/A	Serviços de telefonia fixa comutada-STFC (PABX em comodato), nas modalidades Local, com Discagem Direta a Ramal (DDR) e Linhas Diretas, Longa Distância Nacional (LDN - intra-regional e inter-regional)	06/12/2022	--

4.6.5.4 Convênios e Acordos de Cooperação vigentes em 2021

Tabela 60 - Convênios e acordos de cooperação vigentes em 2021

Nº	Ano	Vigência	Órgão/ entidade	Objeto	Termos Aditivos
12	2015	29/01/2025	TJPA	Termo de Cooperação Técnica para compartilhamento de boas práticas de gestão pública	1º TA
1	2016	28/04/2022	TCE/PA	Acordo de Cooperação Educacional, Técnica e Científica para o desenvolvimento de ações educacionais, práticas e soluções em tecnologia da informação, aquisição de acervo técnico e de informação, estudos, pesquisas e ações direcionadas à capacitação de servidores, membros e gestores públicos	2º TA
3	2016	15/12/2021	Receita Federal do Brasil	Acordo de Cooperação Técnica para intercâmbio de informações de interesse da Fazenda Nacional e aperfeiçoamento da atividade de fiscalização.	
23	2016	10/05/2021	Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA	Disciplinar o acesso às bases de dados existentes referentes aos atos constitutivos e alterações posteriores concernentes às empresas mercantis registradas na Junta Comercial do Estado do Pará.	
1	2019	14/03/2024	Defensoria Pública do Estado - DPE	Acordo de Cooperação Técnica, Educacional e Científica para compartilhamento de cursos, informações, conhecimentos, metodologias e experiências.	

4	2019	16/02/2024	AGE-PA	Acordo de Cooperação Técnica e de Assistência Mútua para intercâmbio de informações visando a obtenção de maior eficiência e tempestividade na adoção de providências relativas a matérias atinentes ao Controle Interno.	1º TA
8	2019	03/10/2024	MPE	Acordo de Cooperação educacional, técnica e científica para compartilhamento de cursos, informações, conhecimentos, metodologias e experiências.	
9	2019	05/11/2023	TCE/PA PGE IEPTB	Acordo de Cooperação Técnica para Recuperação de Créditos Públicos	2º TA
3	2020	05/05/2025	SEPLAD/BANPARÁ	Convênio para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços do BANPARÁ e utilização do sistema como participante dos Registros de Preço promovidos pela SEPLAD.	
28	2020	--	MPE - MG MPC-MG CNPGC	Convênio para Intercâmbio de Tecnologia, Inovação, Conhecimento e Base de dados e para Desenvolvimento conjunto de projetos e iniciativas que possibilitem a otimização dos recursos financeiros e humanos	
s/nº	2020	02/07/2025	Instituto Rui Barbosa - IRB	Adesão ao Portal de Cursos do IRB - IRB Conhecimento para divulgação de ações de capacitação, na forma da Portaria IRB N°11/2020	
s/nº	2020	31/08/2022	Colégio Nossa Senhora de Nazaré	Convênio de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares	
1	2021	04/05/2022	Corregedoria- Geral de Justiça do MPE/PA	Acordo de Cooperação Técnica para compartilhamento de práticas, experiências, acesso a sistemas de informação de atividades e controles, e a dados não sigilosos	
2	2021	12/11/2022	Colégio O Mundo do Peteleco	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares	
3	2021	16/11/2022	KMC Escola Bilíngue Step By Step Ltda - ME	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares	
4	2021	16/11/2022	K&A Escola Bilíngue Step By Step Ltda	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares	
5	2021	26/11/2022	Sistema de Ensino Equipe Ltda - SEE	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares	
20	2021	02/02/2026	JUCEPA	Acordo de Cooperação Técnica para Acesso à Base de Dados da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA	

s/nº	2021	08/03/2025	TCE/PA DPE SEFA APMB UFPA/FADESP	Convênio de Cooperação Técnica, Científica e financeira para a viabilização da oferta e funcionamento de programa de pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia, com curso de mestrado profissional em Direito
s/nº	2021	25/06/2026	Banco do Brasil s/A	Convênio para concessão de empréstimos e financiamentos consignados para servidores do MPC/PA
s/nº	--	--	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	Convênio para Utilização do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET

4.6.5.5 Atas de Registro de Preços Vigentes em 2021

Tabela 61 - Atas de registro de preços vigentes em 2021

Processo	Nº da ARP	Objeto	Nº Pregão	Vigência	Empresa detentora da ARP
2019/571747	01/2020	Aquisição de Material de Expediente	01/2020	27/02/2021	M.E. DA S. RODRIGUES COMÉRCIO
2019/571747	02/2020	Aquisição de Material de Expediente	01/2020	27/02/2021	MM COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E SERVIÇOS LTDA
2020/59238	03/2020	Aquisição de Monitores	03/2020	20/05/2021	SISTERTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI
2020/360709	04/2020	Aquisição de Notebooks	05/2020	21/08/2021 CANCELADA	EFES – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELLI
2020/598434	07/2020	Aquisição de crachás em PVC com cordão personalizado para servidores e visitantes e carteira de identidade funcional	05/2020	15/10/2021	D'COLAR GRÁFICA E ETIQUETAS EIRELLI
2020/866007	06/2020	Aquisição de equipamentos de Informática (15 nobreaks 3KVA)	08/2020	09/11/2021	ECG COMÉRCIO E ATACADISTA DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS EIRELLI
2020/866007	07/2020	Equipamentos de Informática (HP Prodesk 400 G6)	08/2020	06/11/2021	BRAZIL IT SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA
2020/866007	08/2020	Equipamentos de Informática	08/2020	09/11/2021	AMAZON NUTS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI
2020/419545	09/2020	Confecção e fornecimento de Material Gráfico	06/2020	16/11/2021	GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ

2020/419545	10/2020	Confecção e fornecimento de Material Gráfico	06/2020	16/11/2021	ODMILSOM ALVES PEREIRA
2020/419545	11/2020	Confecção e fornecimento de Material Gráfico	06/2020	16/11/2021	RANNIPLAST IND. E COMÉRCIO ARTIGOS PLÁSTICOS LTDA
2020/419545	12/2020	Confecção e fornecimento de Material Gráfico	06/2020	16/11/2021	ROGER ANDRÉ BRAUN - EPP
2020/835994	01/2021	Aquisição de certificados digitais	10/2020	14/01/2022	Objectti Soluções Ltda.
2020/734912	02/2021	Aquisição de resma de papel	09/2021	20/01/2022	J R Alves Costa Eireli
2020/866007	03/2021	Aquisição de nobreaks	11/2021	28/01/2022	CH Tecnologia da Informação Eireli
2020/936733	04/2021	Fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar	05/2021	07/04/2022	D H M Lopes Refrigeração Eireli
2020/1048450	05/2021	Material para manutenção predial	07/2021	05/05/2022	J. E. de Oliveira Rodrigues
2020/1048450	06/2021	Material para manutenção predial	07/2021	05/05/2022	Bmaxx Comércio e Representações Eireli
2021/465640	07/2021	Aquisição de suprimentos de informática	09/2021	22/07/2022	M. Alcione dos Santos Gonçalves -ME

4.6.5.6 Certames Licitatórios e Processos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação Realizados em 2021

Tabela 62 - Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO					
Nº	Objeto	Licitante vencedor	Valor estimado (R\$)	Valor contratado (R\$)	Economia gerada (%)
01/2021	Serviço de Controle Pragas Urbanas (desinsetização, desratização e descupinização).	No Pragas Controle Ambiental Ltda – EPP	10.265,83	8.540,00	16,8%
02/2021-SRP	Registro de preços para futura aquisição de Notebooks	Licitação fracassada	--	--	--
03/2021	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado.	Fenix Comércio e Manutenção de equipamentos Ltda	42.106,31	9.405,60	77,7%
04/2021	Registro de Preços para aquisição de Mobiliários	Pregão Suspenso	-	-	
05/2021	Registro de Preços para eventual retirada	D H M Lopes Refrigeração EIRELI	1.961,11	1.846,44	5,8%

	(desinstalação), fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar.				
06/2021	Aquisição de 08 (oito) aparelhos de telefonia móvel.	Pregão revogado	--	--	--
07/2021	Registro de Preços para aquisição de materiais para manutenção predial.	- J. E. de Oliveira Rodrigues - BMAXX Comércio e Representações - EIRELI	1.694,24	1.693,00	0,1 %
08/2021	Aquisição de Equipamentos de Informática	- Ana Catia dos Santos Mota; - Sanet Comércio e Serviços de Informática - EIRELI; - CMK Automação Comercial – EIRELI; - Otimo Tecnologia - EIRELI; - Hyper Technologies Comércio de Informática e Serviços - EIRELI	519,22 80.088,80 955,86 11.201,60 30.674,40	518,00 72.495,50 906,00 6.800,00 30.674,40	0,2 % 9,5 % 5,2 % 39,3 % --
09/2021	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática.	M Alcione dos Santos Gonçalves-ME	6.271,15	5.326,75	15,1 %
10/2021	Fornecimento com instalação/substituição de peças de mobiliário.	Licitação Fracassada	--	--	--
11/2021	Serviços de acesso à internet, por meio de link dedicado	Claro S. A	92.766,60	17.192,35	81,5 %
12/2021	Prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas em regime de Fábrica de Software.	- Equilibrium Web Serviços de Informática Ltda (Item 01) - First Point Soluções em Tecnologia da Informação Ltda (Item 02)	986.000,00 128.333,33	605.000,00 52.940,00	38,6 % 58,7 %
13/2021	Serviços de engenharia para ajustes e impermeabilização de reservatórios de água potável, de caixas de drenagem pluvial e de passagem de esgoto.	Oceanorte Construções Ltda	30.564,42	30.000,00	1,8 %
14/2021	Fornecimento de Material de Expediente e de uso geral.	- Ribeiro da Cruz Comércio e Serviços Ltda (Itens 1, 5, 14, 18 e 19); - Papel & Cia Produtos de Papelaria - EIRELI (Itens 3, 4, 10, 13, 15 e 16); e - A C do A D Rodrigues - EIRELI (Itens 2, 6, 7, 8, 12 e 17)	-- -- --	4.996,48 3.434,55 5.862,27	-- -- --

15/2021	Prestação de serviços de telefonia fixa comutada-STFC.	Claro S.A (Grupo 1)	32.903,40	31.246,57	5,0 %
---------	--	---------------------	-----------	-----------	-------

Tabela 63 - Leilão

LEILÃO					
Nº	Objeto	Arrematante	Valor da avaliação	Valor alienado	Ganho gerado (%)
01/2021	Alienação de veículo marca Honda Civic, ano 2013/2014, Placa OTC- 4847.	Ícaro Moutinho Sily	34.357,29	44.000,00	28,1%

Tabela 64 - Processos de inexigibilidade de licitação

PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO			
Nº	Objeto	Contratada	Valor contratado (Em R\$.)
01/2021	Realização do curso on-line “Proteção de dados e setor público: apontamentos sobre as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados - LG PD nos marcos legislativo e judiciário brasileiros e implementação prática da lei”.	TELLVS Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda	40.000,00
02/2021	Inscrição de seis servidores no “Congresso Brasileiro de agentes de contratação” a ser realizado no período de 04 a 06 de maio de 2021 de forma online.	Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP - LTDA	3.994,00
03/2021	Contratação de 02 (duas) assinaturas para acesso on-line, a sistema informatizado de pesquisa de preços praticados pela Administração Pública, com o acréscimo de 01 (um) acesso à título de cortesia	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda	19.750,00
04/2021	Contratação de empresa especializada para realização do curso on-line “O que muda com a nova lei de licitações? Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos”	Zênite Informação e Consultoria S/A	44.812,00
05/2021	02 (duas) inscrições, no evento 8º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos.	Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP - LTDA	3.261,00
06/2021	Inscrições de membros e servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará ao 3º Congresso do Ministério Público da Região Norte, a ser realizado pela Associação Nacional do Ministério Público – CONAMP e pela Associação do Ministério Público do Estado do Pará – AMPEP	Associação do Ministério Público do Estado do Pará – AMPEP	3.560,00

07/2021	Inscrições de servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no curso on-line “Contratação de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC”.	Inove Soluções em Capacitação e Eventos Ltda – ME	3.570,00
08/2021	Inscrições de servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	3.000,00

Tabela 65 - Processos de dispensas de licitação

PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO						
Nº	Tipo de dispensa	Objeto	Contratada	Valor estimado (Em R\$)	Valor contratado (Em R\$.)	Economia gerada (%)
01/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de leite em pó e açúcar refinado	- R C V R de Oliveira Ltda – EPP.	5.559,40	4.342,80	21,9 %
			- A & A Santos Dist de Alimentos EIRELI – EPP	546,00	487,20	10,8 %
02/2021	Cotação eletrônica	Serviços de Inspeção Técnica, Manutenção e recarga de Extintores.	Mais Gás Indústria de Gases LTDA EPP	712,50	697,00	2,2 %
03/2021	Cotação eletrônica	Fornecimento, instalação, configuração e treinamento do Sistema de Fechadura Elétrica e Controle de Acesso Biométrico	GTEC Comércio e Serviços EIRELI – ME	5.036,75	5.036,12	--
04/2021	Cotação eletrônica	Serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis e de gás GLP, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip	Certame deserto	6.689,35	--	--
05/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio, vídeo e foto.	Antonio Ailton da Cruz Uchoa – ME	2.221,65	1.659,00	25,3%
06/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de Água Mineral Natural, sem gás, embalado em	Certame deserto	3.400,00	--	--

		copo transparente de, no mínimo, 200ml.				
07/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de café em pó	S. da C. Santos Comércio e Serviços Ltda	1.612,80	1.608,00	0,3 %
08/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de aparelhos telefônicos	- A. de N. P. Oliveira; - Márcia Adriana de Sousa – MEI	728,25 2.226,45	669,15 1.939,80	8,1 % 12,9 %
09/2021	Cotação eletrônica	Aquisição de Câmera digital reflex de lente única.	G S Sarmento Dist. e Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática – EIRELI	8.096,25	7.399,99	8,6 %
10/2021	Cotação eletrônica	Contratação de empresa Produtora de vídeo com conteúdo audiovisual no formato documentário Institucional	Certame fracassado	7.610,00	--	--
01/2021	Tradicional	Seguro predial ao MPC/PA.	Liberty Seguros S/A	9.339,07	6.475,10	30,7 %
02/2021	Tradicional	Fornecimento de 85 (oitenta e cinco) unidades de rodízios de duplo giro com diâmetro de 50 mm com instalação inclusa.	Centra Móveis S/A	6.530,40	6.378,40	2,3%
03/2021	Tradicional	Fornecimento de 85 (oitenta e cinco) unidades de rodízios de duplo giro com diâmetro de 50 mm com instalação inclusa.	Centra Móveis S/A	2.139,45	1.955,00	8,6 %
04/2021	Tradicional	Serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis e de gás GLP, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip	Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda	7.288,90	7.288,90	--
05/2021	Tradicional	Serviços de reparo de piso em banheiro de serviços, localizado na garagem do MPC/PA	Neves Serviços e Comércio de Material de Construção Ltda	1.390,27	1.390,27	--

06/2021	Tradicional	Serviço de revisão periódica em garantia de veículos oficiais do MPC/PA.	Bacaba Veículos Ltda.	783,00	783,00	--
			RR Comércio de Veículos Ltda	604,14	604,14	--
07/2021	Tradicional	Aquisição de Água Mineral Natural, sem gás, embalado em copo transparente de, no mínimo, 200ml.	NR Pereira Comércio de Água - EIRELI	3.400,00	3.400,00	--
08/2021	Tradicional	Aquisição de TOTEM - Equipamento de comunicação visual e interativa para atender demanda da Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.	Pará Imagem Comunicação Visual e Películas – EIRELI	1.962,50	1.400,00	--

4.6.5.7 Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC/PA em 2021

Tabela 66 - Processos administrativos sancionatórios instaurados pelo MPC/PA em 2021

Processo	Nº Portaria de instauração	Empresa respondente	Síntese da ocorrência passível de aplicação de sanção	Status (Em andamento/ Concluído)
2021/985654	136/2021	C.J.G.C.C.S.	Inexecução contratual.	Em andamento
2021/445986	137/2021	E.C.A.I.E	Sanções aplicáveis: Art. 87 da Lei nº 8.666/1993; Item 20 do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2020 MPC/PA; Cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preços nº 06/2020/SRP/MPC/PA.	Em andamento
2021/1204129	230/2021	E.C.E – EIRELI	Não cumprimento/cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos estabelecidos no Contrato nº 16/2020.	Em andamento

3.6.5 Análise Qualitativa

A partir de 2020, a pandemia impactou fortemente sobre o funcionamento do Departamento de Contratos e Convênios – DACC.

Em 2021, a exemplo do que ocorrera no ano anterior, a equipe do departamento foi mantida em regime semipresencial, estruturado com base em uma escala de

revezamento, combinando o trabalho em *home office* com a produção na sede do órgão. Acrescente-se a isso, o fato de que estamos vivenciando um momento de transição, com nossos métodos e processos de trabalho gradualmente absorvendo as alterações nas normas legais que disciplinam os procedimentos referentes a licitações e contratações.

Em que pese o ineditismo da situação, a equipe demonstrou grande capacidade de adaptação ao novo modo de organização do trabalho. A produtividade e a qualidade do trabalho evoluíram positivamente de 2020 para 2021. A quantidade de eventos/processos em 2021, p.ex., se elevou em 17,9%, em relação ao ano anterior, passando de 39 para 46. Em 2020, a evolução fora negativa em 9,3%. Já a ocorrência de certames frustrados, em contraste, reduziu substancialmente.

O mesmo pode ser dito a respeito de todos os demais aspectos do funcionamento do DACC. A equipe prosperou no domínio das ferramentas de automação de escritório e de acesso remoto disponíveis, delas obtendo resultados progressivamente melhores. A equipe soube desenvolver as atividades do departamento com prudência, transparência, eficiência e efetividade, superando os obstáculos impostos pelo período pandêmico.

Em reunião de avaliação realizada no dia 7 de dezembro de 2021, a equipe do DACC elencou os pontos fortes e fracos de nossa atuação, no exercício financeiro que então se encerrava. Eis, em resumo, as principais conclusões:

I – PONTOS FORTES

A – A alteração na composição da equipe do DACC foi positiva. Elevou o nível de qualidade técnica da execução dos trabalhos e proporcionou maior interação e esforço conjunto.

B – A elaboração e implementação do Plano Anual de Compras e Contratações (PACC) tornou o trabalho mais ágil e organizado.

C – Boa adaptação da equipe do DACC à contingência de alternância de expediente presencial e *home office* e às ferramentas de automação de escritório e de acesso remoto. A produtividade não foi apenas mantida, ela se elevou em 2021.

D – Bom desempenho da economia gerada nos pregões eletrônicos.

E – Baixo percentual de certames fracassados.

F – Iniciada a padronização para elaboração do Termo de Referência, como manual a ser disponibilizado aos setores demandantes.

G – Treinamento e capacitação contínuos da equipe.

II – PONTOS FRACOS

A – Necessidade de aprimoramento dos procedimentos inerentes à etapa de planejamento da contratação: estudo das demandas; levantamento das soluções disponíveis no mercado, especificação do objeto e das condições de execução, etc.

B – Qualidade ainda insatisfatória das pesquisas de mercado, o que pode, eventualmente, distorcer a percepção da economia efetivamente gerada nos pregões eletrônicos.

C – Qualidade ainda insatisfatória dos Termos de Referência.

D – Não monitoramento do cumprimento das metas do Plano Anual de Compras e Contratações.

E – Falta de mapeamento de riscos nas contratações e necessidade de aprimoramento do processo de fiscalização da execução dos contratos, do que tem resultado a instauração de processos administrativos para aplicação de sanções.

F – Ainda não foram normatizados os processos administrativos para aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusulas e condições de normas de licitação e de contratos administrativos.

G – Falta de jurisprudência administrativa em questões que suscitam dúvidas.

H – Espaço físico inadequado: o DACC divide a mesma sala com as Assessorias do Cerimonial, de Comunicação e de Relações Institucionais. São 12 pessoas em uma sala pequena.

I – Sobrecarga de atividades sobre a chefia do DACC, que acumula as atividades de coordenação do Departamento com as de execução das atividades da Seção de Aquisições e, quando necessário, com as de pregoeira e coordenadora (embora conste no organograma do DACC, a Seção de Aquisições ainda não foi estruturada).

3.6.6 Desafios e Ações Futuras

Como não poderia deixar de ser, as expectativas para o futuro imediato implicam reforçar os pontos fortes e fazer todo o esforço necessário para eliminar os pontos fracos aqui expostos. Destacam-se como prioritárias, para o futuro próximo, as seguintes ações:

- A** – Concluir a adaptação dos métodos e processos de trabalho à nova Lei de Licitações e Contratos.
- B** – Melhorar a qualidade do processo de contratação com a adoção de modelos padronizados para os artefatos utilizados no processo de contratação: Estudo Técnico Preliminar – ETP; Mapa de Risco; Termo de Referência/Projeto Básico; Editais, Contratos, Relatórios de Fiscalização, etc., para evitar redundâncias ou contradições internas.
- C** – Consolidar a cultura de utilização de *check lists* nos procedimentos de contratação, a fim de garantir a verificação proativa do cumprimento das normas e dispositivos legais aplicáveis.
- D** – Elaborar o mapeamento do processo de contratação, estabelecendo o fluxo das rotinas inerentes à atividade, os prazos e as competências dos agentes.
- E** – Elaborar um manual de licitações e contratos.
- F** – Elaborar a matriz de risco dos processos de aquisição.
- G** – Monitorar o cumprimento das metas do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC.
- H** – Continuar proporcionando a capacitação e o aprimoramento dos servidores do DACC por meio da formação continuada na área de Compras Públicas.
- I** – Subsidiar o processo de implantação do Almoxarifado Virtual, via sistema disponibilizado pelo Governo Federal.
- J** – Adequar o espaço físico, com a disponibilização de sala específica para o DACC.
- L** – Estabelecer cronograma bimestral de avaliação dos métodos e processos de trabalhos.
- M** – Concluir a implementação do organograma do DACC, com a criação da Seção de Aquisições.

3.7 Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações

O Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - DTIT está vinculado à Secretaria, conforme estrutura administrativa definida pela Portaria nº 082/2017/MPC/PA, de 04/05/2017, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 065/2018/MPC/PA, de 28/03/2018, e nº 085/2020/MPC/PA, de 31/03/2020.

As responsabilidades do DTIT são as atividades e soluções que envolvam recursos de computação e de telecomunicações visando a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processada por este *Parquet* Especializado de Contas.

Cumprindo determinação da Administração, que tem por objetivo registrar e dar a transparência sobre as atividades realizadas no exercício de 2021, serão apresentadas abaixo, de modo resumido, as mais relevantes executadas por este Departamento.

3.7.1 Gestão da Tecnologia da Informação

3.7.1.1 Fábrica de software

A contratação da fábrica de *software*, se faz necessária e de extrema importância para dar celeridade nas manutenções dos sistemas já implantados no MPC/PA, além dos atendimentos das demandas previstas de médio e logo prazo de execução, atendendo assim a um dos objetivos constantes no Plano Estratégico 2019-2024 e possibilitando o aumento de produtividade e eficiência das atividades desenvolvidas neste Órgão Ministerial.

A equipe de informática, que é composta de poucos servidores, em razão das inúmeras demandas do departamento - que incluem suporte a usuários, administração da rede e dos ativos de TI e telecomunicações, desenvolvimento e manutenção de sistemas e sites, planejamento das atividades da área, dentre outros – acaba por não dispor de tempo suficiente para o desenvolvimento dos sistemas necessários.

Assim, por não dispor do necessário quadro de pessoal de profissionais especializados em TI para a execução, em tempo satisfatório, das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas, a contratação de empresa especializada

nesse tipo de serviço se apresentou como a melhor alternativa para suprimento da demanda, sendo a mesma cada vez mais utilizada tanto por órgãos das esferas federais, estaduais e municipais.

3.7.1.2 Melhoria do serviço de acesso à internet

A Contratação do novo tipo de acesso à internet, por meio de *link* dedicado, é um dos pré-requisitos para realização do projeto de computação em nuvem, pretendido por este Órgão Ministerial. Além disso, melhora a qualidade de reuniões e eventos on-line, que tiveram grande aumento nos últimos dois anos, devido à pandemia viral.

3.7.1.3 Digitalização de todo o acervo fazer físico do MPC/PA

Neste exercício ocorreu a digitalização de todo o acervo físico deste *Parquet* Especializado de Contas, por departamento, observando os campos chaves específicos para futura pesquisa e localização de tais documentos no sistema de indexação.

O processo de digitalização ocorreu em sala reservada, tendo sido realizado por empresa terceirizada com o acompanhamento do fiscal do contrato e de um servidor de cada unidade, a fim de garantir a integridade dos documentos, bem como a validação da digitalização de todo o conteúdo pretendido.

3.7.1.4 Aquisição de Licenças de *Software*

As aquisições de *software* estão em alinhamento com Planejamento Estratégico 2019-2024 do Ministério Público de Contas MPC – PA, que visa atender ao Objetivo Estratégico de Implantar a Governança de Tecnologia da Informação sob o contexto de dotar o MPC/PA de meios e soluções tecnológicas adequadas para atender as demandas internas e externas.

Foram contratadas diversas licenças dos softwares capazes de construir uma plataforma integrada que oferecerá, de forma centralizada, um conjunto de ferramentas para suprir as necessidades institucionais do MPC/PA, seja para atender à área de T.I. da instituição, envolvendo sistema operacional e segurança, quanto para

atender às produções gráficas e conteúdos digitais para a divulgação da atuação ministerial à sociedade, além de contemplar o Departamento Administrativo do Órgão que necessita de *software* que possibilite o gerenciamento do espaço físico do Edifício-sede do MPC/PA através de desenhos técnicos.

Adquirimos, ainda, licenças de *software* específico para trabalhos com arquivos do tipo PDF, objetivando o aumento de recursos disponíveis durante estas atividades, que cresceram bastante após as implantações dos sistemas de processos eletrônicos e da digitalização do acervo físico.

3.7.1.5 Atualização de grande parte do ativo de TI

Seguindo a Ação de Modernizar a Infraestrutura de T.I. do Planejamento Estratégico 2019-2024, efetivamos a aquisição de 30 (trinta) computadores, do tipo *desktop*, através da Ata de Registro de Preços nº 07/2020/MPC/PA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 08/2020-SRP/MPC/PA.

Foram adquiridos também 11 (onze) *notebooks*, através do Pregão Eletrônico nº 08/2021/MPC/PA, objetivando a atualização de equipamentos necessários para a realização das atividades do Órgão dentro e fora de sua sede.

Também foram adquiridos neste exercício 30 (trinta) monitores *ultrawide*, através do Pregão Eletrônico nº 08/2021/MPC/PA, visando a substituição de equipamentos que estavam em final de vida útil, onde alguns até já apresentavam problemas.

Visando a substituição de equipamentos que já apresentavam problemas, adquirimos 70 (setenta) nobreaks de 1,2 KVA, através Ata de Registro de Preços nº 03/2021/SRP/MPC/PA, proveniente do Pregão Eletrônico nº 11/2020-SRP-MPC/PA.

Além disso, foram adquiridos *webcams*, leitores de código de barras e outros equipamentos para comporem a infraestrutura de T.I. e atender a demanda atual deste Órgão Ministerial.

3.7.1.6 Participação na implantação da LGPD

Representantes do departamento participam da Comissão responsável pela implantação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no MPC/PA.

Ao longo do trabalho, muitos assuntos foram analisados, em destaque está a realização da revisão da Política de Segurança da Informação (PSI) e os estudos para a elaboração e implantação de seus normativos complementares.

3.7.1.7 Preparação para Contratação da Fase 1 de Computação em Nuvem

Conforme a Resolução do Colégio dos Procuradores nº 18/2018 consagrando o Planejamento Estratégico com vigência 2019-2024, onde prevê a modernização da infraestrutura da Tecnologia da Informação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, foi realizado, durante este exercício, a maior parte dos estudos preliminares, o termo de referência e a consulta de mercado para brevemente realizar certame licitatório ou adesão a uma ata de registro de preços para efetivar a contratação de serviços de consultoria, serviços técnicos especializados e licenças de softwares para implementar a Fase 1 de computação em nuvem deste Órgão Ministerial, permitindo a utilização destas ferramentas e serviços nos equipamentos do Edifício-Sede do MPC/PA e durante a realização de trabalho remoto, acessando a plataforma diretamente, sem a necessidade de acessar o ambiente da intranet deste Órgão.

Diante do cenário desafiador atual, este avanço tecnológico deve apoiar as atividades finalísticas, tornando-a mais produtivas e ágeis, trazendo benefícios de um armazenamento externo, exclusivo, seguro e estável.

3.7.2 Suporte à Eventos

Neste ano foram realizados apoio em mais de dez eventos promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF, auxiliando a realização de inscrições, emissão de certificados, compartilhamento de apresentações, etc.

Realizamos também a transmissão e apoiamos várias atividades dos eventos institucionais “Diálogos com o MPC”, 1ª e 2ª edições.

3.7.3 Seção de Infraestrutura

3.7.3.1 Instalação e configuração de novo sistema de *firewall*

Em virtude da melhoria de acesso à internet, serviços previstos a serem implantados e da crescente onda de ataques cibernéticos¹⁹ às instituições públicas, realizamos a instalação e configuração de novo sistema de *firewall* para aumentar a segurança, o controle e a eficiência nos acessos entre diferentes redes utilizadas pelo MPC/PA, principalmente, considerando a grande utilização de trabalho remoto devido à pandemia viral.

3.7.3.2 Instalação, configuração e monitoramento do novo antivírus

Seguindo a linha de melhorar a segurança institucional, foi contratado novo software antivírus para todos os dispositivos do MPC/PA, incluindo os servidores de rede, onde um destes contém o módulo de gerenciamento, permitindo o controle e monitoramento de forma centralizada tanto dos dispositivos físicos quanto dos virtualizados, na detecção de ameaças e também no controle de instalação de aplicações.

3.7.3.3 Instalação e configuração de serviços de Windows Server 2019

Ocorreu ainda a instalação e configuração de serviços de Windows Server 2019 Datacenter, que realiza a virtualização de alguns serviços que viabilizam e potencializam as atividades da fábrica de software como: ambiente de produção, ambiente de homologação, ambiente de desenvolvimento e instâncias Docker. Além de manter virtualizações de instâncias para realização backups e o Servidor-Controller de rede Wi-fi.

¹⁹ Inclusive ocorreu, durante o exercício 2021, um ataque ao sistema de Ouvidoria, o qual teve sua utilização interrompida para análise do impacto do ataque e correções das vulnerabilidades do sistema para possibilitar a volta de sua utilização, que ocorreu após pouco mais de vinte dias após a suspensão do serviço. Ressaltamos que mesmo durante este período as atividades da Ouvidoria continuaram em funcionamento através de seus outros canais, como e-mail e documentos protocolados na Sede do MPC/PA.

3.7.4 Seção de Desenvolvimento

3.7.4.1 Sistema Dipro 4.0

O sistema Dipro na versão 4.0, que objetiva disponibilizar uma ferramenta adequada às necessidades atuais do MPC, principalmente, da Corregedoria e Procuradorias, facilitando e agilizando suas atividades diárias, teve sua fase 1 de desenvolvimento 95% concluída, restando ainda o término da fase de testes e homologação e a realização da migração dos dados da versão atualmente utilizada.

3.7.4.2 Implantação do Sistema de Indexação

Em decorrência da digitalização do acervo físico do Órgão, se fez necessária a implantação de um sistema de indexação, que foi executado com adaptação para suportar as chaves específicas de pesquisa de cada unidade, devido aos diferentes tipos de documentos.

3.7.4.3 Adaptação e desenvolvimento de sistemas para apoio aos Concursos de Poesia e Fotografia promovidos pelo órgão

Para a realização do Concurso de Poesia, utilizamos sistema existente no portal da Intranet, com os devidos ajustes atender as regras de 2021, bem como se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados.

Já para a realização do Concurso de Fotografia, foi desenvolvido sistema similar ao do Concurso de Poesia, utilizando inclusive, grande parte do código existente no portal da Intranet, com os devidos ajustes atender às regras deste concurso, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados.

3.7.4.4 Manutenções nos sites da Intranet e Internet

Foram realizadas várias atualizações nos sites da Intranet e da Internet, algumas relativas à melhoria de segurança de forma preventiva e corretiva, outras - a grande

maioria - em decorrência de demandas para atualização de informações, melhoria do módulo de transparência, ajustes de funcionalidades de sistemas, etc.

3.8 Departamento Administrativo

Este Relatório tem como objetivo prestar contas das atividades desenvolvidas pelo Departamento Administrativo – DADM, no exercício de 2021, aos membros, servidores e sociedade em geral.

Este documento encontra-se estruturado pela Seção de Logística, Manutenção e Segurança (SLMSEG) e Seção de Material e Patrimônio.

3.8.1 Manutenções Preventivas e Corretivas / Prestação de Serviços Contínuos

Visando garantir a conservação do patrimônio público em boas condições de funcionamento e também de oferecer aos membros, servidores e usuários do MPC/PA segurança e conforto necessários à execução de suas tarefas, são realizados procedimentos regulares e programados de manutenções preventivas, evitando deteriorações inesperadas com custos adicionais e imprevistos.

Não obstante, em determinadas circunstâncias, são necessárias manutenções corretivas para sanar defeitos que ocorrem com o uso e desgaste natural dos equipamentos.

3.8.1.1 Manutenção de Aparelhos de Ar Condicionado

Em cumprimento às legislações vigentes, foram realizadas manutenções preventivas trimestrais, semestrais e anuais em todos os aparelhos de Ar Condicionado (Splits e ACJ) instalados no edifício-sede do MPC/PA, através do Contrato Nº 02/2021/MPC/PA, com a empresa Fênix Comércio e Manutenção de Equipamentos LTDA, com vigência até março de 2022.

Durante o ano de 2021, foram realizadas 15 (quinze) manutenções corretivas, dentre elas: manutenções em gabinetes dos aparelhos, troca de sensores, troca de esponjoso, desobstruções de drenos, troca de capacitores, ajustes de aletas, ajustes de controle remoto, correção de vazamentos e recarga de gás.

3.8.1.2 Manutenção do Elevador

Dando seguimento ao programa de manutenção, foram realizadas durante o ano de 2021, 12 (doze) manutenções preventivas no elevador instalado no MPC/PA.

Através do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2019/MPC/PA, celebrado com a empresa Conserp Manutenção de Elevadores Ltda EPP, com vigência até fevereiro/2021, foram realizadas duas etapas, ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Considerando a importância em manter contrato vigente para a prestação do serviço em questão, e após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato (Processo nº 2020/860042), foi celebrado o 2º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, até fevereiro de 2022, tendo sido realizadas 10 (dez) manutenções de março à dezembro de 2021.

3.8.1.3 Manutenção dos Extintores de Combate a Incêndio

De acordo com as normas técnicas e legislações vigentes, foram realizados os serviços de manutenção e recarga nos 13 (treze) extintores de combate a incêndio instalados no edifício-sede do MPC/PA, através de Dispensa por Cotação Eletrônica Nº 02/2021 (Processo nº 2021/86681).

A próxima manutenção está programada para junho de 2022.

3.8.1.4 Manutenção dos Filtros de Água

Em cumprimento às recomendações do fabricante e visando garantir a qualidade da água potável oferecida aos membros, servidores e colaboradores deste MPC/PA, é necessária a substituição periódica dos elementos filtrantes dos três filtros purificadores de água instalados no MPC/PA.

Em 2021, foram substituídos os elementos filtrantes: Sedimentos; Pré-Carbon e Membrana dos 03 (três) equipamentos.

3.8.1.5 Manutenção do Grupo Gerador de Energia

Em cumprimento ao programa de manutenção, são realizados serviços de manutenção preventiva ao grupo gerador de energia instalado MPC/PA, quadrimestralmente.

Através do contrato Nº 20/2018 – 3º Termo Aditivo, firmado com a empresa CM Distribuidora Comércio e Serviços, foram realizadas 02 (duas) etapas, nos meses março e junho de 2021.

Após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato (Processo nº 2021/349906), foi celebrado o 4º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência até novembro de 2022, tendo sido realizada a primeira manutenção em novembro de 2021.

As próximas etapas estão previstas para os meses de março e julho de 2022.

3.8.1.6 Manutenção de Mobiliários

Considerando o desgaste natural dos mobiliários em uso neste Órgão Ministerial, foi realizado processo para manutenção, com instalação/substituição de peças (rodízios de cadeiras e suportes de prateleiras), através do Contrato Nº 18/2021/MPC/PA, firmado com a empresa Centra Móveis S/A, com vigência até julho de 2022.

As manutenções iniciaram em 2021, com previsão de finalização no primeiro trimestre de 2022.

3.8.1.7 Manutenção Predial

Buscando manter as instalações prediais em boas condições de uso e funcionamento, através do Contrato nº 16/2020/MPC/PA celebrado com a empresa Engenew Construções e Empreendimentos Eireli, com vigência até novembro de 2021, estimava-se dar andamento na execução dos serviços de manutenção predial do edifício-sede do MPC, tais como: impermeabilização de lajes, pintura geral, substituição de louças e metais sanitários, recomposição de forros, instalação de grades, dentre outros;

Através do referido contrato, foi realizada a repintura no Salão Nobre entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, bem como da fachada frontal do prédio, totalizando 350,00m² de área beneficiada.

Todavia, após alguns problemas na realização dos serviços por parte da contratada, a empresa declinou e foi procedido o distrato.

Para dar continuidade aos serviços, buscou-se, então, outra alternativa, tendo sido identificada a ARP nº 07/2021 da Defensoria Pública do Estado do Pará, à qual foi solicitada adesão (Processo nº 2021/886476), resultando no Contrato nº 28/2021 com a empresa PA Engenharia, com vigência até novembro de 2022.

Ainda em relação à manutenção predial, houve a identificação de vazamento de pequena proporção no reservatório superior, próximo das colunas de abastecimento de água predial e das prumadas de combate a incêndio. Apesar do baixo volume de água ocasionado pela infiltração, esta patologia precisa de tratamento, pois tem um alto potencial de comprometimento da ferragem e do próprio concreto que constitui a estrutura da caixa d'água.

Em função desta constatação, houve providências do DADM, realizando processo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para ajustes e impermeabilização de reservatórios de água potável, de caixas de drenagem pluvial e de passagem de esgoto, além de serviços de limpeza de caixas de passagem de drenagem e esgoto e instalação de tampas metálicas para melhor manuseio, através do Contrato Nº 24/2021/MPC/PA, com a empresa Oceanorte Construções Ltda – EPP.

3.8.1.8 Manutenção dos Veículos Oficiais

A frota de veículos oficiais no MPC/PA no início de 2021 era composta dos automóveis identificados na tabela abaixo:

Tabela 67 - Veículos Oficiais

Item	Marca/Modelo	Placa	Situação
1	Honda Civic LXS – Prata	OTC 4748	Leilado em 2021
2	Honda Civic LXL – Preto	OFV 9926	Em depósito para alienação – leilão início 2022
3	Toyota Corolla GLI – Preto	QVJ4790	Em uso
4	GM Spin – Premier	QVH4D91	Em uso

Considerando que, ao longo daquele exercício, apenas os veículos Toyota e GM estiveram em uso e que ambos estão no prazo de garantia das respectivas

fabricantes, foram realizados os serviços de revisões/manutenções preventivas vinculadas às garantias.

Em cumprimento às legislações vigentes, foram realizados os licenciamentos anuais dos veículos institucionais, os quais são isentos das taxas e impostos.

3.8.1.9 Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos e Sanitização

Em cumprimento às normas vigentes, foram realizados através do Contrato nº 05/2021, com vigência até abril de 2022, no edifício-sede do MPC/PA, os serviços de Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos (que compreende a desinsetização, desratização e descupinização), além dos serviços de Sanitização, como medida necessária ao enfrentamento da COVID-19.

Durante o ano de 2021, foram executados 03 (três) serviços de Controle de Pragas, de um total de 04 (quatro) serviços contratados, por ser realizado trimestralmente, e 08 (oito) serviços de Sanitização do total de 12 (doze) contratados, por ser realizado mensalmente, restando os saldos para serem realizados em 2022 até o final da vigência do referido contrato.

3.8.1.10 Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água, com Análise Bacteriológica da Água.

Em cumprimento às normas vigentes, são realizadas quadrimestralmente serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, cisternas e caixas d'água, com análise bacteriológica de um ponto coletado a cada etapa realizada.

Em 2021, foram realizadas duas etapas dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, através do Contrato Nº 14/2019 – 1º Termo Aditivo, com a empresa NOPRAGAS, com vigência até novembro de 2021.

Após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato (Processo nº 2021/349777), foi celebrado o 2º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência até novembro de 2022.

Considerando o cronograma de manutenções periódicas, a terceira etapa anual (primeira através do 2º TA) deveria ter ocorrido em novembro de 2021, porém, em virtude dos serviços de manutenção corretiva executadas nos reservatórios (item 3.8.1.7), eles foram entregues higienizados, não sendo, portanto, necessária a realização de higienização por parte da empresa NOPRAGAS, ficando as três etapas a serem realizadas no ano de 2022.



Figura 6 - Cisterna antes da limpeza periódica



Figura 7 - Cisterna finalizando a limpeza

3.8.1.11 Análise Bacteriológica da Água dos Reservatórios

Além da análise bacteriológica efetivada a quando da limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, são realizados mensalmente serviços de Análise Bacteriológica para controle sanitário da água contida nos reservatórios do MPC/PA, abastecidos pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), com emissão de Laudo Técnico, em 03 (três) pontos distintos.

Considerando que no contrato de limpeza e desinfecção (item 3.8.1.10) já são realizadas 03 (três) por ano, existe o contrato Nº 13/2019-MPC/PA – 1º Termo Aditivo, para a realização de mais 33 (trinta e três) análises, totalizando as 36 (trinta e seis) anuais.

Através do contrato retro citado, com vigência até novembro de 2021, foram realizadas 05 (cinco) análises em 2020 e 28 (vinte e oito) em 2021.

Após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato (Processo Nº 2021/349816), foi celebrado o 2º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência até novembro de 2022, tendo sido realizadas em 2021 06 (seis), restando 27 (vinte e sete) para o ano de 2022.

Foram detectados nas análises dos meses de setembro, outubro e novembro presença de coliformes totais na água – o que não implica que a água esteja comprometida, mas pode indicar a presença de bactérias potencialmente patogênica.

Diante da situação, como medida de prevenção, foi providenciada a aquisição imediata de copos de água mineral (item 3.8.2.1) para fornecimento aos membros, servidores e usuários, até a solução do problema, que ocorreu em dezembro, após a realização do serviço de impermeabilização dos reservatórios de água (item 3.8.1.7).

3.8.1.12 Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Conservação e Copeiragem

Considerando a necessidade e importância da prestação de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Copeiragem com fornecimento de mão de obra no edifício-sede do MPC/PA, foi firmado o Contrato nº 10/2020/MPC/PA com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda, tendo vigência até agosto de 2021.

Após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato (Processo nº 2021/86632), foi celebrado o 4º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência até agosto de 2022.

É atribuição deste departamento, a Fiscalização Técnica do contrato, com o gerenciamento da equipe, organização da rotina de trabalho de cada colaborador e escalas de trabalho, bem como o controle semanal dos materiais de limpeza utilizados.



Figura 8 - Limpeza/lavagem de ambientes



Figura 9 - Limpeza de mobiliários

3.8.2 Aquisições

Visando garantir o pleno funcionamento do MPC/PA no que se refere tanto aos bens móveis quanto imóveis, são necessárias aquisições de bens e serviços, conforme descrito abaixo:

3.8.2.1 Aquisição de Água Mineral

Após o resultado das análises bacteriológicas da água terem apresentado presença de coliformes totais (item 3.8.1.11), foi realizado por este Departamento Administrativo processo (nº 2021/1212208) para aquisição de água mineral (dispensa de licitação nº 07/2021-MPC/PA) para o consumo de membros, servidores e usuários, até a normalização da qualidade da água fornecida no prédio, ocorrida em dezembro de 2021.

3.8.2.2 Aquisição de Café, Leite, Açúcar e Adoçante

Considerando a necessidade de manutenção e reposição dos estoques de café em pó, leite em pó, açúcar refinado e adoçante líquido, com o objetivo de suprir a demanda do MPC/PA, através da Dispensa por Cotação Eletrônica Nº 01/2021-MPC/PA, foram celebrados os seguintes contratos: Contrato nº 01/2021 para fornecimento de 470 (quatrocentos e setenta) pacotes de café em pó (250g) e 20 (vinte) frascos de adoçante líquido (100ml); Contrato nº 03/2021 para aquisição de 140 (cento e quarenta) pacotes de açúcar; e Contrato nº 04/2021 para compra de 385 (trezentos e oitenta e cinco) pacotes de leite de 400g.

Ao final do ano, foi realizada nova dispensa por cotação eletrônica (Nº 07/2021/MPC/PA) para suprir a demanda do estoque de café, com fornecimento de 240 (duzentos e quarenta) pacotes de café em pó (250g), com previsão de realização de novo certame em março de 2022.

3.8.2.3 Aquisição de Combustível e GLP

Em razão da necessidade de fornecimento de combustíveis (veículos e grupo gerador de energia) e GLP (para a copa), foi formalizado processo (nº 2021/61725) para prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis e de gás GLP, em rede de postos credenciada, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão eletrônico com chip para a frota de veículos do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, através da Dispensa por Cotação Eletrônica nº 04/2021/MPC/PA, Contrato nº 25/2021/MPC/PA.

3.8.2.4 Aquisição de Material de Expediente e de Uso Geral

Considerando a necessidade de aquisição de materiais de uso geral, e materiais de expediente, foi autuado processo (nº 2021/93338) para aquisição de materiais de expediente e de uso geral, através do Pregão Eletrônico nº 14/2021.

3.8.2.5 Seguro Predial

Considerando a necessidade de manter o seguro predial do edifício-sede do MPC/PA vigente, foi formalizado por este Departamento Administrativo processo (nº 2021/358098) para contratação de seguro predial, através da Dispensa de Licitação

nº 01/2021/MPC/PA, resultando na celebração do Contrato nº 16/2021/MPC/PA, com a Seguradora Liberty Seguros S/A, com vigência até junho/2022.

3.8.2.6 Seguro Veicular

Considerando a necessidade em manter vigente o seguro dos veículos oficiais pertencentes ao MPC/PA (Toyota Corolla e Chevrolet Spin), após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do contrato vigente (Processo nº 2021/205703), foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao contrato nº 18/2018/MPC/PA, com prorrogação da vigência até setembro de 2022

3.8.2.7 Aquisição de Totem para Ouvidoria do MPC/PA

Com o intuito de aproximar os usuários ao Ministério Público de Contas do Pará, após solicitação da Ouvidoria do MPC/PA, iniciou-se o processo (nº 2021/939388) para aquisição da ferramenta de comunicação visual e interativa – TOTEM com entrega programada para o início de 2022.

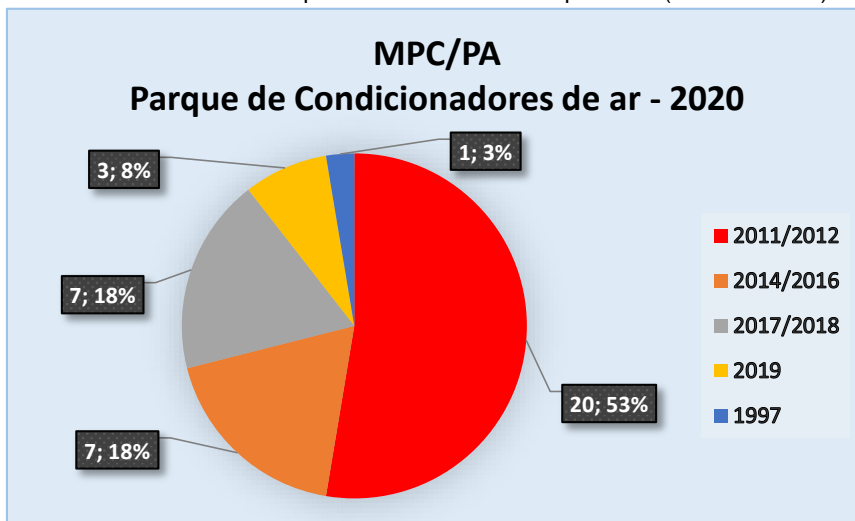
3.8.2.8 Desenvolvimento de Projetos

Considerando a necessidade de modernização do edifício-sede do MPC/PA, no que tange às instalações eletroeletrônicas, adaptações de lay-outs, modernização e segurança patrimonial, foi autuado, pelo Departamento Administrativo, processo para contratação de empresa especializada na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares, efetivada através de adesão à ARP nº 028/2020/TJPA, celebrando os Contratos nº 23/2021/MPC/PA e nº 26/2021/MPC/PA, com a empresa EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, cujo escopo é o desenvolvimento de projetos de comunicação visual, acessibilidade, instalações elétricas, proteção contra descargas atmosféricas, energia alternativa, TELECOM (voz e dados), circuito fechado de TV, combate a incêndio, instalações hidrossanitárias e drenagem e projeto arquitetônico.

3.8.2.9 Aquisição de Aparelhos de Split

Foi realizado, por este Departamento Administrativo, um levantamento dos aparelhos de ar condicionado instalados no edifício-sede do MPC/PA, apontando que mais de 50% dos 38 (trinta e oito) aparelhos existentes tinha tempo de uso igual ou superior a 10 (dez) anos, conforme abaixo:

Gráfico 14 - Gráfico de quantidade e idade dos aparelhos (início de 2021)



Diante desta constatação, foi realizado o planejamento e a formalização de processo para aquisição de novos aparelhos, resultando na Ata de Registro de Preços ARP nº 04/2021/MPC/PA.

Na concepção desta contratação, levou-se em consideração a eficiência energética dos equipamentos, todos classificados como Classe A pelo INMETRO.

As instalações e substituições aconteceram seguindo critérios técnicos, priorizando os mais antigos e os que apresentavam mais problemas de manutenção corretiva, tendo ocorrido em 2021, a substituição de 18 aparelhos: 12 (doze) de 12.000 BTU's, 4 (quatro) de 18.000 BTU's e 2 (dois) de 24.000 BTU's.

3.8.2.10 Aquisição de Fechadura Eletrônica

Considerando as mudanças estabelecidas pela política de segurança institucional, foi elaborado processo para contratação, por meio da Dispensa de Licitação nº 03/2021, de empresa especializada na instalação, configuração e treinamento de sistema de segurança com fechadura biométrica a ser instalado, no início de 2022, em portão de acesso ao MPC/PA.

A solução visa aumentar a segurança na abertura e fechamento do edifício-sede desse *Parquet* ao realizar os registros de entrada e saída e possibilitar a emissão de relatórios com registro de usuário, data e hora.

3.8.3 Patrimônio

3.8.3.1 Desfazimento de Bens Inservíveis

Em 2021, foi realizado procedimento (processo nº 2021/511424) para desfazimento de bens inservíveis ao MPC/PA com Comissão Especial de Desfazimento de Bens designada pela Portaria nº 087/2021/MPC/PA, tendo como resultado três instituições contempladas: Secretaria Adjunta de Estado de Educação – Núcleo de Esporte e Lazer (NEL); Fundação Acolher e Associação Júnior Achievement do Pará.

3.8.3.2 Leilão de Veículos

No ano de 2021, foi realizado processo licitatório na modalidade Leilão (Processo nº 2020/198734), com Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria nº 209/2020/MPC/PA, objetivando o desfazimento de 02 veículos oficiais inservíveis ao MPC/PA.

Como resultado do Leilão nº 01/2021 – MPC/PA, houve a baixa do veículo Honda Civic LXS (placa OTC 4847), ficando o veículo Honda Civic LXL (placa OFV 9926) para novo processo.

3.8.3.3 Cadastro de bens patrimoniais

De acordo com encaminhamento do Departamento de Finanças e Planejamento – DFPLAN, é realizado por este Departamento Administrativo, o cadastro de cada bem móvel permanente adquirido pelo MPC/PA, de acordo com a Nota Fiscal, Nota de Empenho e Nota de Liquidação correspondente, no “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0”.

No exercício de 2021, foram cadastrados 216 (duzentos e dezesseis) unidades de bens móveis permanentes, totalizando o valor de R\$ 422.089,17 (quatrocentos e vinte e dois mil, oitenta e nove reais e dezessete centavos).

3.8.3.4 Inventário de bens patrimoniais

Conforme Portaria nº 277/2021/MPC/PA para realização de inventário dos bens móveis permanentes existentes no MPC/PA, foi realizado por este departamento a conferência dos bens acima citados, gerando os valores descritos na tabela abaixo, conforme relatório do “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0” a seguir:

Tabela 68 – Bens Patrimoniais 2021

Descrição	Valor
Total de Bens Adquiridos em 2021 ²⁰	422.089,17
Total de Bens Baixados em 2021	168.563,87
Total de Bens Imóveis em 2021	2.297.000,00
Total de Bens Móveis em 2021	1.156.299,47
Total de Bens Patrimoniais – 2021 ²⁵	3.453.299,47

²⁰ Não está incluso o valor de R\$ 1.199,00, da conta contábil 123110801 (estoque interno – restos a pagar não processados) por ainda não terem sido patrimoniados, portanto, não constam do relatório do sistema de patrimônio.



Contas Contábeis		Totais				
Número	Descrição	Saldo Anterior (SA)	Valor Aquisição (VA)	Baixas (B)	Deprec. Exerc. (D)	V. Residual (SA+A-B-D)
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	12.044,99	0,00	0,00	76,56	11.968,43
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	41.715,48	0,00	0,00	281,51	41.433,97
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	40.521,23	0,00	0,00	337,56	40.183,67
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.532,96	0,00	0,00	14,28	2.518,68
123110199	Outras Máquinas Aparelhos Equipamentos e Ferramentas	12.394,51	0,00	0,00	103,26	12.291,25
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	539.949,10	0,00	0,00	8.002,86	531.946,24
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	35.398,27	0,00	0,00	175,20	35.223,07
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	11.753,74	437,28	0,00	74,90	12.116,12
123110303	Mobiliário em Geral	238.754,50	0,00	0,00	1.369,23	237.385,27
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	12.300,44	0,00	0,00	98,14	12.202,30
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	11.897,06	0,00	0,00	72,64	11.824,42
123110406	Obras de Arte e Peças para Exposição	25.909,00	0,00	0,00	0,00	25.909,00
123110501	Veículos em Geral	169.920,70	0,00	0,00	2.355,96	167.564,74
123119999	Outros Bens Móveis	13.750,76	0,00	0,00	18,45	13.732,31
123210103	Edifícios	1.515.544,53	0,00	0,00	0,00	1.515.544,53
123210104	Terrenos / Glebas	661.455,47	0,00	0,00	0,00	661.455,47
123210700	Instalações	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
	Totais	3.465.842,74	437,28	0,00	12.980,55	3.453.299,47

Figura 10 - "Relatório Sistema de Controle de Bens Patrimoniais - 2.0"

3.9 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica é órgão departamental vinculado diretamente à Procuradoria-Geral de Contas, tendo por finalidade assessorar e prestar assistência técnica jurídica ao Procurador-Geral de Contas e aos órgãos auxiliares do Ministério Público de Contas do Estado.

Conforme a Portaria nº 085/2020/MPC/PA, compete a Assessoria Jurídica:

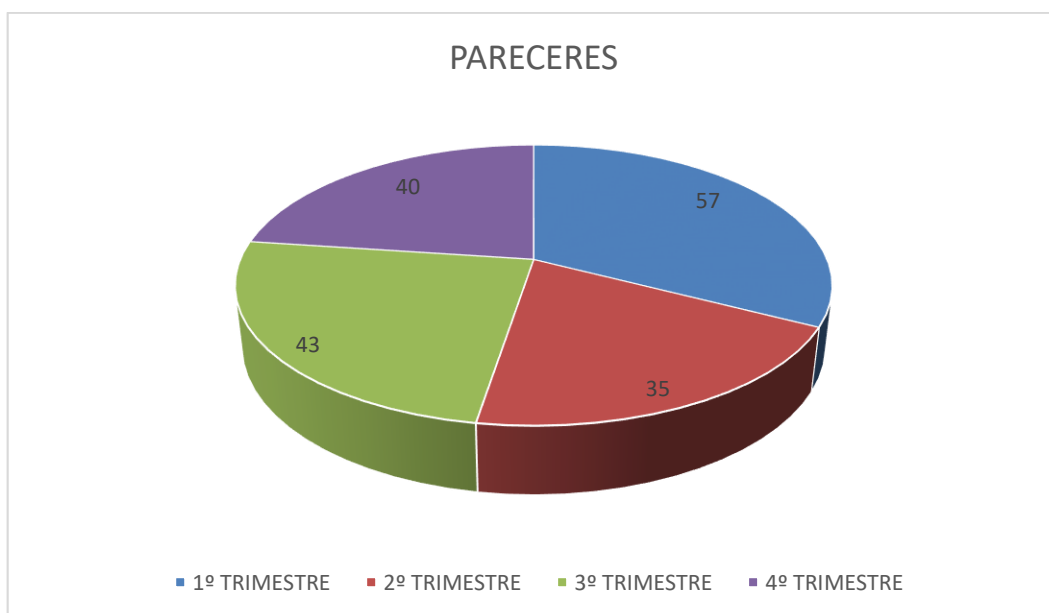
- exarar parecer jurídico sobre as questões/procedimentos que lhe forem submetidos;
- examinar minutas de edital, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares, na forma da legislação específica, bem como minuta de atos normativos, quando solicitado;

- exarar, quando solicitado, parecer sobre impugnações ou recursos interpostos em processo administrativo, inclusive os relativos a procedimentos licitatórios;
- promover a realização de estudos sobre questões jurídicas, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Contas

Ao longo do ano de 2021, a Assessoria Jurídica bem desempenhou o seu papel departamental, atendendo a todas as demandas encaminhadas pelos setores administrativos do órgão e consultas do Procurador-Geral de Contas, bem como procedimentos correlatos, observado o fluxo processual.

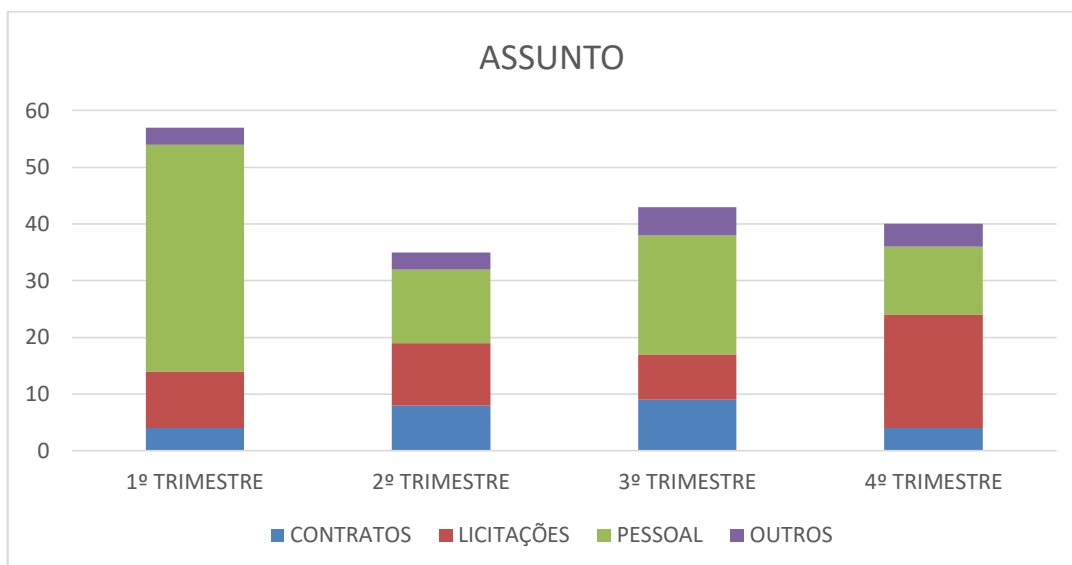
Ao todo, além dos despachos e manifestações, foram expedidos 175 pareceres jurídicos, assim divididos, por trimestre:

Gráfico 15 - Pareceres



Dentre os assuntos mais abordados, destacam-se as áreas de pessoal, licitações e contratos. Não obstante, a Assessoria Jurídica também atuou na elaboração de pareceres sobre outros assuntos. Veja-se:

Gráfico 16 - Assuntos



Paralelamente à elaboração de pareceres, o setor atuou em reuniões de alinhamento e direcionamento, sobretudo no trato de questões atinentes a procedimentos licitatórios, dando suporte ao setor de contratação do órgão.

Ademais, atuou na elaboração de minutas de atos normativos, em especial a minuta de Resolução que visa instituir o teletrabalho no âmbito do MPC/PA.

Além disso, pontua-se a contribuição que o setor tem dado no estudo e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, mormente no âmbito das licitações e contratos, inclusive apoiando a Comissão de Implementação da LGPD no MPC/PA.

Por fim, destaca-se a participação dos servidores do setor nos congressos, cursos e palestras que foram disponibilizados pela instituição, sobretudo: "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos"; "2º Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas"; "Congresso Brasileiro de Agentes de Contratação"; "8º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos"; "I Encontro COM MPC"; "Atuação da Assessoria Jurídica Sob o Manto da Nova Lei"; "Os Contratos Administrativos na Jurisprudência do TCU"; "Prevenção de Fraudes em Contratos Administrativos"; "Recursos Administrativos e a Nova Lei de Licitações: Aspectos Essenciais"; "Palestra Orçamento Público Natureza, Função e Elaboração"; "10º Fórum TCE/PA e Jurisdicionados - Inovação e Efetividade Frente aos Desafios na Gestão Pública"; "Módulo I e II do curso de implementação da LGPD da Privacy Academy" e "Zênite Online In Company 'O Que Muda Com a Nova Lei de Licitações?'" que muito contribuíram para o bom desempenho e aperfeiçoamento dos trabalhos.